

Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

GABRIELA BAZAN PEDRÃO

**O ARQUIVO ZEFERINO VAZ: UM LUGAR DE
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA UNICAMP.**

Marília/SP

2013

GABRIELA BAZAN PEDRÃO

**O ARQUIVO ZEFERINO VAZ: UM LUGAR DE
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA UNICAMP.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Produção e Organização da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia Marañon

Marília/SP

2013

Pedraõ, Gabriela Bazan

P371a

O Arquivo Zeferino Vaz: Um lugar de construção da memória da Unicamp / Gabriela Bazan Pedraõ – Marília, 2013.

126 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2013.

Orientador: Eduardo Ismael Murguia Maranhão

1. Arquivo 2. Memória. 3. Zeferino Vaz. 4. Unicamp I. Autor. II. Título.

CDD -

GABRIELA BAZAN PEDRÃO

O ARQUIVO ZEFERINO VAZ: UM LUGAR DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA UNICAMP.

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração Produção e Organização da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia Marañon, Doutor em Educação, Universidade Federal Fluminense.

2º Examinador Dra. Maria Leandra Bizello, Doutora em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

3º Examinador Dra. Marcia Heloisa T. de Figueiredo Lima, Doutora em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense.

Marília, de de 2013.

Dedico este trabalho à **minha família**.

Meus pais, Ana e Jorge e meu irmão, Igor.
Meu ouro de mina.

E às minhas duas lindas avós Dinorah e
Laura, exemplos de mulheres fortes que eu
pretendo seguir.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Jorge, pela orientação constante, apoio e dedicação a mim nesses dois anos e meio de idas e vindas.

À minha mãe, Ana, pela força, dedicação e colo em todos os momentos de dificuldade. Por sempre achar uma direção otimista e ter as palavras de motivação que eu precisei ouvir.

Ao meu irmão, Igor, pela torcida e pelos momentos de alegria e descontração quando precisei.



Ao Filipe, pelo apoio, pela paciência, pelas correções e leituras infinitas de algo que nem faz parte do seu universo, sem você esse trabalho teria sido muito mais difícil.

Ao Gregor, pelo apoio, ajuda, conselhos e torcida. Meu exemplo de amizade verdadeira.

À minha amiga Vanessa que me ajudou em dias de dúvida e dividiu as dificuldades comigo.

Aos meus colegas da Pós pela convivência e momentos compartilhados, em especial à minha amiga Renata.



Aos professores do PPGCI, pelos ensinamentos e discussões enriquecedoras que ajudaram no meu amadurecimento acadêmico.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (FFC/UNESP) e seus funcionários sempre dispostos.

À Neire, diretora do Arquivo Central da Unicamp, pela disposição, pela atenção e ajuda.

À Telma, funcionária do Arquivo Central da Unicamp, que me “apresentou” pela primeira vez o acervo de Zeferino Vaz e sempre esteve disposta a ajudar.

À CAPES, pelo subsídio.

Às professoras Marcia Heloisa Tavares de Figueiredo Lima e Maria Leandra Bizello, por aceitarem participar de minhas bancas de qualificação e defesa e por me ajudarem com críticas positivas e construtivas a fazer essa pesquisa.

E, por fim, ao meu orientador, Eduardo Murguia, que nesses quase cinco anos juntos me ajudou a amadurecer, superar meus limites e moldar o tipo de pesquisadora que desejo ser.



MUITO OBRIGADA!

PEDRÃO, Gabriela Bazan. **O Arquivo Zeferino Vaz: Um lugar de construção da memória da Unicamp.** 134f. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília/SP, 2013.

RESUMO

A memória está presente em nossas vidas muito mais do que conseguimos perceber. Mas até que ponto essa memória é usada para construir um lugar de abrigo ou intensificar a guarda e a perduração das lembranças? Motivado por essa questão, esta pesquisa tem como objetivo observar o trabalho conjunto do arquivo e da memória colocado em prática em um arquivo específico: o de Zeferino Vaz, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Buscaremos conhecer um pouco mais sobre o passado de Zeferino Vaz e da Unicamp, fazendo um breve relato da trajetória de ambos, para que seja possível ver em que ponto os dois se cruzam e o que acontece a partir desse encontro. Esse levantamento histórico, combinado a um referencial teórico sobre memória e arquivos, será fundamental para nossa análise das construções da memória que foram e ainda são criadas pelo acervo documental em questão, que conta a história de Zeferino Vaz e também da Unicamp. Será feito um capítulo sobre esse arquivo com sua história, documentação que o compõe, organização e estrutura. Já tendo em vista que tipo de arquivo estamos falando, contaremos com a ajuda da atual diretora do Arquivo Central da Universidade que nos concedeu uma entrevista. Com essa entrevista faremos uma reflexão sobre esse fundo e sua representação, usos e importância na Unicamp. Investigaremos também os planos futuros para esse acervo, visando uma maior promoção e acesso a ele.

Palavras-chave: Arquivos. Memória. Zeferino Vaz. Unicamp.

PEDRÃO, Gabriela Bazan. **The Zeferino Vaz's Archive: A place of memory construction in Unicamp**. 134f. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília/SP, 2013.

ABSTRACT

The memory is in our lives more than we can imagine. But how is this memory used to build a shelter or intensify the keeping and the longevity of memories? Motivated by this question, the purpose of this dissertation is to analyse the relation of memory and archives put into practice in a specific archive: Zeferino Vaz's, in the Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). We aim to know more about the the past of Zeferino Vaz and Unicamp, making a brief account of the history of both, so we can see where the two intersect and what follows from this meeting. This historical survey, combined with a theoretical background about memory and archives, will be critical to our analysis of the construction of the memory that was and still is created by the documentary collection in question. There will be a chapter about the archive with its history, the documentation that composes it, its organization and its structure. Already considering what kind of archive we are talking about, we had the help of the current director of the Central Archive of the University, who gave us an interview. With this interview we will reflect about this documentation and its representation, uses and importance at Unicamp. We will also investigate the future plans for this collection, taking a look at the plans for promoting and improving the access to it.

Key words: Archives. Memory. Zeferino Vaz. Unicamp.

Lista de Abreviaturas:

CEE – Conselho Estadual de Educação

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FMRP – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

FMC – Faculdade de Medicina de Campinas

Funcamp – Fundação de Desenvolvimento da Unicamp

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SIARQ – Sistemas de Arquivos

UnB – Universidade de Brasília

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Unesp – Universidade Estadual Paulista

UEL – Universidade Estadual de Londrina

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO	11
2. ARQUIVO E MEMÓRIA	16
2.1 A primeira questão: memória.....	16
2.2 O arquivo como lugar de memória.....	24
3. UNICAMP: DOS PLANOS À CONCRETIZAÇÃO	39
3.1 A universidade no Brasil	39
3.2 A Unicamp.....	42
4. ZEFERINO VAZ	60
4.1 A infância e juventude	60
4.2 A ascensão do Napoleãozinho e a criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	62
4.3 O CEE e o episódio UnB	66
4.4 Desbravando o canavial.....	68
4.5 A retirada	79
5. O FUNDO ZEFERINO VAZ	82
5.1 O SIARQ.....	82
5.2 O Fundo Zeferino Vaz	89
6. ANÁLISE	94
6.1 A construção do Fundo e sua memória.....	95
6.2 A influência e a importância do Fundo na Unicamp	99
6.3 Os usos atuais e os planos futuros	101
6.4 A mobília	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE	117

INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido na linha de pesquisa “Produção e organização da informação” e tem como tema geral memória e arquivos dentro de unidades de informação. Neste caso, especificamente, trabalharemos com o arquivo do Professor Zeferino Vaz, que atualmente se encontra no Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Existem novas abordagens sobre o arquivo, como por exemplo, Heymann (2012) que afirma que, os arquivos devem ser considerados como construções sociais com a capacidade de revelar valores e padrões de comportamentos daqueles que são retratados por eles. Esses arquivos são analisados como artefatos produzidos ao longo de uma série de investimentos distintos, que são resultado da ação da entidade que produz os arquivos e também de seus organizadores e custodiadores.

Para um breve esclarecimento, ainda segundo a autora (2012), a diferença entre arquivos pessoais e públicos é que os pessoais não têm sua constituição garantida, já que dependem da vontade de acumular de uma pessoa física e, mesmo que isso seja feito, existem muitos passos a serem dados após a acumulação. Constituído o arquivo é necessária a sua manutenção, preservação e disponibilização.

As noções de memória e arquivos estão presentes em nosso cotidiano. Sempre guardamos algum tipo de lembrança que nos agrada, seja em um objeto, em um pedaço de papel, fotografias ou qualquer outro tipo de suporte. O fato é que, nesse simples exercício, estamos fazendo uso de arquivos, que são esses pequenos fragmentos guardados, e da memória, que é a atividade da lembrança ou do esquecimento.

Podemos falar do arquivo também enquanto memória material: desde fotos de lembrança até a acumulação de objetos e documentos. Esses conjuntos, às vezes confusos, às vezes ordenados, se transformam inevitavelmente em arquivos pessoais, principalmente se seu produtor vem a falecer.

Dessa forma, temos o Fundo Zeferino Vaz. As acumulações gerais de sua vida pessoal, somadas às acumulações de suas passagens por diversas

universidades e processos administrativos deram origem a esse arquivo que hoje é um fundo pertencente à Unicamp.

Zeferino Vaz foi um homem determinado em seus objetivos. Formado em Medicina, desde novo se destacou em seu meio e, pouco após sua graduação e pós, firmou-se como professor na USP. Após garantir sua cadeira, Vaz foi mandado à cidade de Ribeirão Preto com o intuito de estruturar uma Faculdade de Medicina, que ele não apenas estruturou como dirigiu por vários anos.

Após sua saída da Faculdade (que foi incorporada pela Universidade de São Paulo - USP) Vaz atuou como reitor na Universidade de Brasília (UnB) em um período turbulento que foi a ditadura militar. Por conflitos de interesses, Vaz afastou-se da Universidade, voltando a São Paulo, onde exercia o cargo de presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE).

Sua reeleição à presidência do CEE não foi concedida, mas, por outro lado, o conselho desejava que o professor se dedicasse a um projeto em Campinas que estava parado principalmente pela falta de estrutura e de alguém à frente do projeto. Vaz aceitou a empreitada e assumiu a frente do projeto Unicamp. Conseguiu, com sucesso, fazer do projeto uma realidade e foi reitor da Universidade por doze anos até que, aos 70, aposentou-se compulsoriamente.

Esta é apenas uma breve introdução da trajetória de nosso personagem de estudo, mas já podemos ver que o Professor Zeferino Vaz foi importante na história da Unicamp e de outras universidades. A partir daí vemos que seu fundo constitui uma parte significativa da história de algumas das mais importantes instituições de ensino no país.

Destacamos os objetivos gerais dessa pesquisa que são observar, dentro do contexto do Fundo Zeferino Vaz, a interpretação da memória e do arquivo e como eles articulam conjuntamente.

Para nossos objetivos, não é o foco a reprodução das etapas organizacionais do Fundo, que atualmente é aberto à pesquisa. Mas sim a sua memória e as reflexões que ela possibilita acerca de seu titular e da instituição de ensino que ele fundou.

Nos objetivos específicos estudaremos o passado da Unicamp, como sua memória foi construída e quais usos foram dados a essa construção. O foco dos usos será o enquadramento da história da Universidade através dos arquivos de Zeferino Vaz e quais os objetivos de manter esse Fundo na Universidade.

Observamos que o arquivo é uma forma das "coleções de si" (Ribeiro, 1998, p. 35) que são esse acúmulo do cotidiano, que visam guardar as melhores recordações de si mesmos. Isso tudo nada mais é do que o desejo de perpetuar-se, de construir a própria identidade e a identidade que será lembrada. Esse anseio de guardar, de construir acervos pessoais, pode indicar uma vontade de ser reconhecido por uma identidade digna de nota.

Trabalharemos aqui, com ajuda teórica, as razões que levam um indivíduo a guardar os instantes, as falas, as lembranças e acontecimentos com tanta minúcia, quais os motivos de converter falas em registros e de construir a permanência. Nosso personagem nesta pesquisa era dotado dessa minúcia e conseguiu construir sua identidade através de seus registros. Dessa forma, estudaremos esse arquivo que se iniciou como algo pessoal e hoje é um arquivo público de grande impacto dentro de uma grande instituição.

Esse trabalho é fruto de uma antiga preocupação do Professor Eduardo Murguia de estudar os três focos de memória documental presentes na Unicamp: a biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda, o Arquivo Zeferino Vaz e o escritório do Professor César Lattes mantido como era originalmente, situado hoje na Biblioteca Central.

Parte desse plano já foi realizado por uma de suas orientadas e, agora, com meu interesse em arquivos pessoais, decidimos que era o momento de tirar a parte que cabia ao Arquivo de Zeferino Vaz das ideias e desenvolver esse projeto.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, o método utilizado inicialmente consiste em uma análise da literatura disponível sobre o tema proposto. Essa análise permite a construção do conhecimento teórico que auxiliará na análise dos resultados finais.

Em primeiro lugar buscamos discutir um pouco sobre a memória em um âmbito geral e, depois, um pouco da memória aplicada aos arquivos, para que

futuramente essa base teórica nos dê bagagens para o desenvolvimento da análise final e conclusão.

Mais adiante utilizamos a pesquisa de campo dentro do Fundo somada ao levantamento bibliográfico e histórico para aprofundar os conhecimentos de nosso personagem, Zeferino Vaz, e da Unicamp. Ainda no trabalho dentro do Fundo fizemos uma entrevista com a diretora do Arquivo para avaliarmos o percurso dos documentos do professor desde sua negociação/doação, seus usos atuais, público que o utiliza e os planos futuros e ideias para esse arquivo. Faremos também uma análise de seu conteúdo e da reprodução do gabinete do Professor para estudarmos o Fundo como um lugar de construção da memória da Unicamp.

Entrando na estrutura dos capítulos, o segundo capítulo trata especificamente sobre as ligações entre arquivo e memória, e é importante para começarmos a refletir sobre as construções da memória de nosso personagem e suas intervenções na Unicamp, facilitando as ligações e análises conforme os fatos forem apresentados nos próximos capítulos.

No terceiro capítulo, falaremos sobre a Universidade em si, como surgiu, quais dificuldades enfrentou desde que estava no papel até sua instalação e consolidação e que mudanças representou no cenário da educação brasileira.

No quarto capítulo faremos uma biografia sucinta de nosso personagem, o professor Zeferino Vaz, e sua trajetória até a Unicamp, onde desenvolveu seu maior e mais importante feito. O objetivo desse capítulo é entrarmos em contato com a trajetória de vida de Vaz, entendermos suas motivações e conhecermos seus feitos, para que dessa forma fique claro por que esse acervo documental é mantido e tem destaque na Unicamp.

Após uma discussão ampla sobre arquivo e memória, começaremos no capítulo cinco a centralizar a ideia dentro do arquivo tema de nosso trabalho. Esse capítulo trata de como o acervo chegou à Unicamp, como ele é, onde está e como está montado. Estudaremos sua forma e organização física, abrindo portas para uma discussão do que essa estrutura representa.

Faremos as análises contando com a ajuda de uma entrevista à diretora do Arquivo Central aplicada aos estudos teóricos feitos anteriormente. Por fim será

apresentada uma breve discussão com as reflexões pertinentes e considerações finais do trabalho.

Por último serão apresentadas as referências que foram utilizadas ao longo do trabalho e as que deram algum suporte na construção das ideias. No apêndice final disponibilizaremos a entrevista completa feita à Neire do Rossio Martins.

2. ARQUIVO E MEMÓRIA

2.1. A primeira questão: memória

O capítulo a seguir tem como objetivo discursar brevemente sobre a memória, mais especificamente sobre a memória já com um primeiro enfoque nos arquivos, objeto de estudo deste trabalho. Partindo do geral para o mais específico, falaremos sobre como a memória, juntamente com a história, liga-se aos arquivos e como essa relação funciona: como uma depende da outra e como é importante pensarmos nelas sempre juntas.

Santos (2003) diz que as relações entre memória e sociedade se intensificaram ao longo do tempo. Ela afirma que, com a crise das narrativas da história, abordagens historiográficas substituíram as antigas provas documentais por testemunhos orais, transformando a memória tanto em objeto de análise quanto método. Ela ainda diz que:

Sociólogos e antropólogos, cada vez mais, libertam-se do fardo evolucionista assumindo em seu lugar a historicidade que está presente em construções sociais. As memórias coletivas passam a ser sinônimo de representações coletivas que trazem com elas uma dimensão histórica (SANTOS, 2003, p. 12).

O tema assumiu um papel importante, não apenas para o debate teórico das ciências sociais, mas também para um mundo caracterizado pelo encontro e conflito entre diversas culturas. Santos (2003) lista em seu livro diversas obras literárias e cinematográficas que remetem, focam ou se utilizam da memória como pontos chave em suas tramas, e dessa forma ela chama a atenção para algumas questões ligadas à perda da memória. Ela afirma que:

A associação entre memória e liberdade surge nesses exemplos como uma forma de crítica à modernidade e às promessas do Iluminismo. A memória que é valorizada é aquela que tem vínculos com o passado, com a tradição, com experiências transmitidas e negociadas (SANTOS, 2003, p. 20).

Santos (2003) ainda diz em seu livro que não há uma definição simples do que seja a memória. Ela afirma que, nas reflexões filosóficas, a memória apareceu durante séculos associada à noção de tempo, mas que ela não se refere apenas ao passado. Segundo ela: “Há, nessas reflexões filosóficas sobre a memória, tanto uma

redefinição do sujeito que lembra, quanto uma definição temporal que rompe com a ideia de tempo enquanto uma sucessão de eventos” (SANTOS, 2003, p. 28).

A autora afirma que podemos rejeitar a separação rígida entre memória e sociedade e definir a memória como uma construção social. Ela diz que há ocasiões que “os processos interativos responsáveis pelas construções sociais são cruciais para compreendermos as memórias coletivas que se constituem” (SANTOS, 2003, p. 34). Ela também diz que o confronto entre memória individual e coletiva deve ser compreendido “a partir da dimensão de temporalidade inerente a cada construção teórica” (SANTOS, 2003, p. 81).

Em suma, para Santos (2003), a memória, seguindo as contribuições mais atuais, passou a ser compreendida tanto como uma ação de reescrever o passado, quanto como a representação formal deste por determinados grupos sociais ou atores individuais.

Lovisoló (1989) diz que no cenário da memória encontramos organizações nacionais e internacionais que promovem ações de promoção e valorização, sobretudo da memória que espelha o caráter coletivo, a nação, a identidade religiosa ou de grupo, etc. Desse modo podemos dizer que a memória mais valorizada é a que reconhecemos como histórica e coletiva.

Segundo o autor essa memória repete-se e isso é fundamental para o sentimento nacional, para a consciência de classes ou das minorias, sendo constitutiva das lutas contra a opressão ou dominação. Dessa forma ela é valorizada, quer por sua participação na construção de identidades e de comunidades, quer pelo papel que desempenha no fortalecimento e emancipação dos fracos. Outro ponto a destacar é que, diante do fervor das mudanças da modernidade, a memória é como uma âncora que não deixa que nos desmanchemos no ar, ela segura as raízes e nos refresca o passado, servindo também como uma plataforma, para que nos lancemos ao futuro com os pés nesse passado sólido, criado, recriado ou inventado como tradição (LOVISOLÓ, 1989).

Lovisoló (1989) diz por fim, que a memória coletiva está ligada estreitamente com a identidade do mesmo gênero e a memória individual se situa como vetor constitutivo da identidade do eu. Podemos dizer também, citando agora Barros

(1989), que a compreensão comum de símbolos e significados, de noções que compartilhamos com outros membros do grupo social definem o caráter das memórias individuais.

Podemos afirmar que, a partir do momento em que demarcamos os espaços das memórias individuais e coletivas, estamos nos referindo à criação de uma espécie de meio artificial, que é ao mesmo tempo exterior a todos os pensamentos sociais e os engloba, formando um tempo e um espaço coletivos e, junto, uma história (BARROS, 1989). A partir desses quadros a autora citada ainda diz que os pensamentos individuais se juntam possibilitando, por um momento, que cada indivíduo deixe de ser ele mesmo para fazer parte de um todo.

Voltando a memória coletiva, Barros (1989) diz que ela também classifica, o indivíduo, ao se comportar como parte de um grupo, contribui para trazer à tona lembranças que o grupo conseguiu selecionar. Nesse ponto podemos dizer que a memória é seletiva e diz respeito à vida de cada grupo. Podemos afirmar, ainda citando a autora, que é no conceito de memória coletiva que encontramos a história vivida.

Barros (2009) baseia seu trabalho na premissa de que memória e arquivo têm uma relação indissociável, e que, junto do aspecto histórico que ambos carregam, representam a memória de um povo, instituições ou até mesmo de um indivíduo, constituindo-se em uma fonte de pesquisa para todos os ramos do saber. Esse conjunto, quando construído em base sólida, se torna um gerador de conhecimento, impondo-se como lugar importante para o exercício da pesquisa.

Pollak (1989) diz que, em uma perspectiva construtivista, a memória não se trata apenas de lidar com os fatos como coisas, mas sim de alisar esses fatos e como eles se tornam coisas, como e por que eles são solidificados e dotados de duração e de estabilidade. Isso gera uma reflexão acerca dos acontecimentos e objetos que vemos espalhados e qual o real significado deles, o poder que exerce uma data festiva, uma bandeira, um totem ou um símbolo, como essas construções simples se tornam significativas e evocam uma memória, um sentimento em pessoas que sequer vivenciaram os fatos que elas representam.

A memória individual consiste nas lembranças do indivíduo, nas recordações que ele escolhe manter, nos arquivos próprios que ele sozinho organiza. A memória individual é íntima, é própria da pessoa. Essas memórias, em determinado ponto, tornam-se realidade e passam a fazer parte da essência pessoal (POLLAK, 1992). A memória individual quase sempre está ligada à vida familiar, profissional e social, e até mesmo as datas que partem para o coletivo, diversas vezes, têm alguma ligação com o individual, remetendo a algum aniversário ou comemoração pessoal. Através dessa reconstrução de si o indivíduo tende a definir seu lugar na sociedade e suas relações externas.

A memória, que a princípio é considerada quase que exclusivamente individual, pode ser e é, também, coletiva. Não existe memória individual sem uma mais ampla que sirva como marco de referência. É um fenômeno construído coletivamente e submetido às mais diversas transformações. A memória coletiva diz respeito, em um primeiro momento, principalmente a fatos, acontecimentos e momentos vividos pessoalmente por um grupo que retém determinada lembrança, em outro plano ela se constitui também de pessoas que viveram “por tabela” essa lembrança (POLLAK, 1992, p. 201) e que passam adiante a familiares e demais conhecidos, formando assim uma memória coletiva de um evento. Dependendo da grandiosidade desse evento a memória pode ser local, nacional ou até mundial, permitindo um sentimento de cumplicidade, como se existisse algo em comum entre pessoas que jamais se encontraram.

Segundo Pollak (1992) a memória coletiva é algo geralmente herdado por meio da socialização política ou histórica, que faz com que ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado. Não podemos deixar de lado também os personagens e os lugares de memória. Outro ponto que facilita e contribui para o crescimento da memória coletiva é a simpatia ou antipatia por determinado personagem de memória que os tornam sempre contemporâneos. E os lugares que, na maioria das vezes, são um exemplo de projeções e transferências, pois o indivíduo pode nunca ter estado lá, mas sabe qual história marcou aquele ambiente e porque ele é memorável.

Apesar das diferenciações Pollak (1992) trabalha também com várias semelhanças entre os dois tipos de memória. Destacamos que qualquer memória é

seletiva, nem tudo é gravado ou registrado, as escolhas sempre são feitas e o recorte dado. Podemos dizer também que a memória é sempre um fenômeno construído, consciente ou inconscientemente, o que a memória grava ou exclui é sempre um trabalho de organização. Outro ponto é que a memória é constituída sempre de um sentimento de identidade, seja no coletivo, seja no individual, nós nos lembramos apenas das coisas que nos identificamos, sejam boas ou ruins.

Outro aspecto da memória a ser ressaltado, principalmente na coletiva, é o que Pollak (1989) chama de enquadramento. Essa operação conjunta que é a memória, que integra os acontecimentos e interpreta o passado, serve para manter a coesão de grupos e instituições que integram a sociedade em que vivemos, mas para mantermos essa coesão é necessário o fornecimento de um quadro de referência, de pontos de apoio. Falamos assim de uma memória enquadrada. Pollak (1998) diz que todo o trabalho de enquadramento se alimenta do material fornecido pela história e essa construção tem que ser feita cuidadosamente para fazer sentido e ser bem costurada, pois sem uma justificativa a memória construída e enquadrada pode parecer uma imposição na qual não haveria identificação nenhuma. Outro ponto é que como a justificativa a falsificação ou a manipulação de fatos é dificultada e a memória enquadrada não se torna uma invenção.

Confirmando o que acabamos de dizer, Pollak (1989, p. 10) fala que: “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”. Além da produção de discursos organizados em torno da memória a ser enquadrada, os traços do enquadramento também podem ser objetos materiais como monumentos, bibliotecas e museus, assim, a memória não é apenas um discurso, é também solidificada. Outro ponto importante do enquadramento é que, através dele, é possível estudar como as memórias coletivas são construídas, realizando uma análise de seus agentes e traços materiais.

A memória é profundamente ligada à ordem sensorial, as lembranças mais próximas que temos estão sempre interligadas com recordações pessoais como pontos de referência. A memória pode sobreviver ao desaparecimento de objetos materiais, monumentos e edifícios, alimentando-se de referências culturais, pessoais, literárias, etc. Quando bem construída, após sua organização e enquadramento, passa a trabalhar por si só, perde a necessidade da justificação a

todo o momento e, à medida que se enraíza, passa a tomar proporções maiores e cresce sozinha, divulga-se sozinha, a troca de informações cuida desse processo.

Sem a memória não existiria poesia, música, história e nenhuma outra arte. Murguia (2011) diz que a memória é a forma mais elementar e subjetiva, mais pessoal e emotiva do desejo do ser humano de permanecer no tempo, a memória é uma forma de conhecer o passado junto da história, é uma forma de vivenciar o tempo e permanecer nele sem perder a própria identidade. Outro ponto é que a memória é evocativa, ou seja, nos permite uma recuperação consciente ou inconsciente daquilo que desejamos vivenciar pela lembrança, ela é um acontecimento, uma representação que nos remete a um passado emotivo (MURGUIA, 2011).

A inserção do homem na história se deve principalmente aos definidores da consciência e da existência: espaço e tempo. Murguia (2011) diz que o tempo é uma categoria cuja falta de continuidade manteria todos os indivíduos em um presente eterno, uma perda de consciência de si. Por outro lado, para ter consciência é necessária uma visão de continuidade do tempo e essa continuidade só pode ser construída com a junção de pedaços e fragmentos.

As noções de tempo e espaço que circundam a memória são estruturantes de seus quadros sociais, são indispensáveis para a rememoração do passado, na medida em que as localizações, tanto espacial quanto temporal das lembranças, são sua essência.

Murguia (2010) aponta que a memória é uma espécie de cordão que amarra nossos atos e pensamentos, permitindo uma continuidade que a longo prazo articula nossa existência. Assim, conforme presentificamos o passado somos capazes de lembrar acontecimentos, ideias e fisionomias vivenciados em algum momento próximo ou em um passado remoto, dando origem a pensamentos e experiências de sentimentos. Nossa memória pode ser dita então como a representação de algo longínquo no espaço ou tempo. Porém, apesar de a memória fazer uso de imagens, não pode ser confundida com a imaginação, pois lembramos ou esquecemos unicamente de coisas que existem ou existiram, já a imaginação nos remete a um poder-ser.

A base da memória é a relação lembrança - esquecimento, pois é necessário esquecer para poder lembrar e nós apenas lembramos porque algo um dia foi esquecido, dessa forma somos desafiados o tempo todo a pensar mais além, a recordar. Recordar e esquecer constituem, ao mesmo tempo, a fragilidade e a força da memória (MURGUIA, 2011). Esse fato se dá principalmente porque nossos vestígios de existência precisam ser atualizados a todo o momento, Murguia (2001) diz então que o esquecimento não existe, que este seria uma latência constante e perpétua e que a recordação seria o resgate de alguma coisa existente e que nunca deixou de ser.

As imagens com as quais nos identificamos podem ser adquiridas ao longo da vida, para apresentar aos outros e a si próprio essa representação, constituída principalmente de continuidade, o que nos faz voltar ao fato de que a memória é construída. Assim percebemos que, além de semelhanças entre os dois tipos de memórias, esses fatos andam juntos e um se apoia no outro para que a memória esteja sempre viva. Podemos dizer também que a memória não é apenas uma ideia ou um ideal, é composta por diversas ações manifestas em acontecimentos e lugares, de forma que a memória necessita de uma atualização por meio de repetições orais, rituais, textos e documentos (MURGUIA, 2010).

Assim, a memória não é uma entidade em repouso, ela se define como algo em constante transformação e em diversos rearranjos com outras associações. Por ser uma construção histórica, ela adquire múltiplas fisionomias e seu estado é de formação constante (MURGUIA, 2010).

Passando o foco para a memória junto dos arquivos, Murguia (2011) diz que a memória, quando ligada ao arquivo, torna-se um exercício de poder, devido principalmente ao seu uso como prova/documento para escrever a história, motivo de ser também um cenário de confronto para decidir o passado, pois como objeto de poder é natural à memória ser disputada pelos grupos mais fortes da sociedade e assim instalar sua memória no coletivo.

O arquivo é, sem dúvidas, um dos agentes de atualização da memória, detentor de poder que é a razão de sua intencionalidade, dessa forma não existem relações de causa e efeito sobre os dois, o que existe é uma relação física e representativa, afetiva e racional (MURGUIA, 2011). O arquivo é uma expressão do

poder do Estado moderno, ele funciona como um mediador no regresso aos lugares de origem, ele não funciona como nossa memória, tampouco como nosso inconsciente, o arquivo guarda um passado selecionado e escolhido conscientemente.

Para Murguia (2011) o arquivo é um lugar onde o mundo todo, em ordem social, pode ser imaginado pela recorrência de um nome, de um lugar ou de um registro. O arquivo é, portanto algo que, pela ação cultural da história, transformou-se em um lugar potencial da memória. O arquivo é um lugar de memória, de uma memória construída, manipulada de diversas formas. A memória que necessitava de um lugar está hoje virtualmente contida entre diversas instituições, principalmente nos arquivos.

Como conceito, os arquivos simbolizam o passado, mas um passado como começo, como busca de uma origem. Como lugar simboliza o poder do Estado e também os movimentos sociais e, ainda de uma forma difusa, o cotidiano (MURGUIA, 2011). Destarte, o arquivo é sempre uma trajetória, uma ação, uma produção de sentidos e de respostas e um lugar de memória.

Murguia (2011) ainda diz que um documento só pode validar algum enunciado quando está respaldado pelo arquivo, nesse sentido pela origem ou fonte da verdade. O objeto não se anuncia, ele é anunciado e construído, determinado pelo espaço e validação. Assim, o arquivo quando associado à memória adquire um movimento expansivo que dilui qualquer tipo de classificação ou tipologia.

Podemos dizer que pelo seu caráter associativo o arquivo é uma entidade em constantes transformações. Sabemos que essas instituições são locais políticos, pois as relações de força e poder são perceptíveis e esse é o ponto de partida para a formação de agenciamentos, discursos e enunciados. Não podemos então pensar na função do arquivo como algo meramente administrativo e sim como um lugar de guarda de instrumentos recordatórios.

Os patrimônios, tanto materiais quanto imateriais são revestidos de uma vontade de deter o tempo, dessa forma conforme a construção do lugar de memória, no nosso caso o arquivo se inicia com a reconstrução de fragmentos e a manutenção dos vestígios do passado se torna aos poucos uma obsessão. Dessa

forma esses lugares se tornam o motivo de visitação por diversas pessoas que buscam saber sobre uma entidade coletiva específica, tornando esses lugares, além de suas funções comuns, um valor produtivo dentro das economias (MURGUIA, 2010).

2.2. O arquivo como lugar de memória

Até o momento, colocamos o enfoque na memória e suas relações. A partir de agora se faz necessário para a pesquisa um destaque aos arquivos como lugares de memória especificamente, de modo que seja possível tratar do assunto com um pouco mais de profundidade e que possamos esclarecer a importância dessa instituição, especialmente quando está vinculada a outras e quando carrega consigo o tema de nossa pesquisa, que é o arquivo pessoal.

Podemos dizer que, se a memória é socialmente construída, como vimos agora, a documentação que a envolve passa pelo mesmo processo. São trabalhos que se desenvolvem a partir de uma fonte e com um objetivo, e com o tratamento certo podem ser disponibilizados para pesquisa e estudo. O processo de construção da memória e tratamento da informação é importante, principalmente quando se trata de um processo que acontece com fontes que saem do individual para o público. Meneses (1998) diz que o compromisso dos objetos, memórias e etc., é essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como uma categoria e são criados para responderem às necessidades desse presente.

Heymann (1997) chama atenção para um ponto importante quando falamos do arquivo e de pesquisas que serão orientadas por ele, ela diz que o sentido de identidade e unidade do indivíduo depende, em grande parte, da organização dos fragmentos da memória com a qual aquele lugar se predispôs a trabalhar. Assim voltamos a importância da construção da identidade, e vemos que é algo que vai além da memória, é um ponto que se encontra também em suas aplicações. Não basta ser bem construída, a qualidade dessa construção tem que estar explícita no arquivo, bem estruturada e explicada. A pessoa que busca o arquivo tem que sentir a solidificação da memória nele.

A autora ainda diz que:

De qualquer forma, os centros de documentação funcionam como lócus privilegiado de avaliação desse capital simbólico, já que são instituições voltadas para a preservação daquelas memórias reconhecidas como históricas, ao mesmo tempo em que são capazes de conferir “valor histórico” aos papéis que se encontram sob sua guarda. (HEYMANN, 1997, p. 49).

Vemos então que a relações da memória com arquivos e centros de documentação ultrapassam a simples relação de coexistência e estão presentes em todos os aspectos de construção dos documentos que ali residem. Ambos têm uma relação de necessidade mútua: a memória precisa do arquivo para ser preservada e passada adiante e o arquivo necessita da memória para fazer a conexão entre seu material.

Heymann (2012) diz que o que está realmente em jogo é a mudança no que diz respeito à ideia de verdade. A partir de uma perspectiva na qual ela está inserida no arquivo, aguardando para ser acessada ou descoberta, passa-se a afirmar que o arquivo é constituído da verdade que guarda e revela, assim como aquela que omite e silencia.

Segundo a autora, antes o mais importante eram as fontes reunidas pelo arquivo, enquanto agora, nas últimas décadas, embora essa visão não tenha sido descartada, ganharam visibilidade as questões com relação à estrutura em que se produzem as fontes. Nessa nova perspectiva, o arquivo deixa de ser apenas um meio para a consecução de um fim, não é mais apenas um repositório de informações, torna-se também um objeto de pesquisa (HEYMANN, 2012).

Podemos então pensar em uma temporalidade para algumas abordagens: de uma visão tradicionalista que enxergava o arquivo como apenas um repositório de documentos com o poder de reconstruir o passado, o arquivo passou a ser visto como objeto de investimentos, de inspiração filosófica, que contribuiu para a emergência de novos sentidos, metafóricos e literais, ele foi associado às dinâmicas do saber e poder, configuradoras das estruturas sociais (HEYMANN, 2012). A autora ainda diz que essa releitura influenciou principalmente estudiosos dos processos históricos de dominação, que passaram a tratá-lo como um dispositivo de produção de sentidos e hierarquias. Segundo a autora:

Nesse movimento, o debate, em certo sentido, afastou-se dos documentos em si para focar as relações, os enquadramentos e os usos, dando origem

a reflexões que investiram, fundamentalmente, nas conexões entre arquivo e poder (HEYMANN, 2012, p. 46).

A pedra angular da arquivologia fala sobre o respeito à ordem original do arquivo, juntamente com o princípio de proveniência que basicamente colocam os arquivos sob a ordem em que eles já estavam originalmente antes de chegar àquela instituição, ou os agrupa em fundos que dizem respeito à sua origem, sendo assim agrupados e considerados o fundo de determinada instituição, corporação, entidade administrativa ou família.

Nessa nova perspectiva, Heymann (2012) diz que os arquivos são tomados como construções sociais e que são capazes de revelar padrões valores e padrões de comportamentos e naturezas diversas, resultantes da ação da entidade produtora do arquivo, mas são também produto de seus organizadores, os quais, muito antes do trabalho de seleção empreendido pelo historiador, realizam suas seleções, classificações e monumentalizações.

A autora afirma isso dizendo que o arquivo não armazena os documentos de forma neutra, os objetos selecionados nas práticas arquivísticas são submetidos a um tipo de racionalização que os transforma em conhecimento. Dessa forma dentro das práticas de identificação estão junto lógicas de exclusão e incorporação, assim é definido o que deve constituir a memória e a identidade (HEYMANN, 2012).

Então, podemos afirmar que uma das principais diferenças entre o arquivo pessoal e o público é que este é dito como um arquivo de acumulação necessária e não intencionada. Existem dúvidas sobre a possibilidade de uma estrutura conceitual comum para os dois tipos, principalmente por essa diferença. Os arquivos públicos são acumulações, como já ditas, necessárias, subprodutos de atividades administrativas, enquanto os pessoais são produtos de um desejo de perpetuar uma imagem, é criado intencionalmente com o objetivo de perdurar através dos tempos.

A diferença para Heymann (2012) está no fato de os arquivos pessoais, diversamente dos institucionais, não terem sua construção garantida, pois dependem da acumulação voluntária de um indivíduo físico. E mesmo que os documentos tenham sido acumulados dando origem ao arquivo, sua manutenção, preservação e disponibilização não estão asseguradas.

A sedução exercida pelos arquivos pessoais sobre os pesquisadores é, segundo Heymann (2012), devida à expectativa de tornar possível o contato com frações íntimas da história de seus personagens, expectativa essa alimentada pelo formato dos documentos de origem pessoal, distantes do rigor institucional da produção documental. A autora ainda diz que para a manutenção dessa sedução, pesa a percepção de que, diferente dos arquivos públicos, as fontes pessoais não foram produzidas visando uma oficialização ou publicidade, o que as tornam mais autênticas.

É interessante nesse ponto a citação de Derrida e Foucault no texto da autora, dizendo que o arquivo é como uma metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder; que é como uma construção política que produz e controla a informação, orientando a lembrança e o esquecimento. Esse lugar de memória é dotado de poder, um poder de destruição, seleção e exclusão ou esquecimento. Nenhuma lembrança ou conservação ocorre sem uma exclusão ou esquecimento (HEYMANN, 2012).

No entanto, antes de falarmos sobre essa relação tão importante, falaremos sobre o arquivo, principalmente o arquivo pessoal. É possível afirmar que são poucos os acontecimentos que não deixam pelo menos um vestígio escrito. Dessa forma, se pensarmos que quase tudo passa por algum tipo de suporte escrito, teremos diversos elementos que compõem a vida e a rotina. Os arquivos têm em si uma parte desse tipo de vestígio, apenas uma parte, pois é impossível recolher tudo que é produzido o tempo todo. São realizadas diversas triagens, começando pela natural que separa com o tempo o que é importante do que não é, ao chegar ao arquivo o que sobrou passa por seleções para se decidir o que fica e o que é excluído.

Um fato interessante quando se trata de selecionar e classificar, principalmente no que se diz sobre arquivos pessoais é que os objetivos da memória sempre se diversificam. Logo, o que é importante é subjetivo e pode mudar constantemente, junto com todas essas transformações a classificação também troca de lugar. Vendo essa “arrumação” de outra maneira, Artières (1998, p. 11) diz:

Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência:

omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens.

Vemos então que o processo de arquivamento, em um olhar simples, é este:, não se arquiva tudo, não se guarda tudo, é um processo de seleção que pode iniciar-se naturalmente, mas passa pela mão de profissionais e tem sua ordem estabelecida de acordo com critérios impostos previamente. Para confirmar o que estamos dizendo, Fraiz (1998) diz que é raro que um arquivo pessoal chegue a alguma instituição com alguma ordenação prévia, determinada pelo próprio titular, colaboradores ou pela família; mais incomum ainda é encontrar algum tipo de material que espelhe alguma ordem inicial ou original que possa falar do arquivo ou sobre ele.

Fraiz (1998) fala sobre os problemas desse tipo de organização, na grande maioria dos casos, nosso foco de trabalho, os arquivos pessoais, chegam de forma desordenada à instituição que os recolhe, dificultando a identificação do princípio. E nos casos em que exista ordem primitiva, mas que possa ser inadequada, a autora diz que não acha necessário uma ‘camisa de força’ para a definição do arranjo a ser adotado.

A maioria das instituições deseja manter a integridade, que se resume em seu valor de prova da organização dos documentos e função do órgão, utilizando a ordem primitiva, mas como nem sempre é tarefa simples reestabelecer essa ordem, muitas vezes abrem exceções para receber algum arquivo (FRAIZ, 1998). No caso dos arquivos pessoais, podem se ordenar de acordo com suas múltiplas atividades ou funções exercidas, pois essas atividades podem e, normalmente, refletem a base de organização dos papéis.

Fraiz (1998) traz outro ponto interessante à tona em seu trabalho: a escrita e a memória. A escrita é uma construção que pode se tornar uma obsessão por aquele que deseja arquivar a si mesmo, é a expressão máxima do desejo do dono do arquivo. A autora diz que esse hábito já existia, por exemplo, no século IV e que o registro das ações e do pensamento serviam para trazer à tona movimentos interiores da alma, ela diz que: “entendida aí como adestramento de si por si mesmo e exercitada através de abstinências, memorizações, exames de consciência, meditações, silêncios e escuta do outro” (FRAIZ, 1998, p. 68). É possível dizer então

que mediante a junção de coisas lidas, ditas por outros e fixadas pela escrita era constituída a identidade do indivíduo.

Dessa forma não é preciso argumentar que a construção de um arquivo pressupõe o ato da escrita ou que a própria precede o arquivo, contudo, é pertinente lembrar que um arquivo implica não apenas a produção de discursos de seu titular, mas também a acumulação de outros discursos (FRAIZ, 1998).

A proteção do patrimônio, como vimos, constitui-se de um ato de composição, que a todo tempo trabalha com a memória nacional, dessa forma a recusa ou a aceitação de um arquivo pode apagar ou perpetuar uma determinada história ou saber (LISBOA, 2012). Dessa forma a proteção e conservação de evidências da humanidade são importantes, pois ativam a memória de quem viveu naquele determinado período e despertam a curiosidade de quem não viveu. Outro ponto que não podemos deixar de lado é que os documentos dos arquivos pessoais também são preciosas fontes para a pesquisa histórica.

Ainda citando, Lisboa (2012, p. 17), podemos dizer então que nomeando o arquivo pessoal como um patrimônio representativo da cultura do país, esses arquivos passam a ser também os já citados “lugares da memória”, expressão cunhada por Pierre Nora em 1993 que simboliza o que esses arquivos significam. Assumindo as mesmas funções de outros bens simbólicos, o arquivo deixa um fio condutor que ativa o esquecido que poderá ser resgatado e lembrado.

Camargo (1998) diz que ao contrário do acervo bibliográfico, o documento arquivístico não tem autonomia e nem prescinde da relação que mantém com sua origem. Para além do suporte, do formato e do conteúdo, passíveis da identificação típica da biblioteconomia, nos arquivos importa conhecer o vínculo orgânico entre o documento e a ação que ele materializa a título de prova ou evidência.

Cook (1998) diz que tanto o arquivo pessoal quanto o público são artefatos de registro derivados de alguma atividade. Os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, logo oficial, ou individual, logo pessoal.

Cook (1998) ainda diz que a ciência arquivística não é, apesar do que alguns arquivistas de documentação pública gostem de afirmar, nem uma verdade universal, nem realidade fundamental que se aplicam em qualquer circunstância e

meios e em qualquer tipo de lugar. Vemos isso principalmente nas diversidades entre o arquivo pessoal e público, cada arquivo tem sua singularidade que precisa ser respeitada para conseguir de fato apresentar o que aquele acervo representa e por quais motivos ele é guardado. O autor citado ainda faz uma pergunta muito pertinente: “Podemos certamente acreditar no ‘respeito aos fundos’, mas qual é o ‘fundo’ que devemos respeitar neste novo mundo?” (COOK, 1998, p. 135).

Dessa forma os arquivos evoluíram de uma suposta posição de guardiães de pequenas coleções de documentos que vieram da Idade Média, para se tornarem agentes que estabelecem padrões de arquivamento e deliberam que informações registradas serão selecionadas para a preservação arquivística. Tornaram-se então construtores ativos da memória social, Cook (1998) afirma inclusive que se tornaram o principal agente de formação da memória, sem deixar de lado as importantes contribuições de seus colegas museus, bibliotecas e cultura material.

Atualmente os arquivos são templos modernos (COOK, 1998), templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos para as pessoas e instituições que são julgadas merecedoras da lembrança.

Segundo Santos (2012) a literatura arquivística sempre tratou das diferenças entre arquivos institucionais e pessoais estabelecendo uma oposição bastante clara. Enquanto os institucionais representam um conjunto homogêneo e necessário, resultado de, principalmente, atividades administrativas, os pessoais são produtos de uma intenção de perpetuar uma determinada imagem, são, então, fruto de uma seleção arbitrária, apresentados como um agrupamento artificial e não-natural, em que não é possível a objetividade.

Santos (2012) afirma que os arquivos pessoais, ao representarem uma parcela da memória coletiva, contribuem junto dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas. Esses arquivos interessam como fonte de pesquisa e são dotados de singularidades, como vemos aqui.

Os arquivos pessoais não se criam com uma finalidade histórico cultural inicial, mas são formados ao longo de uma vida e, dessa forma, ganham um valor

testemunhal por um gesto de quem os produziu e/ou de quem os identificou e lhes atribuiu algum significado social e cultural (SANTOS, 2012).

Esses arquivos, ainda segundo Santos (2012), são amplamente valorizados pelos historiadores, o arquivo pessoal se destaca e distingue pela capacidade de apresentar, junto das ações que revelam os vínculos do indivíduo com as instituições sociais, as relações ligadas ao universo do amor, amizade, escolhas intelectuais, obsessões, etc.

Calligaris (1998) diz que desde fotos, lembranças, até a acumulação de objetos e documentos, conjuntos às vezes confusos, organizados e ordenados, reunidos ou não com a intenção de construir um arquivo, transformam-se inevitavelmente em arquivos pessoais, principalmente quando o sujeito que os acumulou vem a falecer. Prochasson (1998) diz que os arquivos privados pendem para o lado da intimidade, na medida em que não foram construídos com o intuito de serem oficializados, assim os mais famosos, ou que contém alguma excentricidade, originalidade ou algum valor diferenciado ou fruto da junção de alguma personalidade, entram de alguma maneira na história.

Uma crítica feita por Prochasson (1998) é que os arquivos pessoais, após o falecimento de seu titulares, na maioria das vezes, ficam sob tutela da família que em alguns casos os guardam na esperança de dar um destino ao arquivo em um futuro próximo: uma biografia, um inventário publicado, uma doação. Desse episódio nascem alguns problemas: o primeiro proíbe qualquer forma de colaboração sem afirmá-lo abertamente, apenas segura o arquivo sob algum dos pretextos ditos acima; o segundo deseja que o fundo seja valorizado pelos profissionais, mas sob controle: fecha uma parte da documentação ou libera papéis com prudência deixando as informações mais íntimas ocultadas. Dessa forma o arquivo privado perde a sua riqueza, sua autenticidade. Acaba se tornando um arquivo público incompleto e por vezes desinteressante, tendo revelado apenas o mais banal, o mais conveniente ou mais desculpável.

O documento pessoal parece trazer consigo sempre uma mensagem de caráter verdadeiro. Há na fonte pessoal uma pressa em apontar o autêntico, como se esse refletisse um desnudamento do humano, isso faz parte do discurso ingênuo dos arquivos privados. Há então uma necessidade de um cuidado maior com esse

tipo de arquivo, pois podemos encontrar uma documentação 'plantada' ali para modificar alguma passagem, testemunhar a favor ou contra alguém. Prochasson (1998, p. 112) diz que: "Nada corre o risco de ser mais falso do que a 'bela carta' ou o arquivo privado 'que se basta a si mesmo', que é 'tão revelador'. Há aí algumas armadilhas preparadas".

Uma das justificativas para esse tipo de acontecimento é que diversos documentos são incorporados posteriormente à morte de seu proprietário, concedendo tempo dessas armadilhas serem preparadas. São achados documentos localizados pela família em outras residências, guardados em armários e gavetas esquecidos, entregues após o falecimento dos antigos guardiões do arquivo, etc.

Segundo Garcia (1998) embora a formação de arquivos pessoais e familiares remonte a épocas já bastante recuadas, a noção de arquivo privado como vemos hoje demorou a ser acolhida pela doutrina e legislação, pois os conjuntos documentais privados eram somente um acúmulo, não um arquivo propriamente dito. Apenas os documentos públicos eram qualificados como arquivos, podendo se tornar posteriormente um arquivo público, não havia interesse que uma documentação pessoal se tornasse pública. Essa concepção foi dominante durante muito tempo.

A partir da Idade Moderna a jurisprudência começou a afirmar a existência de arquivos privados, dessa forma, como cita Garcia (1998), passaram a ser reconhecidos como tais não só os arquivos de pessoas jurídicas, mas os de pessoas físicas também. Porém, a ideia antiga continuou prevalecente e definindo como arquivo apenas o que fosse público. A autora ainda diz que o interesse do Estado pelos fundos privados é em grande parte uma novidade dos tempos recentes e, hoje, generalizando a aplicação do princípio de proveniência, existe a preocupação de evitar o desmembramento dos arquivos privados e manter sua integridade.

Ainda segundo Garcia (1998), o arquivo que nasce privado pode mudar sua natureza e as relações entre o produtor e o Estado se alteram. Podem inclusive, existir casos em que o mesmo arquivo é ao mesmo tempo segundo um ordenamento privado, e segundo outro ordenamento público. A autora ainda diz que, além disso, não são raros os casos em que arquivos públicos são originados dos arquivos privados como, por exemplo, arquivos notariais, que em alguns

ordenamentos são considerados privados. Outro caso são os documentos de governantes, em que é muito difícil separar os papéis pessoais e públicos. Costa (1998) diz que os arquivos privados tidos como de interesse público continuam a serem bens privados, mas integram o patrimônio cultural da nação.

O interesse dos arquivos privados pelos historiadores em geral, segundo Gomes (1998) está associado a uma grande mudança no campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes de pesquisa, esta, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da diversificação de escolhas. A autora ainda diz que, dessa forma, a história cultural também rejeita as oposições entre o coletivo e o individual, entre o quantitativo e o qualitativo, assumindo um foco que trabalha com ambos, mas que: “inova ao postular a dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo” (GOMES, 1998, p. 123).

Gomes (1998) diz que esse estouro dos arquivos privados está ligado a uma revalorização do indivíduo na história, logo, a uma revalorização da lógica de suas ações que são pautadas em escolhas dentro de um campo de possibilidades com limites, mas com alternativas também. Não apenas a história cultural está no centro dessa transformação, mas também uma ‘nova’ história política e uma ‘nova’ história social, com fronteiras fluidas e móveis. Segundo a autora, ao mesmo tempo vemos a conexão dessas fontes com a história cultural, em que essa correspondência é lugar de sociabilidade, de trocas de ideias, de projetos, etc.

Vemos que esse é o grande feitiço do arquivo privado. Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e que não foi, na maioria das vezes, destinada explicitamente ao espaço público, ela mostra seu produtor da forma mais real possível, atestando a espontaneidade e intimidade, marcas do registro (GOMES, 1998).

Uma marca óbvia dos arquivos pessoais é sua extrema especificidade, Abellás (2012) afirma isso pois eles dão conta de vidas individuais e são objeto e fonte desses conjuntos documentais. Todavia, existem características que marcam boa parte desses acervos, para além de suas especificidades individuais. Podemos dizer então que o arquivo pessoal é uma forma de escrita de si.

Abellás (2012) ainda diz que os arquivos pessoais se diferenciam, como já mencionamos, por suas especificidades, apresentando desafios adicionais àqueles que trabalham em sua organização. A falta de um ordenamento prévio e a presença de um variado leque de documentos de naturezas diversas cria nesses arquivos o que a autora Ana Maria de Almeida Camargo chama de “zona da penumbra”, que representa alguns obstáculos à sua organização.

Os arquivos pessoais são dotados de algumas singularidades, são constituídos ao longo da vida de um indivíduo, não produzido nem recolhido segundo modelos prescritos, dando conta de sua vida particular e de suas relações com o mundo.

O fato é que o campo dos arquivos pessoais sempre gerou curiosidade, interesse e indagação, a sensação de poder entrar um pouco mais na vida daquele personagem. Dessa forma Bellotto (1998) diz que além dessa curiosidade comum, a sociedade pode ganhar muito com essas inestimáveis fontes que são os registros pessoais, cheios de uma imprescindível sinceridade, mesmo que nem sempre “de verdade”.

Interdisciplinares por excelência, com possibilidades de inúmeras abordagens e olhares, os arquivos pessoais, como já mencionamos, não tinham espaço até aproximadamente três décadas atrás, hoje a situação é bem diferente. Bellotto (1998) pontua que com os arquivos pessoais inspirando e documentando os mais diversos trabalhos acadêmicos e de ficção (como literatura e cinema), originando exposições e estas motivando publicações, estão provando sua dinamização e o crescimento dos recolhimentos, organização e disponibilização dos documentos de origem privada em instituições especializadas públicas ou particulares.

Podemos dizer que o arquivo pessoal é um tipo de “coleção de si” (RIBEIRO, 1998, p.35), aquela que visa guardar a melhor recordação do próprio indivíduo, geralmente pela mediação socialmente aceita de objetos que ou já se valorizaram, ou que um dia irão se valorizar. E por outro lado, temos coleções um pouco menos egoístas, marcadas mais pelo gesto puro do entesouramento do que pelo papel que esse possa vir a ter na perpetuação de uma identidade gloriosa (RIBEIRO, 1998). Assim a memória deixa de significar apenas a unidade nacional, para designar também um fracionamento, um reconhecimento de identidades parciais e

essencialmente antiunificáveis, como afirma o autor citado, deixou de residir no gesto exemplar do herói para figurar numa multiplicidade de pequenos atos e gestos também anônimos.

Ribeiro (2010) trabalha com as noções apontadas por Nora e Namer, e diz que os lugares da memória estão esvaziados e que esses lugares são, antes de tudo, restos. Então podemos dizer que o arquivo coleta os pedaços da memória, construindo assim um lugar de memória.

A memória é cristalizada de acordo com o traço e o vestígio, na materialidade do registro e na visibilidade da imagem. Assim, isso que tratamos como memória, nada mais é do que a constituição do estoque material do que é possível lembrar. Podemos afirmar então que a memória é traduzida por aspectos que se dão, na maioria das vezes, pela rememoração, que é o objetivo do arquivo enquanto lugar de memória: possibilitar uma leitura, uma organização daquela memória guardada.

Kleinman (2010) diz que os arquivos são a residência mais apropriada para o desenvolvimento dessas paixões pela documentação, mas demandam da aceitação de seus próprios termos, ou seja, para o pesquisador que deseja se dedicar à um arquivo, ele precisa primeiro aceitar a forma como ele se mostra.

Albada (2010) diz que alguns sinônimos da memória são a recordação, a lembrança, a reminiscência e a retrospectiva. Ele ainda completa os sinônimos da memória com sua descrição sobre o que é um arquivo:

However, to my way of thinking, archives are not static. Archives to me represents a kind of living organism, growing, breathing, suffering, enjoying, an organism with which one can communicate, an organism that can be belittled, burned, falsified, nurtured exploited, used and abused (ALBADA, 2010, p.216).

Dessa forma o arquivo é um leque de usos e de possibilidades, que junto da memória e seus sinônimos criam esses lugares específicos de recordações e esquecimentos.

Nora (1993), afirma que o motivo de falarmos tanto em memória é porque ela não existe mais. O que existe é o sentimento de continuidade que se torna residual aos locais. Ele afirma que “Há locais de memória por que não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p.7). Ele diz que a memória atualmente foi substituída pela

película efêmera da atualidade, graças a mundialização, a massificação e da mediatização.

Ele ainda diz que, “Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.” (NORA, 1993, p.9). Vemos assim que memória e história não são sinônimos, Nora (1993, p. 9) diz que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Nora introduz o termo – que já mencionamos – “lugares da memória” e diz que esses lugares “são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA, 1993, p.12). Assim ele diz que os museus, os cemitérios, os arquivos, coleções, monumentos, festas de aniversários e demais comemorações são ilusões da eternidade, testemunhas de outra era.

Ele diz que esses lugares de memória se baseiam no sentimento de que não há mais memória espontânea e que é preciso todas as atividades listadas acima, uma vez que essas operações não são naturais. Sem essa vigilância comemorativa a história varreria esses fatos com rapidez.

Nora (1993) afirma que daí vem a obsessão pelo arquivo, que “marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado” (NORA, 1993, p.14). Ele completa dizendo que:

A lembrança é passado completo em sua reconstituição a mais minuciosa. É uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente em sua pele morta. (NORA, 1993, p.15).

À medida que a memória desaparece nós nos sentimos com a obrigação de acumular os seus vestígios, sinais visíveis do que foi. Nora (1993) diz que não é apenas guardar tudo, mas conservar todos os sinais indicativos da memória. Ele também diz que produzir arquivos é o imperativo da época e que ele não é mais o

saldo intencional de uma memória vivida: ele é a secreção voluntária e organizada da memória perdida.

Sobre os lugares de memória, Nora (1993, p. 21) diz que:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual.

O que os constitui é um jogo da memória e da história. Nora (1993) afirma que nesse jogo é a memória que dita e a história que escreve e é por isso que os dois domínios merecem que nos detenhamos. “A memória perdura-se em lugares, como a história em acontecimento” (NORA, 1993, p. 23).

Jardim (1995) diz que a memória verdadeira, quando transformada por sua passagem em história dá lugar a uma memória arquivística, que nada mais é que a construção do estoque material do que é possível lembrar. Com a criação das tradições, da ideia de nação, junto criou-se o hábito de preservar o passado, principalmente o passado comum, assim surgem os patrimônios nesse processo de organização do Estado e criação de valores e raízes, norteadores de políticas públicas que determinam registros documentais.

Com o aumento da busca, vemos os arquivos se dividirem entre documentos ligados à pesquisa científica e documentos com o fator de testemunho das ações do Estado e garantia dos direitos dos cidadãos, fazendo essas práticas se legitimarem no discurso da preservação e democratização da memória nacional (JARDIM, 1995). Dessa forma os arquivos são a construção de uma organização, não importa qual seja a sociedade, é uma coletividade que visa harmonizar o funcionamento e gerar o futuro. Os arquivos existem, pois há necessidade de uma memória registrada, de um lugar de elaboração e de conservação da memória coletiva.

Podemos dizer que um país que não possui arquivos é um país que não valoriza sua memória, cultura ou direitos, pois a habitação das raízes do Estado é o arquivo. Jardim (1995) diz que os arquivos históricos são instituições repositórias da memória, que por sua vez é forjadora da identidade nacional.

Assim podemos finalizar dizendo que essa relação é indissociável, é preciso mais do que documentos para compor um arquivo e mais do que memória para fazê-lo de um lugar de guarda. Os arquivos atualmente conseguiram esse título de 'lugar de guarda', pois cumprem com propriedade sua função de guardar, recuperar e disseminar, não apenas os papéis que ali se encontram, mas também a história que eles contam e a memória que eles guardam.

Mais adiante neste trabalho veremos em detalhes o arquivo do Professor Zeferino Vaz e como esse acervo constitui a história e a formação da Universidade de Campinas – Unicamp. O acervo que estudaremos é um exemplo do que tratamos neste capítulo: um arquivo pessoal que se tornou público. Claro que um arquivo desse porte não carrega apenas documentos pessoais, tem consigo diversos papéis relacionados à Universidade também, e é isso que o torna singular e rico: uma mistura do público e do pessoal que ajudou e constitui atualmente a história da Universidade.

Professor Vaz não era apenas um homem à frente de um projeto universitário, sempre teve como hábito documentar, fotografar e guardar tudo que podia e que dizia respeito à Universidade enquanto esteve à frente dela. Vaz, como os exemplos que discutimos ao longo desse capítulo sempre foi interessado em perpetuar uma memória e assim o fez.

Finalizamos então citando Cook (1998, p. 144) que diz que “recordar é para o indivíduo tanto pessoal quanto social, tanto interno quanto externo e tanto privado quanto público”. Dessa forma também deve ser, coletivamente, para os arquivos que são criados com o intuito de ajudar a sociedade a se lembrar do passado, de suas raízes e de sua história, que, por definição, combinam com o público e o pessoal.

3. UNICAMP: DOS PLANOS À CONCRETIZAÇÃO

Podemos dizer que a Universidade Estadual de Campinas, mais conhecida como Unicamp, é uma instituição jovem, sua fundação data de 1966, mas que atualmente possui tradição e excelência no ensino e pesquisa no Brasil. Porém, antes de entrarmos na questão da Unicamp, voltaremos um pouco à questão da universidade no Brasil e suas estruturas, para discutirmos mais adiante as inovações propostas por essa universidade.

3.1 A universidade no Brasil

Castilho (2008) diz que a universidade é uma instituição que nunca fez parte de nossa existência e que mesmo com a independência política desde 1822, o Brasil ainda seguiria sem uma universidade por mais de um século.

Ele ainda diz que a concepção da universidade no Brasil foi uma anomalia gerada no século XIX e montada a partir de decisões de Dom João VI, que no lugar de propor a criação de uma universidade moderna (cujo conceito foi definido no mesmo ano em que o príncipe regente e sua corte chegaram no Brasil), passa a criar “escolas isoladas”, que serviriam de mero treinamento profissional para preparar servidores do Estado.

Dessa forma, Castilho (2008) afirma que as vigas que sustentariam a universidade no Brasil estavam determinadas e se apoiariam no pragmatismo e o utilitarismo. Ele diz que:

Pragmatismo, que justifica a oferta de cursos cuja finalidade é exclusivamente o treinamento de profissionais para o Estado. Utilitarismo, cuja prática de ensino restringe o aprendizado aos conhecimentos que se utilizam no exercício de uma dada profissão. Desconhece-se a existência das ciências como tais (CASTILHO, 2008, p.37).

Assim, o Brasil construiu um sistema de ensino superior que foi contrário à universidade, tendo como padrão as escolas isoladas, que na maioria das vezes eram apenas cursos dispersos, não chegando nem a ser de fato uma escola.

O século XIX no Brasil foi um período que gerou a “antiuniversidade” (Castilho, 2008, p.38), Dom João VI negligenciou por completo a reforma que priorizaria a pesquisa científica moderna e instituiu cursos diversos na Bahia e Rio de Janeiro, a antiga e a nova sede do governo-geral, respectivamente.

Os cursos na Bahia foram: Academia da Marinha, Curso de Cirurgia no Hospital Militar, Cadeira de Economia. Academia Real Militar, Curso de Agricultura e Curso de Desenho Técnico. No Rio foram: Curso de Anatomia e Cirurgia, Curso de Medicina, Curso de Agricultura, Laboratório de Química e Escola de Ciências, Artes e Ofícios - que se tornou a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil e, mais tarde, transformar-se-ia na Academia de Artes.

Na Constituinte de 1823 houve uma proposta para a criação de duas universidades no Brasil: uma em São Paulo e uma em Olinda. Assim, após muitas polêmicas sobre os projetos e a falta deles, a criação da universidade em São Paulo foi aceita com a condição da criação de uma também em Olinda. Finalmente, no dia 10 de outubro de 1823 foi aprovado o projeto de criação, para as duas cidades, com o curso de Ciências Sociais e Políticas em ambas, e em poucos anos o número de matriculados nessas instituições cresceu mais que o de estudantes de Direito e Medicina.

Dessa forma, essa primeira experiência de ensino superior no Brasil deixou um legado: ergueram-se desde sempre os maiores obstáculos para a introdução da universidade moderna no país.

Castilho (2008, p.42) enumera seis características para a concepção brasileira de ensino superior, são elas:

1. Ensinismo: Escolas que procuram reduzir ao máximo suas atividades, nem sempre dispõem de instalações escolares e frequentemente os cursos utilizam locais que mal acomodam as turmas. A atividade de pesquisa mal existe, e se existe está subordinada ao ensino que se realiza em aulas repetitivas. Quando a instituição é privada abrevia ao máximo o programa de aulas e cargas obrigatórias, a remuneração de docentes é o principal item de custo e o nível de remuneração é fixado de acordo com o jogo de mercado de horas-aula.
2. Profissionismo: Os cursos têm sempre uma finalidade pragmática e os programas são elaborados a partir de critérios utilitários. Os conteúdos são limitados ao que se parece indispensável ao estrito exercício do futuro profissional. O pragmatismo e o utilitarismo conduzem ao especialismo, que por sua vez, facilita a adoção do curso rápido. É o que provavelmente explica

o esforço dos profissionais liberais e profissionais em geral para impedir que a universidade pública assuma seu conceito moderno.

3. Isolacionismo: O que mais se opõe à universidade moderna conceitualmente. Para essa espécie de instituição, abandonar o programa de treinamento profissional por um programa de formação significa afastar-se da conexão com o mercado. Essa série, composta por *ensinismo*, *proficionismo*, *especialismo* e *isolacionismo* compõe a justificativa da antiuniversidade.
4. Privatismo: A partir do momento em que o estado começa a perder para os mercados nascentes e em expansão a condição de referencial pragmático, é forçoso que os cursos profissionais reformulem seus programas e objetivos para poder se adaptar às novas linhas da demanda das empresas no mercado das ocupações. Assim, uma escola que procura subordinar-se às variações de volume e da especificidade do emprego, tende a se transformar, ela mesma, em empresa, a fim de se ajustar da melhor e mais rápida maneira às oscilações da demanda. É isso que a maioria das escolas privadas de ensino superior tem como principal objetivo atualmente, conferir um diploma que habilite seu portador a obter um emprego em uma empresa.
5. Autodidatismo: Pelo contato do currículo com algumas disciplinas propriamente teóricas, ocorre em certos estudantes o interesse pelo seu estudo direto, mas dada a inexistência da universidade, onde poderiam estudá-las, durante o tempo que precede sua criação os profissionais liberais passam a fazê-lo por conta própria.
6. Substituísmo: Dizem ser um fenômeno mais interiorano, é de ocorrência mais frequente entre os profissionais que se dizem liberais que, na falta do verdadeiro homem de “ciência” se fazem passar por ele. É o advogado fazer às vezes do homem de letras, o médico do biólogo. O matemático do físico, etc.

Vemos então alguns dos motivos que dificultaram a estabilização da universidade moderna no Brasil. Antes de prosseguirmos, faz-se necessário nesse momento, após tanto citar a “universidade moderna”, fazer algumas considerações gerais sobre esta e expor brevemente esse conceito que regulou a concepção do projeto da Unicamp.

A universidade moderna originou-se da redefinição de uma ideia de Guilherme de Humboldt, que em seu memorando “Sobre a organização interna e externa dos estabelecimentos científicos em Berlim”, de 1808, sugeriu diretrizes gerais e para longo prazo para a elaboração do roteiro que nortearia o processo de criação da Universidade de Berlim (CASTILHO, 2008, p.45).

Esse modelo logo se impôs e rapidamente se difundiu. Primeiro pela Alemanha, depois na Europa e na América do Norte. Berlim foi a primeira e obrigatória referência, sua criação foi como o efeito de um processo que pôs fim a uma crise de ensino e ideia de universidade.

A universidade moderna, como já dito, é baseada no memorando de Humboldt, que partiu do exame do conjunto institucional que ele pensava como um único conceito: conceito dos estabelecimentos científicos superiores. Dessa forma, a universidade visava uma reelaboração do ensino para criar novos conhecimentos e elaborar a cultura, integrando em sua origem e objetivo o ensino e a pesquisa. Seria uma reestruturação e transmissão de conhecimentos. O ensino não deveria mais ser entendido como instrução e passou a ser concebido como aprendizagem da atitude científica.

O desenvolvimento da atitude científica seria primordial e indispensável às aplicações inovadoras na prática. Seria o ponto de partida de um processo de educação permanente e seguido por toda a vida ativa. A universidade moderna também buscava autonomia institucional e liberdade acadêmica e administrativa.

As primeiras universidades no Brasil estavam longe de seguir esse modelo, como já foi dito, elas visavam mais à criação de cursos técnicos e profissionalizantes. As primeiras universidades que tentaram colocar em prática a concepção de universidade moderna foram a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de São Paulo no ABC paulista, mas nenhuma delas conseguiu contemplar de forma efetiva essa ideia.

3.2 A Unicamp

A Universidade Estadual de Campinas foi criada em 1962, fruto de um antigo sonho vindo desde 1946, que tinha por objetivo a criação de uma Faculdade de Medicina na cidade. A Faculdade de Medicina de Campinas (FMC) foi criada no

papel, mas não teve sua instalação concretizada por falta de recursos governamentais. Montou-se, então, uma comissão no Conselho Estadual de Ensino Superior para avaliar as condições da Faculdade e tentar levar o projeto adiante.

Essa comissão teve em seu início Zeferino Vaz à frente, que era abertamente contra uma universidade em Campinas. Dizia que não havia sentindo nem necessidade da construção devido à proximidade de São Paulo e Ribeirão Preto, onde estava sua FMRP. Assim em um “leilão” por qual região do estado ganharia sua universidade, Vaz, com sua influência, levou o sonho de Campinas para Botucatu, onde segundo ele, as instalações eram mais adiantadas e favoreceria uma demanda diferenciada do estado, atrasando então o projeto campineiro (GOMES, 2007).

Em 1960, Dr. Roberto Franco do Amaral assumiu a presidência da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas (SMCC) e em seu discurso de posse afirmou ser favorável à instalação da Faculdade de Medicina de Campinas, pois até então não haviam motivos plausíveis para que não estivesse concretizada, e que colocaria forças nesse projeto de instalação.

No ano seguinte foi iniciada uma campanha pró-instalação. Foram formadas dez comissões para avaliação, levantamentos estatísticos, contatos com a imprensa, tráfico de influências, palestras de esclarecimentos, visitas a políticos, etc. Em seu início, o projeto contava com o apoio de 18 entidades, mas com seu crescimento ganhou a adesão do clero, do Rotary Clube, do Lyons Clube, de políticos da região e do Dr. Antonio Augusto de Almeida, representando a SMCC, que posteriormente se tornaria diretor da FMC e reitor da Unicamp, que ainda só existia no papel.

Em 28 de dezembro de 1962 entrou em vigor a Lei Estadual nº 7.655 que dava autonomia didática, disciplinar, financeira e administrativa a essa entidade. A partir de então, Universidade de Campinas, que deveria ministrar o ensino universitário e pós-graduado, promover a pesquisa pura e aplicada e formar profissionais de nível médio e superior (MENEGBEL, 1994).

De acordo com Meneghel (1994, p.94), no texto da lei, a Universidade teria:

- Faculdades: que ministrariam a parte especializada dos currículos, além de cursos de pós-graduação. (Artigo 4º)

- Institutos de Ensino: que ministrariam as disciplinas básicas a serviço de outras faculdades ou escolas. (Artigo 5º)
- Institutos de pesquisa: que realizariam atividades de investigação científica, pura ou aplicada, e ministrariam cursos de pós-graduação, extensão e especialização. (Artigo 6º)
- Escolas técnicas: que formariam técnicos de nível médio. (Artigo 7º)
- Institutos complementares: que congregariam instituições que mantivessem colaboração de natureza científica, técnica, didática e cultural com a Universidade. (Artigo 9º)

A todas as faculdades e institutos caberiam realizar atividades ligadas a pesquisa e extensão científica.

A reitoria manteve-se no mesmo esquema de lista tríplice que já era conhecido, três nomes seriam selecionados pelo Conselho Universitário (que seria constituído quando fossem preenchidos dois terços dos lugares destinados a professores catedráticos) e enviados ao governador que escolheria um nome. Enquanto isso não acontecesse a Universidade era regida por um Conselho de Curadores e o reitor nomeado pelo Executivo.

Percebemos até aqui que os organizadores da nova universidade tinham a intenção de adotar princípios modernos, no entanto essa modernidade não havia sido suficientemente planejada, prevendo-se a utilização dos estatutos da USP (elaborados décadas antes do planejamento da nova universidade), tomava como referência um modelo ultrapassado, não caracterizando uma proposta amadurecida e sólida de universidade.

A Universidade, ainda sem local definido, instalou-se provisoriamente no prédio da maternidade em Campinas, foram contratados docentes para as cadeiras básicas e alguns funcionários. Foram inscritos 1654 candidatos para as primeiras 50 vagas, cerca de 300 a mais que o esperado para o vestibular, e em 20 de maio de 1963 foi proferida a primeira aula da Faculdade de Ciências Médicas (MENEGHEL, 1994).

O novo governador Adhemar de Barros não demonstrou interesse pelo projeto da Universidade de Campinas e limitou as verbas para que apenas a Faculdade de Ciências Médicas continuasse funcionando, a medida foi aprovada por alguns setores do governo, pois muitas críticas foram feitas à nova Universidade pelo CEE.

Segundo Meneghel (1994), a extinção só não aconteceu graças à pressão de alguns políticos locais, docentes da Faculdade e o vice-governador na época, Laudo Natel, que se movimentaram com poder político em prol da continuação da Universidade. Outro fator que tirou a instituição do foco do CEE foi o golpe militar em 1964 e, enquanto isso, a FMC continuou a contratação de docentes para disciplinas básicas e início das especializadas. Naquela época a faculdade via-se com poucos recursos financeiros e a instalação da Universidade não havia começado.

Em abril de 1965 o CEE instituiu uma comissão especial para verificar as condições de instalação da Unicamp. O relatório dessa comissão concluiu que no momento era inoportuno o estabelecimento da Universidade e que seria melhor privilegiar a solidificação da FMC. Foi sugerida também a criação de uma Comissão Organizadora para tratar dos assuntos específicos sobre o projeto da Universidade.

A visita resultou em uma crise para a Universidade em criação. O CEE estava contrariado com a existência de uma universidade que era constituída de uma única unidade de ensino – a Faculdade de Medicina, quando a lei exigia um mínimo de cinco para que tivesse seu funcionamento autorizado (GOMES, 2007).

A Universidade de Campinas tinha tudo: reitor, conselho de curadores, funcionários e professores, só não tinha estabelecimentos de ensino. Em seu terceiro ano de funcionamento a Universidade ainda girava em torno de um leque de disciplinas que poderiam ser o embrião das oito unidades projetadas, mas que ainda contemplavam um único curso, o de Medicina. O reitor Mário Degni, responsável na época ia de mal a pior, andava em círculos, tinha desafetos dentro de seu próprio conselho, não era recebido pelo governador e se ausentava frequentemente de suas obrigações, deixando a Universidade por um fio (GOMES, 2007).

O governador Adhemar de Barros, desinteressado pela Universidade baixou um decreto transformando a Faculdade de Medicina em instituto isolado de ensino superior. O que na prática abria caminho para a extinção do projeto da Unicamp.

Enquanto isso Zeferino Vaz em São Paulo terminava seu mandato de presidente do CEE. Despojado de seu cargo como reitor na UnB e sem cargo executivo no governo, anunciou sua reeleição no conselho. Perdeu rigorosamente para sua concorrente e amiga Esther de Figueiredo Ferraz, mas continuou conselheiro designado para uma das três câmaras do Conselho (GOMES, 2007).

A partir daí o episódio da derrota tomou conta de Vaz e esse se dedicou a emperrar discussões, inviabilizar votações e dificultar ao máximo as atividades do Conselho, se tornando rapidamente um problema que precisaria de solução urgente. A ocasião não demorou a aparecer, a questão de Campinas era tão urgente quanto a do Conselheiro, e assim uniram os problemas e conseguiram a solução perfeita: enviar Zeferino Vaz à Campinas, se a Universidade já estava no papel, então que se concretizasse de vez, e ninguém melhor que o professor para tal demanda (GOMES, 2007).

Assim, após longas reuniões, Vaz aceitou colaborar com a Unicamp, e em setembro de 1965 o governador assinou um decreto criando a “Comissão Organizadora da Universidade de Campinas”, subordinada ao CEE, que deveria dar prosseguimento à implantação da Faculdade de Medicina e estudar e planejar a instalação das demais unidades da Universidade, a comissão contava com Zeferino Vaz como presidente.

A Unicamp nasceu do propósito do governo de São Paulo, como já citamos anteriormente, de instalar no interior do Estado uma nova universidade que fosse uma grande escola de ensino superior e, ao mesmo tempo, um importante centro de pesquisa científica. Ao aceitar a incumbência, Vaz pediu carta branca para contratar, no Brasil e no exterior, quantos pesquisadores fossem necessários para o projeto. Foi assim que, antes mesmo da construção dos primeiros prédios, ele atraiu para as imediações do campus cerca de 200 pesquisadores estrangeiros e outros 180 que aceitaram trocar suas instituições de origem pela nova universidade que nascia.

Com Vaz à frente do projeto a Universidade ganhou seu espaço físico, começou a ser construída e ganhou seus primeiros institutos e prédios. Ele esteve à frente da Unicamp por doze anos - segue abaixo a cronologia, tirada do site da Universidade (2012), dos feitos administrados por ele durante seu período como reitor (UNICAMP, 2012a):

1967 - Em janeiro foi incorporada à Universidade uma nova unidade, a Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), fundada em 1955, assim como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, que foi desvinculada no ano seguinte pelo governador Abreu Sodré. Ainda em janeiro foi constituído o Conselho Diretor (órgão máximo da Universidade) e instalou-se o Instituto de Física "Gleb Wataghin" (IFGW), que já na década de 70 realizaria importantes pesquisas. Foi constituído o Instituto de Química (IQ) que em pouco tempo já era considerado um centro latino-americano de excelência. Foi criada a Faculdade de Tecnologia de Alimentos (FTA), a primeira da América Latina na área. Fundou-se a Associação dos Servidores da Unicamp (Assuc) e em novembro entrou em operação no campus um símbolo da modernidade, o computador IBM 1130.

1968 - Foi inaugurado o primeiro edifício no campus, que alojou provisoriamente o Instituto de Biologia (IB) e mais tarde a Administração. Criou-se o Departamento de Planejamento Econômico e Social, que daria origem ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e, mais tarde, ao Instituto de Economia (IE), uma das principais escolas de pensamento econômico do país e instalou-se o Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação (Imecc).

1969 - Foi instalado o Instituto de Biologia (IB) que, de imediato, se destacou por suas pesquisas em Genética, Microbiologia e Zoologia. Foi criada a Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC), abrigando os Departamentos de Engenharia Mecânica e Elétrica, acrescidos em 1975 do Departamento de Engenharia Química. Incorporou-se à Universidade a Faculdade de Engenharia de Limeira (FEL), a segunda unidade fora do campus de Campinas. Pelo decreto do Governo do Estado, nº 52.255, de 30 de julho, foram baixados os Estatutos da Unicamp.

1970 - A Unicamp foi firmada como importante polo de produção de pesquisas e de cultura, reunindo grandes nomes no meio acadêmico, entre eles César Lattes, André Tosello, Sérgio Porto, Gleb Wataghin, Vital Brasil, Marcelo Damy, José Ellis Ripper

Filho, João Manuel Cardoso de Mello, Rogério Cerqueira Leite, Giuseppe Cilento e Benito Juarez.

1971 - Foi criado o Departamento de Música, futuro Instituto de Artes (IA). Foram inaugurados os pavilhões para as áreas de Química, Matemática, Centro de Tecnologia (CT), Centro de Vivência Infantil, Restaurante Universitário, Faculdade de Engenharia, Ciclo Básico e Administração Geral da Universidade.

1972 - Iniciaram-se as atividades da Faculdade de Educação (FE), que passou a oferecer disciplinas de caráter pedagógico para os currículos de Licenciatura. Inaugurado o Centro de Tecnologia (CT), órgão de prestação de serviços e de apoio às unidades de ensino e pesquisa. Nele se estudavam modelos estratégicos, projetos avançados e soluções para a indústria dos setores mecânico e metalúrgico, na substituição da tecnologia externa pela nacional. Foram inauguradas várias outras obras de infraestrutura e edifícios, como o Ciclo Básico, onde os alunos de diferentes cursos assistem às aulas de disciplinas básicas.

1973 - Foram inauguradas as instalações do setor de deficientes auditivos e visuais do Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação "Gabriel Porto" (Cepre), da Faculdade de Engenharia de Limeira (FEL) e do Colégio Técnico da mesma cidade.

1974 - Em setembro o Instituto de Biologia (IB) mudou-se para o novo prédio, dando novo impulso às pesquisas. Teve início o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FE).

1975 - Instalado no Gabinete do Reitor o terminal de computação, foi lançada a pedra fundamental do Hospital das Clínicas (HC). Iniciou-se o Programa de Pós-Graduação em Educação. A Faculdade de Tecnologia de Alimentos (FTA) passou a denominar-se Faculdade de Engenharia de Alimentos e Agrícola (Feaa).

1976 - Em 10 de outubro foi registrado, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), o logotipo da Universidade. No mesmo mês, o Decreto nº 78.531 do Ministério da Educação reconheceu a Unicamp como instituição. Foi constituído o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), como fruto do desmembramento do Departamento de Linguística do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

1977 - Nasceu a Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp) e a Associação dos Servidores (Assuc), hoje Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), instalou-se em sua sede.

1978 - A inauguração de vários pavilhões ampliou a estrutura física da Universidade (Cirurgia Experimental, Engenharia, Física, Química, Matemática, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Computação, Genética, Biblioteca Central e outros). Deu-se por encerrada a implantação da Unicamp e, com ela, terminou a administração *pró-tempore* do reitor e fundador Zeferino Vaz, que se aposentou compulsoriamente aos 70 anos. O professor Plínio Alves de Moraes, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), assumiu a reitoria por quatro anos. Vaz passou a presidir a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp).

O projeto de instalação da Unicamp veio responder à crescente demanda por pessoal qualificado na região de São Paulo, que já nos anos 60 detinha 40% da capacidade industrial do país e 24% de sua população ativa. Até então, o sistema de ensino superior estava voltado para a formação de profissionais liberais solicitados pelo processo de urbanização, como advogados, médicos e engenheiros civis. Necessitava-se, portanto, de uma universidade que focasse a pesquisa tecnológica e mantivesse, desde o início, forte vínculo com o setor produtivo (UNICAMP, 2012a).

Desse modo, diferente da tradição brasileira de crescimento cumulativo de suas universidades graças à justaposição de cursos e unidades, a Unicamp foi planejada como um projeto orgânico e coeso. A definição dos cursos a serem implantados demandou uma série de reuniões com representantes da indústria e da sociedade. As unidades e os laboratórios surgiram, assim, em função de necessidades concretas do mercado, que na época exigia engenheiros, químicos, físicos, biólogos, matemáticos e economistas, entre outros profissionais.

O Conselho Universitário, em outubro de 1989 e setembro de 1990, respectivamente, aprovou o desmembramento da Faculdade de Engenharia de Campinas que se tornaria Faculdade de Engenharia Química e Faculdade de Engenharia Mecânica e a alteração de denominação da Faculdade de Engenharia de Limeira para Faculdade de Engenharia Civil. Posteriormente surgiram os cursos noturnos e cursos novos como Arquitetura e Urbanismo, Ciências da Terra e

Fonoaudiologia, entre outros. Em maio de 2008, o Conselho Universitário aprovou a criação, em 2009, de oito cursos no novo campus de Limeira (UNICAMP, 2012a).

O terreno onde se situa a Cidade Universitária "Zeferino Vaz", nome atribuído ao campus da Unicamp em Campinas, era parte da fazenda Rio das Pedras, propriedade de João Adhemar de Almeida Prado e foi "vendida" pela quantia simbólica de um cruzeiro. Almeida Prado recebeu esse valor das mãos do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

O campus tem o nome do seu fundador e idealizador, pois foi ele quem orientou a elaboração do plano diretor da Universidade para que o seu traçado físico e urbanístico representasse o melhor relacionamento possível entre o conceito e a filosofia da Universidade, seus objetivos acadêmicos e de pesquisa, o caráter e as limitações do terreno, e os estágios de crescimento necessários. O objetivo, na verdade, era conjugar a filosofia da Universidade com sua implantação territorial.

Destarte, propostas anteriores de doação de terrenos nas circunvizinhanças de Campinas foram rejeitadas. Não foram estudados apenas os aspectos de infraestrutura, mas pensou-se ainda na perspectiva de evolução urbana da cidade, considerando a localização de indústrias e as possibilidades de acesso à Universidade, esse acesso não poderia acontecer apenas pelo centro da cidade: seria fundamental a utilização das rodovias da região para facilitar a vinda das pessoas de toda a circunvizinhança. A escolha também foi influenciada pela possibilidade da construção estratégica dos edifícios de pesquisa, considerando-se o desenvolvimento de atividades que fossem além das atividades de graduação, que orientava a maioria dos projetos de construção de prédios para universidades. A Unicamp deveria ser a matriz geradora de docentes e pesquisa para o país, voltada à pesquisa e à pós-graduação.

Essa condição foi determinante para que as três áreas do conhecimento fossem alocadas em três grandes setores: Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Humanidades. Tais setores teriam ligações com extensões como o Hospital das Clínicas, Centro de Tecnologia e Centro de Vivência. O início da implantação, entretanto, exigia uma ocupação territorial com flexibilidade para permitir a expansão das áreas de pesquisa diante da demanda de novas atividades.

O primeiro edifício construído foi o do Instituto de Biologia, em 1968. Atualmente a área do campus atinge quase três milhões de metros quadrados e está repleta de prédios rodeados por parques e gramados. O plano inicial sofreu alterações e adaptações devido às novas exigências que foram acontecendo em virtude do desenvolvimento da Universidade (UNICAMP, 2012a).

Ainda de acordo com o site da Universidade (1994), o logotipo da Unicamp apresentado a seguir, foi idealizado pelo professor Zeferino Vaz, criado pelo artista plástico Max Schiefer e pelo arquiteto João Carlos Bross, na década de 1970. O logotipo foi desenhado a partir do Plano Diretor da Universidade. O significado é o conhecimento numa forma amorfa e sem contorno.

Figura 1 – Logotipo da Unicamp.



Fonte: UNICAMP, 2012a

A bola branca (Figura 1), dentro das 13 listras que representam a bandeira paulista, é o símbolo da unidade, grande ponto de encontro de pessoal e principalmente do conhecimento humano, simbolizado pelas três circunferências vermelhas: Ciências Biológicas, Exatas e Humanidades. Atuando em conjunto, essas três áreas do conhecimento irradiam-se para a coletividade, cumprindo as três funções da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Atualmente a Unicamp compõe-se por 22 unidades de ensino e pesquisa, divididas em dez institutos e dez faculdades, onde são ministrados 66 cursos de

graduação frequentados por quase 17 mil alunos e por 16 mil matriculados em 62 programas de mestrado e doutorado. É a universidade brasileira com maior índice de alunos na pós-graduação: perto de 50% de seu corpo discente, deste número, 20% vêm de outros estados brasileiros e 5% do exterior (UNICAMP, 2012a).

As disciplinas dos cursos de extensão foram criadas para permitir a complementação ou a aquisição de conhecimentos em diversas áreas e atingir uma ampla gama de profissionais. Oferecidos na Unicamp por meio da Escola de Extensão (Extecamp), são ministrados por docentes, especialistas e pesquisadores da Universidade ou, eventualmente, por especialistas de outras instituições, atuando como professores convidados.

As instalações da Unicamp estendem-se ainda às localidades de Piracicaba, onde fica a Faculdade de Odontologia (FOP), e Limeira, onde estão a Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) e a Faculdade de Tecnologia (FT).

Também em Limeira está sediado o Colégio Técnico de Limeira (Cotil), mantido e coordenado pela Unicamp. O mesmo ocorre com o Colégio Técnico de Campinas (Cotuca), que oferece cursos técnicos de Mecânica, Alimentos, Eletrotécnica, Enfermagem, Eletroeletrônica e Processamento de Dados, além de cursos de complementação técnica nas áreas de Equipamentos Médico-Hospitalares, Plásticos, Mecânica e Eletrotécnica. Os colégios totalizam mais de três mil estudantes e formam cerca de mil técnicos a cada ano (UNICAMP, 2012a).

A Unicamp é organizada em uma hierarquia capaz de regular as funções e atribuições de cada membro, fazendo com que todas as atividades realizadas pela instituição possam ser bem administradas e obtenham os resultados esperados. Tal constituição objetiva primordialmente a qualidade do ensino e da pesquisa elaborados pela Universidade.

A **Administração Superior** congrega funções burocráticas e administrativas. Todos os órgãos agregados à Administração Superior estão direta ou indiretamente ligados à reitoria. As Faculdades e Institutos constituem as **Unidades de Ensino e Pesquisa**, que são responsáveis pela organização dos cursos oferecidos pela Universidade aos alunos de graduação e de pós-graduação, e hoje são em número de 20 (UNICAMP, 2012a).

Os **Centros e Núcleos** são órgãos de pesquisa organizados para permitir a colaboração de especialistas, docentes e alunos de diferentes áreas do conhecimento a respeito de problemas que requerem uma abordagem integrada e interdisciplinar. Existem 25 centros e núcleos na Universidade, nas mais diferentes áreas de atuação. E por fim, todo o **Complexo Hospitalar** da Unicamp foi inicialmente construído como órgão de apoio à Faculdade de Ciências Médicas (FCM). Hoje, porém, este é um dos mais conhecidos e importantes centros de medicina do país (UNICAMP, 2012a).

Vemos então que a Unicamp foi e continua sendo uma universidade criada com o objetivo de ser uma referência em pesquisa científica no Brasil, seus números e estrutura apresentados comprovam isso. Ela foi criada sob a tensão em que se encontravam todas as outras instituições de ensino superior no Brasil atrelada à expectativa do contexto universitário e político da década de 60, que tinha na balança, segundo Meneghel (1994), a estrutura de poder conservadora *versus* o papel de crítica frente a sociedade.

A Unicamp conseguiu, sob a direção de Zeferino Vaz, sobressair-se do momento fechado político em que emergiu e atender essas expectativas de uma visão crítica da sociedade, atrelada à liberdade de pesquisa e foco científico, que sempre foram as prioridades da Universidade.

Como mostram os dados, a Universidade cresceu e estabilizou-se. Tornou-se sólida o suficiente em São Paulo para competir com a tradicional e hegemônica, até então, USP. Para ilustrar o crescimento e força que a Unicamp conseguiu ao longo dos anos usaremos o episódio da Biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda, adquirida pela Universidade em uma longa batalha com a USP pelos seu direito e por recursos para a compra.

Sérgio Buarque de Holanda era uma figura conhecida, escritor, professor da Faculdade de Filosofia e ciências da USP e criador do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), não apenas uma figura importante era uma figura que marcava a história da USP.

Holanda faleceu em 1982, dono de uma vasta biblioteca pessoal, sua família não permitiu que seu acervo fosse disperso pelas livrarias do país e determinou que

os livros não devessem ser tirados do seu conjunto e que serviriam de apoio para pesquisadores e acadêmicos do país que tivessem interesse em se especializar nas mesmas linhas que o dono da biblioteca trabalhara.

Assim, a família, especialmente os filhos, de Sérgio Buarque de Holanda decidiram que a coleção seria vendida para uma universidade que fosse paulista como o pai, que se orgulhava muito desse fato. Assim, amigos da família que tinham interesse em manter a coleção intacta, ofereceram como sugestão duas universidades paulistas: a USP e a Unicamp, pois em ambas o acervo seria de grande valia. E assim as duas universidades montaram comissões para tratar da avaliação do acervo e aquisição e a 'competição' foi iniciada.

Segundo Silva (2008), a comissão da Unicamp, em carta enviada à sua reitoria, dizia que essa biblioteca seria importante para a Unicamp, pois esta era uma instituição voltada para a pesquisa acadêmica e que havia investimentos destinados ao desenvolvimento de sua vocação científica. Outro ponto levantado foi a importância da coleção para a área de Ciências Humanas, que na mesma época iniciou um trabalho de aquisição de acervos documentais que retratassem aspectos da vida e do cotidiano brasileiro – dando ênfase a acervos organizados por terceiros e bibliotecas e coleções particulares de pesquisadores eminentes brasileiros.

Dessa forma, a coleção de Sérgio Buarque seria importante também porque ela se somaria às outras já pertencentes à Universidade e ajudariam no objetivo anterior da Unicamp de formar um "Centro de Documentação da Memória Nacional". Ainda na carta enviada, a Comissão afirmou sobre a realização de uma consulta preliminar a um especialista que estipulou o valor inicial da biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda em Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), devido ao número de volumes (em torno de 8 a 10 mil), a sua importância (foi considerada uma biblioteca rica em documentos e em livros especializados nas áreas de História, Geografia, Sociologia, Economia, Filosofia, Literatura e Artes Plásticas) e pelos livros raros encontrados no acervo (SILVA, 2008).

Com a consulta realizada e os números e o valor da biblioteca divulgados, várias universidades nacionais e internacionais se interessaram pela coleção, fazendo com que a Comissão da Unicamp pressionasse a reitoria por um

posicionamento rápido para agilizar os processos de busca por financiamento e aquisição. Com toda essa movimentação vários jornais do estado começaram a noticiar uma guerra, ainda não aberta, entre a USP e a Unicamp pelo acervo, classificando o fato como uma disputa silenciosa, mas que andava devagar devida a dificuldade de captação de recursos de ambas.

A Unicamp justificava seu interesse com a ideia de juntar o acervo de Sérgio Buarque aos outros já existentes na Universidade e, com a esperança de um projeto de edifício doado por Oscar Niemeyer, que se chamaria “Pró-Memória/Brasil”, que seria um prédio localizado no próprio campus e o primeiro a incorporar todos os recursos técnicos para a preservação, restauração, acondicionamento e disponibilização de materiais documentais. Porém esse projeto não chegou a sair do papel por inviabilidade de recursos (SILVA, 2008).

Ao contrário da Unicamp, a USP pouco sabia dessa busca por recursos e da atenção que a Universidade dava ao acervo. Dentro da USP pouco se sabia ou ouvia dizer sobre a batalha discreta das universidades e sequer tinham ciência do que realmente havia naquela biblioteca, um triste descaso por parte da Universidade. No decorrer do ano e no início de 1983 a Unicamp procurou em diversas empresas particulares os recursos necessários e agências de fomento à pesquisa, e no início do ano tinha Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) cedidos pela empresa de higiene e beleza Johnson&Johnson, 40% do custo pago pela FINEP e uma pequena contribuição dada pela *Ford Foundation* (SILVA, 2008).

Dessa forma, em janeiro de 1983 o reitor da UNICAMP, José Aristodemo Pinotti, comunicou à família de Sérgio Buarque de Holanda sobre a importância da aquisição dessa biblioteca para a Universidade e, assim, formalizou o interesse da mesma na aquisição. A família concordou com a avaliação inicial realizada e a formalização do interesse.

Assim, após o processo de negociações entre as partes, no dia 27 de maio de 1983 a Unicamp comemorou o ‘Termo particular de contrato de compra e venda do acervo bibliográfico e documental do Prof. Sérgio Buarque de Holanda’, contrato que preconiza a transferência à compradora dos itens relacionados ao inventário dos bens deixados pelo historiador (biblioteca e mobiliário), e também transferiu à

compradora todo o direito, domínio, posse e ações de que eram detentores (SILVA, 2008).

Após a compra a Unicamp foi muito elogiada pelo seu empenho e diversos jornais criticaram a USP pela falta de sensibilidade e esforços em trazer para a Universidade um acervo de uma figura tão importante para USP como Sérgio Buarque de Holanda (dando especial foco à falta de atenção da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH e do IEB). Vemos então que esse foi apenas um passo da Unicamp para comprovar sua eficácia e interesse em acervos, bibliotecas e coleções pessoais que pudessem legitimar sua hegemonia como um centro inovador de pesquisa científica e detentor da memória do país, fato que alavancou o crescimento da Universidade transformando-a no polo acadêmico que é hoje.

Após esse exemplo veremos, por fim, segundo informações do site da Unicamp (UNICAMP, 2012a), como a estrutura da Universidade atualmente é dividida:

Unidades de Ensino

Área de Ciências Exatas e Tecnológicas

Faculdade de Engenharia Agrícola - Feagri

Faculdade de Engenharia de Alimentos - FEA

Faculdade de Engenharia Civil - FEC

Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação - Feec

Faculdade de Engenharia Mecânica - FEM

Faculdade de Engenharia Química - FEQ

Instituto de Computação - IC

Instituto de Física "Gleb Wataghin" - IFGW

Instituto de Geociências - IG

Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica - Imecc

Instituto de Química - IQ

Área de Ciências Biológicas e Profissões de Saúde

Faculdade de Ciências Médicas - FCM

Faculdade de Educação Física - FEF

Faculdade de Odontologia de Piracicaba - FOP
Instituto de Biologia - IB

Área de Ciências Humanas

Faculdade de Educação - FE
Instituto de Artes - IA
Instituto de Economia - IE
Instituto de Estudos da Linguagem - IEL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Área de Ciências Aplicadas

Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA

Saúde

Hospital de Clínicas - HC
Hospital Professor Doutor José Aristodemo Pinotti
Centro de Hematologia e Hemoterapia - Hemocentro

Campus de Limeira

Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA
Faculdade de Tecnologia - FT
Colégio Técnico de Limeira - Cotil

Unidade de Campinas - Centro

Colégio Técnico de Campinas - Cotuca

Campus de Piracicaba

Faculdade de Odontologia de Piracicaba - FOP

Unidade de Paulínia

Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas e Biológicas - CPQBA

A Unicamp também conta com uma estrutura de centros e núcleos, que constituem autênticos braços da instituição. São unidades de referência internacional e alguns formulam políticas adotadas no país.

Existem diversos centros e núcleos interdisciplinares, subordinados à Cocen e os vinculados às Pró-reitorias e Unidades de Ensino.

A Unicamp também não se limita ao campus de Barão Geraldo, onde estão 19 de seus institutos e faculdades. O complexo se estende pelas cidades de Piracicaba, sede da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), por Limeira, onde funcionam a Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), a Faculdade de Tecnologia (FT) e o Colégio Técnico de Limeira (Cotil) e por Paulínia, onde fica o Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA). Em Campinas está ainda, na região central, o Colégio Técnico de Campinas (Cotuca).

A Faculdade de Odontologia de Piracicaba, FOP, é mais antiga que a Unicamp. Foi incorporada no ano seguinte à criação do campus de Barão Geraldo, em Campinas. O Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas, o CPQBA, localizado no bairro Betel, em Paulínia, existe desde 1986, quando a Unicamp comprou da Monsanto um completo centro de pesquisas.

Por fim vemos abaixo alguns números da Universidade, atualizados e também tirados de seu próprio site (UNICAMP, 2012a):

- Recursos Humanos:
Docentes: 1.750
Docentes doutores: 98%
Não docentes: 7.916
- Ensino de Graduação:
Cursos: 66
Alunos matriculados: 17.083
Formados: 2.269
- Ensino de Pós-Graduação:
Cursos: 144
Mestrado: 66
Doutorado: 60
Especialização: 18
- Alunos matriculados: 19.718, dos quais:
Mestrado: 5.276
Doutorado: 5.630
Especialização: 5.147
Especiais: 3.665

- Concluintes: 2.358, dos quais:
 - Mestrado: 1.245
 - Doutorado: 826
 - Especialização: 287
- Pesquisa e Inovação:
 - Artigos indexados: 2.771
 - Publicações: 23.272
- Patentes:
 - Total: 62
- Área de Saúde:
 - Leitos: 819
 - Internações: 36.390
 - Cirurgias: 53.002
 - Partos 4.990

4. ZEFERINO VAZ

Figura 2 – Zeferino Vaz



Fonte: UNICAMP, 2012b

No capítulo a seguir pretendemos focar a atenção para a história de vida de nosso objeto de estudo: o Professor Zeferino Vaz. Pontuamos aqui que essa não é uma biografia oficial, a seguir está uma trajetória sucinta da vida de Zeferino Vaz e as opiniões aqui citadas podem não refletir a opinião da autora.

Falaremos um pouco sobre sua história de vida, tanto pessoal quanto profissional, como chegou à Unicamp e sobre sua influência e feitos na criação do projeto e fundação da Universidade.

4.1. A infância e juventude

Zeferino Vaz nasceu em 27 de Maio de 1908, em São Paulo Capital. Seus pais, José e Izolina, eram espanhóis da Galícia que se mudaram para o Brasil na virada do século (GOMES, 2007). Dos seis anos de idade até os oito passou viajando por Espanha, Portugal e França junto de seus pais e três irmãos, voltando ao Brasil em 1917.

Cursou o primário com os padres salesianos do Liceu Sagrado Coração de Jesus, onde sua energia foi canalizada para o teatro e esportes. Sua admiração pelos salesianos duraria a vida toda e, embora não fosse católico praticante, declarava sua devoção por Dom Bosco. Chegou a subir ao palco e protagonizar junto de Rodolfo Mayer um filme em 1921 chamado *Como Deus castiga*, tornando-

se aos doze anos, um pioneiro do cinema nacional (GOMES, 2007). Coursou o secundário no Ginásio Osvaldo Cruz e durante toda sua vida não deixou de mostrar em diversas ocasiões sua boa educação e qualidades adquiridas na formação da infância.

Em 1925, com apenas 17 anos foi aprovado no curso de Medicina na Faculdade de Medicina de São Paulo. Ainda como calouro, após uma aula de Parasitologia ministrada pelo Professor Doutor Lauro Pereira Travassos, decidiu dedicar-se à pesquisa (UNICAMP, 2012b).

Zeferino Vaz tornou-se discípulo do Prof. Dr. Lauro Pereira Travassos e junto de Clemente Pereira atuou como assistente do professor. Em 1929 foi chamado para participar da equipe do recém inaugurado Instituto Biológico, para pesquisar na área de Parasitologia, que desde o seu início como calouro já havia despertado sua atenção. Durante sua vida universitária foi também um esportista, praticava jiu-jítsu na Universidade e até os 25 anos foi velocista do Clube Atlético Paulistano (GOMES, 2007).

Graduou-se em 1931 e, em 1932, defendeu sua tese de Doutorado, já carregando como bagagem outras especializações feitas durante anos em Parasitologia e Doenças Parasitárias, Biologia Geral e Genética e Zoologia Geral (UNICAMP, 2012b). Ainda em 1932, logo após sua graduação, combateu na Revolução Constitucionalista do lado paulista e posteriormente dizia aos seus alunos que as noites de céu aberto, cavando trincheiras, eram mais educativas do que muitas aulas da faculdade (GOMES, 2007).

Produziu diversos trabalhos publicados em revistas nacionais e internacionais, dedicando-se à carreira de pesquisador no Instituto Biológico. Em 1934, com a criação da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, Zeferino Vaz participou do concurso para a cadeira de Zoologia Médica e Parasitologia e foi aprovado, passou a acumular dois cargos, pois com a aprovação também foi designado responsável pelo Departamento de Parasitologia desta faculdade (UNICAMP, 2012b).

4.2. A ascensão do Napoleãozinho¹ e a criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Em 1937 deixou o Instituto Biológico dedicando-se exclusivamente à USP, assumindo um lugar no Conselho Universitário, primeiramente como membro da Congregação da Faculdade de Veterinária e, logo em seguida, no cargo de diretor do Conselho. Assim o fez durante 27 anos, juntamente com a presidência de sua Comissão de Ensino e Regimento através da qual colaborou com a implantação e expansão da USP.

Segundo Meneghel (1994), o, a partir de agora, professor participou ativamente de diversas discussões no Conselho Universitário da USP, interessado principalmente em tópicos como o aumento de vagas na Universidade e a instalação de Ensino Superior no interior do estado, auxiliando na diminuição do fluxo de jovens que iam até São Paulo em busca de um ensino superior.

Meneghel (1994), ainda diz que, após diversas discussões sobre o assunto, a Congregação da Faculdade de Medicina e o Conselho Universitário, juntamente de um apoio do governo do estado, resolveram dar início a tão desejada interiorização do ensino superior em São Paulo e, Zeferino Vaz, sendo um pesquisador destacado na Universidade na época e amigo pessoal do governador assumiu a responsabilidade de estudar as condições de implantação de uma Faculdade de Medicina na cidade de Ribeirão Preto.

A escolha da cidade foi feita pela mobilização da população contando com a ajuda de políticos locais e de cidades vizinhas, que criaram uma Comissão Pró-instalação da Faculdade de Medicina. O auxílio da USP foi requisitado pela Comissão para o governo do estado, que conseguiu uma “caravana” até a cidade para avaliar as possibilidades de instalação.

Até então Zeferino Vaz não havia participado de fato desse processo, o que só aconteceu após a visita da “caravana”, que em 01 de outubro de 1951 estabeleceu uma Comissão com o objetivo de planejar a Faculdade, os executivos

¹ Apelido dado ao Professor por sua estatura baixa e personalidade forte e diversas vezes autoritária e centralizadora, principalmente nos períodos em que foi reitor da FMRP e Unicamp.

dessa comissão, que agora contava com Vaz, eram médicos da cidade, representantes das autoridades legais e representantes do governo, entre outros.

Em 29 de Dezembro de 1951 já era promulgada a lei que daria lugar à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), que desde seu início já era diferenciada e rompia com as tradições e raízes francesas adotando métodos norte-americanos, baseados no tripé ensino – pesquisa – extensão (MENEGHEL, 1994).

Algumas das inovações da FMRP em relação às demais faculdades foram: organização departamental; organização semestral para algumas disciplinas; redução do número de cátedras; tempo integral obrigatório para todas as cátedras; investigação científica como obrigação para todos os docentes; elaboração do quadro de carreira docente; admissão de especialistas não médicos para disciplinas básicas do curso; valorização de instrumentos auxiliares como laboratórios e bibliotecas; modificação nas técnicas de ensino que deveriam ser interdisciplinares, focando todo o organismo e com aulas além do hospital em laboratórios; criação de novas disciplinas como Psicologia Médica e Medicina Preventiva; e redução da carga horária de algumas disciplinas como Parasitologia para valorização de outras no quadro como Ginecologia e Pediatria (MENEGHEL, 1994).

Vale ainda ressaltar a importância que Zeferino Vaz concedeu à pesquisa, centro das atenções. Ele acreditava que apenas promovendo atividades científicas alcançaríamos o progresso médico. Dessa forma a Faculdade conseguiu prestígio com atividades e publicações dentro e fora do país.

O Professor estava preocupado também em manter um quadro docente de excelência, dessa forma, a Faculdade, em seu início, já contava com seis docentes estrangeiros e alguns trazidos de São Paulo. Zeferino Vaz foi nomeado diretor da Faculdade em 07 de Fevereiro de 1952, mês previsto para o primeiro vestibular e aula inaugural, porém estes aconteceram apenas em Maio daquele ano.

Embora a Faculdade de Odontologia e Farmácia, já existente em Ribeirão, que havia sido fundada e mantida pela Associação de ensino de Ribeirão Preto, estivesse disposta a ceder suas instalações para o funcionamento do primeiro ano de curso, ao fim de 1951 a FMRP ainda se encontrava sem instalações próprias para o início das obras de construção.

Segundo Meneghel (1994), naquela época havia um espaço onde funcionava a Escola Prática de Agricultura, Zeferino Vaz interessado pelo espaço propôs que a Escola fosse extinta para que a FMRP ali se instalasse. A cidade e as autoridades se dividiram quanto à proposta de extinção, mas após longas negociações e discussões, parte da Fazenda Monte Alegre foi cedida a FMRP para abrigar suas instalações, contribuindo com as ideias grandiosas de Vaz para a Faculdade e dando margem a um projeto ainda mais ambicioso: uma universidade pública em Ribeirão Preto.

O Professor gozava de grande prestígio com a imprensa ribeirãopretana, fato que o auxiliou em sua administração da Faculdade, tornando seus objetivos e planos acontecimentos grandiosos, sempre amplamente divulgados. Esse método de marketing funcionou muito bem, fato que é possível comprovar com a quantidade de eventos e visitas importantes e de repercussão considerável que aconteciam da FMRP, como: a visita de Sir Alexander Fleming (Prêmio Nobel de Bioquímica) à FMRP em 1954; a realização da VI reunião da SBCP na cidade em 1954; visita de vários diretores da Fundação Rockefeller (que financiou amplamente a Faculdade em seu início) em 1956; e a realização do 1º Congresso da Associação Médica Brasileira em Ribeirão Preto em 1956 (MENEGHEL, 1994).

Dessa forma teve seu nome reafirmado como diretor em 1955 e em 1958, ano de formatura da 1ª turma de médicos de Ribeirão Preto. Naquela época o ensino e pesquisa ministrados na FMRP eram de qualidade inquestionável, apontando também para o alto nível dos professores e dos laboratórios.

No entanto, a época de ouro e seu prestígio aos poucos foram decaindo. Centralizador, suspeitavam que, por vontade própria, retardava concursos para o provimento de cátedras, tentando impedir a formação de um corpo catedrático e, como consequência, uma Congregação, que deveria então providenciar uma eleição para diretor. Ao fim dos anos 50 vários docentes reclamavam pela criação de um fórum em que pudessem se reunir. Não havia meios democráticos que possibilitassem a expressão de ideias, tudo relacionado a isso ficava a cargo dos chefes de Departamentos, que eram nomeados pelo próprio Vaz, e que eram dotados de poder para admitir ou demitir, dispor verbas, etc. (MENEGHEL, 1994).

Zeferino Vaz lutava para permanecer à frente da diretoria, pois almejava o cargo de reitor da USP, eleição que ocorreu em 1960. No entanto, mesmo com todo o esquema feito, ele perdeu a indicação da lista tríplice para o Prof. Dr. Antônio Barros Ulhôa Cintra, que foi eleito reitor pelo Conselho Universitário.

Em 1961, vencendo o prazo da terceira indicação de Zeferino Vaz para a direção, houve polêmica quanto a decisão do sucessor. Os docentes da FMRP queriam a formação de uma Congregação, e discordavam dos meios centralizadores do diretor, pressionavam o Conselho Universitário para a indicação de outro nome.

Em Ribeirão Preto, a cidade se mobilizava através das autoridades locais, imprensa e políticos, intercedendo a favor do Professor-Diretor. Ele foi indicado pelo Conselho Universitário como 2º nome na lista dos candidatos a ser considerada pelo Reitor, que até então parecia se opor a sua reeleição. O que ocorreu foi que, naquela ocasião o Reitor estava saindo de viagem para os Estados Unidos e protocolou a decisão da eleição, assim Zeferino Vaz se aproveitou da situação e contatou em Ribeirão e São Paulo todos aqueles que poderiam, de alguma forma, trabalhar a seu favor e assim em 1961 o governador Carvalho Pinto assinou o decreto que reafirmava seu nome para a Direção da FMRP.

Meneghel (1994) ainda diz que, permanecendo na direção da Faculdade, ele sofreu um grande desgaste político em 1962 quando uma greve geral que reivindicava a representação discente de um terço nos órgãos colegiados de universidades chegou a Ribeirão, que não tinha sequer uma Congregação. A greve apoiada pelos docentes insatisfeitos com a demora nas obras gerais da Faculdade chegou a um ponto crítico que, em um gesto de repúdio ao diretor, os alunos organizaram um “enterro simbólico” do mesmo.

Após esse gesto de repúdio o diretor passou a olhar com frieza e indiferença os problemas da Faculdade e se dizia morto e enterrado aos que o procuravam para fazer reivindicações.

Nesse período turbulento pelo qual Zeferino Vaz passava, Adhemar de Barros foi eleito governador do estado de São Paulo e o chamou para assumir a Secretaria da Saúde, aceitando o convite ele se distanciou da FMRP em 1963, deixando o Prof. Dr. Mauro Pereira Barreto em seu lugar, mas Vaz ainda frequentou o Conselho

Universitário da USP como diretor da FMRP até o fim de seu mandato em 1964 (MENEGHEL, 1994).

4.3. O Conselho Estadual de Educação (CEE) e o episódio UnB

Já em São Paulo, o governador acumulou dois cargos a Zeferino Vaz: o de Secretário da Saúde e o de presidente do então recém-criado CEE, mas por pouco tempo, pois Vaz pediu licença do cargo da Saúde para concorrer novamente à reitoria da USP, porém, novamente, seu nome não foi incluído na lista tríplice de candidatos.

Ele permaneceu à frente do CEE até abril de 1964 e após o Golpe Militar foi convidado para ser Reitor da UnB. A UnB na época, assim como Brasília, ainda estava sendo edificada, possibilitando então um contato intenso entre a comunidade de funcionários, discentes e a academia, pois a grande maioria morava no campus universitário, criando assim uma imagem de comunidade socialista, reforçada pelo vínculo com Darcy Ribeiro, idealizador da Universidade e ligado a partidos de esquerda (MENEGHEL, 1994).

Levando em consideração o elitismo presente no Ensino Superior nos anos 60, a UnB havia começado com estruturas fora do padrão. Era uma alternativa no Brasil às universidades conservadoras, assim havia organizações de greves e protestos para pressionar a reitoria a agilizar projetos que permitiriam maior participação da comunidade na Universidade.

Naquele clima, Zeferino Vaz assumiu a reitoria da Universidade disposto a dar continuidade ao projeto da UnB. Diferente da FMRP, a UnB estava fechada, com vários docentes detidos e a preocupação de Vaz era fazê-la funcionar novamente, e assim ganhou um voto de confiança da comunidade para fazer seu trabalho em prol da Universidade.

Durante o período em que esteve à frente da UnB, não houve na Universidade a presença de policiais nem “olheiros” caçando possíveis comunistas, o clima era de tranquilidade, mas alguns não estavam satisfeitos com a situação. Não satisfeitos com as 13 demissões que o Reitor havia feito, a comunidade exigia mais alguns expurgos que o reitor recusava-se a fazer dizendo que a UnB naquela época era o que havia de melhor no país.

A polêmica não cessou e a Universidade, com todos os acontecimentos e pressões da época, sofreu um corte de aproximadamente 40% de seu financiamento, em plena fase de implantação, conseqüentemente parando diversas obras e impedindo a criação de novos cursos. Mesmo com as dificuldades, a UnB continuou funcionando, mas o clima estava tenso e complicado, aumentando cada vez mais as pressões externas para uma interferência no funcionamento.

Meneghel (1994) afirma que Zeferino Vaz fez algumas tentativas para acalmar a comunidade acadêmica, mas mesmo assim as pressões não cederam, em 1965 a reitoria cancelou a matrícula de dois alunos acusados de subversão, e na época ainda circulou pela Universidade uma notícia de que havia uma lista de demissões a serem feitas, como retaliação houve protesto e greve de alunos e docentes que, apesar de contornada, mostrava o momento de instabilidade: o Reitor era pressionado também dentro da Universidade.

O estopim da situação foi aceso quando Zeferino Vaz precisou retroceder a contratação de um professor que havia sido afastado pelo AI – 1 de seu cargo no Rio Grande do Sul e não poderia ser contratado por outra instituição, a partir daí os movimentos e greves aumentaram e a prisão de alunos tornou-se constante, o campus saiu da normalidade.

Era amplamente criticado como reitor por não conseguir manter a disciplina na UnB e passou a receber críticas também de dentro da Universidade por ceder às pressões externas, era cada vez mais desprestigiado e criticado por não se envolver o suficiente nos problemas da Universidade. Sem condições de sustentar-se no cargo, anunciou sua demissão em 12 de agosto de 1965, mas permaneceu no cargo até que fosse encontrado um substituto.

Embora a demissão tenha se formalizado em agosto, reservadamente a notícia já circulava desde abril, quando Zeferino Vaz dizia que iria participar de um projeto de implantação de uma universidade em Campinas.

De volta a São Paulo, despojado da reitoria da UnB e sem cargo executivo no governo, ele procurava apoio para se reeleger como presidente do Conselho Estadual de Educação (cargo que nunca deixou de ocupar), mas surpreendeu-se ou descobrir que havia outro grupo interessado na presidência liderado por ninguém

menos que sua amiga Esther de Figueiredo Ferraz, que ganhou forças e conseguiu vencer a eleição (GOMES, 2007). A partir daquele momento, Vaz, que permaneceu no Conselho como conselheiro, passou a ter comportamentos hostis, bloquear discussões e criar problemas e situações de impasse no plenário. Na mesma ocasião a Universidade de Campinas, que passava por problemas financeiros e funcionava fora dos requisitos legais, tornou-se pauta nas discussões do CEE, que requisitava ao governador que destituísse a reitoria da Unicamp e que fosse formada uma comissão para estudar a viabilidade da construção da Universidade, como veremos mais adiante. (MENEGBEL, 1994).

Assim, a presidência do CEE, que havia apelidado o conselheiro de “problema Zeferino” (Gomes, 2007, p. 43), tornou o acontecido das eleições uma oportunidade e delegou Zeferino Vaz como presidente da comissão da Universidade de Campinas por sua experiência, livrando assim o Conselho de suas interferências.

4.4. Desbravando o canavial

Avaliando a trajetória de Zeferino Vaz até aquele momento, vemos que ele havia deixado a FMRP e, portanto estava afastado do Conselho Universitário da USP, e ainda amargurava sua derrota dupla em relação ao cargo de reitor da Universidade. Ao assumir a reitoria da UnB tinha como proposta principal dar continuidade ao projeto que chamou de “modular”, mas com as pressões internas e externas não teve condições de seguir adiante. Porém, antes de deixar a UnB foi procurado diversas vezes por docentes e autoridades da Unicamp e de Campinas para que fosse à cidade assumir esse projeto. Funcionando “ilegalmente” a Unicamp precisava de alguém com força e influência políticas para salvá-la do fechamento, Zeferino Vaz com suas amizades poderosas era o mais indicado, além de ser também, por sua experiência anterior, o mais qualificado. Assim, uma semana após sua demissão na UnB ele assumiu a presidência da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas.

Contudo sua nomeação e ocupação do cargo não foram tão tranquilas. Ele enfrentaria a indisposição de Campinas com ele que remontava a 1956, quando ainda era diretor da FMRP. O Professor colocou-se publicamente contra o projeto inicial da Faculdade de Medicina de Campinas, pois acreditava que a de Ribeirão Preto já sanaria os problemas estudantis da região, e que, se era realmente

necessário a construção de outra faculdade de medicina no estado, que acontecesse em uma região mais distante como Botucatu (GOMES, 2007).

Zeferino Vaz foi nomeado por Jânio Quadros para ser presidente de uma comissão que escolheria qual região do estado teria sua faculdade de medicina e, como dito, intercedeu por Botucatu, dizendo que não faria sentido uma faculdade ao lado de São Paulo e Ribeirão Preto e que Botucatu já possuía hospital próprio com capacidade para 700 leitos e estava em uma região onde prestaria serviço a toda região noroeste do estado (GOMES, 2007).

Após essa decisão os ressentimentos dos campineiros se concentraram em Zeferino Vaz, que recebeu o título de “*persona non grata*” (Gomes, 2007, p. 31) e associaram a ele todos os dissabores que vinham sofrendo com o governo do estado e com a USP na questão da construção de uma universidade na cidade.

Após esse episódio a construção foi atrasada em alguns anos, mas com a pressão da comunidade e de intelectuais interessados o assunto se tornou uma bomba relógio. Assim o governo não podia mais adiar os planos e cedeu aos apelos da cidade em 1965, trazendo o próprio Zeferino Vaz para dar andamento ao projeto.

A Unicamp foi fruto do mesmo processo, que já citamos anteriormente, de interiorização do ensino superior em São Paulo, assim como a FMRP, mas falaremos sobre a Universidade especificamente na segunda parte deste capítulo. Por ora daremos foco à vida e trajetória de Zeferino Vaz.

Tendo em mente a história de vida já contada do Professor, vemos que ele era o mais indicado na época para estar à frente do projeto da Unicamp, sua atuação a frente da comissão foi decisiva para dar os rumos que a Universidade tomaria já nos seus anos de implantação, tendo como base as experiências na Faculdade de Medicina em Ribeirão e a Universidade de Brasília.

Exatamente com essa experiência, ele soube colocar ao seu redor pesquisadores famosos e competentes. Chegou a Campinas sanando contas e dispensando diretores administrativos, chefe e assistentes de gabinete e o ex-reitor, preenchendo de modo inteligente os cargos nas mais diversas áreas.

Sua comissão trabalhou de setembro de 1965 a junho de 1966. Colocados em uma sala emprestada no Palácio dos Azulejos, um prédio municipal onde funcionava o Departamento de Água e Esgotos. Começaram a dar forma aos sonhos da Universidade e já faziam planos para o lugar em que seria instalada (GOMES, 2007). Assim, Vaz coordenou um projeto de pesquisa baseado no que havia de mais moderno em universidades no mundo, assegurado ainda com o que havia de melhor no corpo docente.

A Unicamp tinha como projeto principal agrupar em um mesmo campus diversas áreas do conhecimento, se tornando uma universidade interdisciplinar e integrada, dando um passo à frente das demais universidades do país que até então, não haviam conseguido executar esse tipo de ideia. Zeferino Vaz, antes de tudo buscava por um terreno que satisfizesse exatamente suas exigências, a terra tinha que ser produtiva, o terreno precisava ter verde, a amplitude tinha que ser como desejava e principalmente o projeto tinha que ser à sua maneira. Dessa forma recusou uma doação do fazendeiro Caio Pinto Guimarães, para a construção do campus em uma gleba da Fazenda Santa Cândida, pois o terreno era íngreme e ele considerou inaceitável uma cláusula imposta que condicionava a construção a um projeto já pronto do arquiteto Sérgio Bernardes (GOMES, 2007).

Em 1966 Zeferino Vaz descobriu uma gleba de terra que logo ficou sabendo ser propriedade da família Almeida Prado. Lembrando-se que seu pai tinha antiga amizade com a família, fez valer os antigos votos para uma negociação do terreno que, segundo ele, era perfeito. O canal que se situava a oito quilômetros do centro urbano de Campinas foi então desapropriado pelo valor simbólico de um cruzeiro e a doação foi viabilizada (GOMES, 2007).

Apesar de sua experiência, não mudou muito suas atitudes antigas em seu novo projeto. Continuou sendo um reitor autoritário, centralizador, mas não burocrático. Essas características, a princípio negativas, na época foram positivas para o início da Universidade, devido ao momento que o país passava.

A partir da doação ele passou a visualizar todo o cenário que contemplava a universidades. “Sonhar era, nesse caso, planejar, e isso ele sabia fazer como ninguém” (Gomes, 2007, p. 48), assim no mês seguinte ele apresentou o relatório que resumia seu plano: edifícios simples, sem fachadas imponentes e sem luxos de

espaços construídos luxuosamente e sem utilidade, os edifícios teriam no máximo três andares, dispensando o uso de elevadores e amplas áreas, com o mínimo de alvenaria fixa, permitindo alterações rápidas em funções de necessidades futuras (GOMES, 2007).

Para o Professor Zeferino Vaz a universidade deveria “ser um organismo e não um conjunto de organismos” (Gomes, 2007, p. 48). Dessa forma ele pretendia que na Unicamp os institutos de Matemática, Física, Biologia, Geociências, Letras, Artes e Ciências Humanas – os primeiros projetados – não fossem concebidos como unidades independentes, mas sim como um espelho da “interdependência e subordinação recíproca de todas as ciências” (Gomes, 2007, p.48).

Assim, conquistada a terra e planejada a instalação, na tarde de 5 de outubro de 1966 a pedra fundamental do campus foi lançada. Vaz recebeu ninguém menos que o presidente da República, general Castello Branco, que em seu discurso disse: “Vim a Campinas porque tenho certeza de que nas mãos do Professor Zeferino Vaz esta é uma semente que germinará” (Gomes, 2007, p.49).

Com os contatos certos ele conseguiu, com efeito, a promessa do governo de que teria os melhores profissionais, disponíveis no país ou exterior. Assim nos anos que se passaram foram para Campinas cerca de 230 cientistas estrangeiros trazidos das melhores instituições dos Estados Unidos e da Europa, além de cerca de 200 brasileiros que se encontravam espalhados por centros de pesquisa e universidades do país (GOMES, 2007).

Junto das contratações estava implícito que os pesquisadores poderiam buscar livremente outros profissionais de sua preferência para compor grupos de pesquisa, não importando onde estivessem. A maioria trouxe consigo seus grupos de origem, chegando a esvaziar departamentos inteiros de outras instituições. Nesse mar de contratações, o Professor, que agora se tornaria Reitor, conseguiu nomes importantíssimos da ciência em sua Universidade, um exemplo foi César Lattes, que em 1947, com 23 anos, confirmou experimentalmente a hipótese levantada pelo físico japonês Hideki Yukawa sobre a existência do meson pi, partícula responsável pela coesão dos componentes do núcleo do átomo (GOMES, 2007).

Lattes na década de 60 era sem dúvidas o cientista brasileiro de maior projeção internacional. Ele levou consigo da USP diversos pupilos e a sólida aliança Brasil-Japão que futuramente daria origem ao Laboratório de Raios Cósmicos do Instituto de Física da Unicamp.

Em pleno regime militar, Zeferino Vaz gozava de um bom relacionamento com pessoas poderosas e de ausência de um “código de leis” que pudesse restringir seu poder na Universidade, o que facilitava sua liberdade em atuação na Unicamp. Dessa forma, nessa época não se ouvia falar de problemas burocráticos ou de falta de verbas. Ele agia livremente e com agilidade nas contratações e decisões gerais.

Outro episódio que retrata seus esforços foi a contratação do filósofo Fausto Castilho. Zeferino Vaz tinha pressa em seu projeto de construção da área de humanidades e para tanto foi buscar em Castilho seu primeiro escalão de profissionais. Castilho aceitou, apesar de acreditar que, anos antes, sua exoneração da Faculdade de Filosofia de Araraquara supostamente por razões ideológicas, fora obra de Vaz. Mas mesmo assim Castilho aceitou e Vaz fez nele suas apostas (GOMES, 2007).

O então Reitor Zeferino Vaz foi criticado. Castilho e sua equipe eram taxados de comunistas e isso complicava o modo como a contratação era vista. Ao ser questionado sobre levar apenas esquerdistas para a Universidade, ele apenas disse eu eram competentes e manteve sua postura. Não apenas manteve como moveu céus e terras para que o grupo fosse à Campinas: mandou pagar os custos de mudança de cada um. O Napoleãozinho estava disposto a fazer concessões e tinha carta branca do governo para tanto (GOMES, 2007).

Ele sabia de tudo que acontecia ao seu redor, na sua ausência ninguém estava autorizado a responder em seu lugar, assim estava sempre ciente dos acontecimentos: da contratação de docentes, desenvolvimentos de projetos científicos e reformas necessárias a problemas pessoais de funcionários. De fato um centralizador, mas, por outro lado, Zeferino Vaz dava autonomia aos Coordenadores e Diretores de Faculdades e Institutos para quase tudo, embora ele sempre estivesse informado dos acontecimentos, os Diretores estavam livres para distribuição de verbas, contratações de docentes e funcionários e demais determinações que coubessem à sua Faculdade ou Instituto.

Sem dúvidas ele foi um dos primeiros a compreender que a industrialização do país criava uma nova demanda de pessoal qualificado, especialmente em São Paulo, que na época tinha grande parte da capacidade industrial do país. Era necessária então, uma universidade que desse total foco à pesquisa tecnológica e que mantivesse, desde o seu início, uma vinculação sólida com o setor de produção de bens e serviços, e que formasse profissionais dentro desse novo padrão de mercado (GOMES, 2007).

Seu início de carreira como pesquisador conferiu a Zeferino Vaz confiança e respeito pelo trabalho de outros pesquisadores na Unicamp, ele nunca interferiu em atividades propostas ou modo de trabalho de nenhum docente - inclusive no que dizia respeito a visões políticas - um diferencial fundamental para o crescimento da Universidade.

Dessa forma, o Reitor, mais uma vez, entra em uma situação contraditória: ao mesmo tempo em que era amigo de várias figuras políticas poderosas e agia sob ordens superiores para conduzir o que seria um modelo de universidade no Brasil, também dava liberdade ideológica e científica aos seus pesquisadores, formando assim diversos cientistas de esquerda e contrários ao regime da época, colocando o reitor em uma situação difícil.

Ele conseguiu um fato inédito até então, segundo Meneghel (1994, p.148) uma “autonomia consentida”, pelo estado militar, possibilitando o trabalho e pesquisa de cientistas das mais variadas posições políticas e ideológicas sem que houvesse nenhum tipo de pressão ou controle.

Mas esse tipo de postura não era tão simples e por vezes causava problemas, um deles foi o episódio com o general Valverde, que em 1968 não admitia a permanência de comunistas dentro da Universidade e dizia que esse tipo de problema seria resolvido à bala. Zeferino Vaz a princípio não deu atenção ao problema eminente, mas foi avisado por Murillo Marques que o general começava ameaçando os pares e logo ameaçaria o reitor (GOMES, 2007).

Ele não deu a devida atenção, mas se manteve atento. No começo de 1969 Valverde ainda ameaçava docentes, exibia um revólver em pleno campus e firmava sua fala de que resolveria as coisas com violência. Exigiu de Vaz um cargo de vice-

reitor, o qual o reitor afirmou não existir e não haver a possibilidade de ser criado. Diante da negativa, Valverde frustrado, não o perdoou e timidamente começou a maldizer a Universidade (GOMES, 2007).

O reitor logo percebeu as investidas e viu que, se não agisse rápido, poderia cair em uma situação complicada caso não diminuísse as dúvidas que surgiam quanto sua fidelidade ao regime militar. Ele descobriu que Valverde havia organizado um dossiê seu e que poderia estar em uma lista de cassações. Zeferino Vaz, com amizades poderosas assegurou-se que o dossiê jamais fosse encaminhado a lugar algum e percebeu que precisaria cuidar rapidamente do general (GOMES, 2007).

Escoltado por amigos e funcionários da Universidade, ele começou sua empreitada contra Valverde. Primeiro o exonerou do cargo de diretor de obras do campus, acusando-o de atrasar a construção de um prédio de salas de aula. Os relatórios afirmavam e a acusação era irrefutável. Na reunião do conselho o tópico incendiou-se e Valverde se colocou em uma situação complicada. Vaz deu o golpe final virando a mesa e colocando em xeque se o general era mesmo um anticomunista e que até então não havia feito nada realmente relevante para combater a esquerda subversiva (GOMES, 2007).

Chegou a acusá-lo de desejar o cargo de reitor da Universidade e não hesitar em usar métodos de desmoralização para tanto e que se dizia na condição de representante da Revolução na Universidade, cargo que ninguém jamais confiou a ele. Assim em dezembro de 1969 o general foi exonerado do cargo e demitido da Universidade (GOMES, 2007).

Uma das maiores preocupações de nosso personagem era a produção acadêmica. Dependente das altas esferas de poder, mas acostumado a conseguir quase tudo que precisava delas, ele se firmava como um tipo de educador difícil de encontrar no Brasil: construtor de escolas, um homem de ação inserido na dinâmica da aceleração histórica (GOMES, 2007).

Assim, sentindo-se plenamente seguro de sua ocupação de mandarim², colocou suas ideias em ordem e escreveu sobre a universidade e a melhor maneira

² Título também chamado de catedrático

de conduzi-la e enumerou em 13 pontos o que achava prudente (Gomes, 2007, p.101):

1. Instituições científicas, universitárias ou isoladas constroem-se com cérebros e não com edifícios. Escala de prioridades: a) cérebros; b) cérebros; c) cérebros; d) bibliotecas; e) equipamentos; f) edifícios. Isto é importante acentuar porque neste país acreditamos em fachadas.
2. Esses cérebros têm que trabalhar em tempo integral e ter o espírito de idealistas.
3. Não há pesquisa pura ou aplicada. Há boa ou má pesquisa.
4. A hierarquia científica deve ser estabelecida em função da criatividade e não dos títulos acadêmicos. Há doutos que não são doutores e há doutores que não são doutos.
5. A produção científica original é acelerada e multiplicada pela promoção de encontros e reuniões de cientistas de diferentes especialidades (físicos, químicos, biólogos, economistas, arquitetos, médicos) e de programas multidisciplinares. É o princípio da orquestração. O efeito estético obtido por um quarteto de câmara ou por uma orquestra sinfônica.
6. Em instituições científicas a administração é atividade-meio a serviço dos cientistas que realizam atividades-fim, buscando remover-lhes as dificuldades e empecilhos burocráticos.
7. O administrador ou dirigente de instituições científicas deve ser ou deve ter sido criador de pensamento original, i.é., um cientista experimentado e portanto capaz de compreender os anseios e as dificuldades dos cientistas que dirige, apoiando-os e distribuindo recursos em função da capacidade produtiva.
8. É fundamental o contato direto, sem papéis ou canais burocráticos, entre o dirigente e os cientistas, ouvindo-os, estimulando-os, observando dificuldades e auxiliando-os ativamente a resolver inclusive problemas humanos que, por vezes, também os afligem. É anseio legítimo do cientista saber que o dirigente, reitor ou diretor, o distingue e tem consciência da importância do seu trabalho.
9. O gigantismo é patológico para indivíduos, para cidades e para instituições científicas porque torna o dirigente científico incapaz de controlar a qualidade da produção científica.
10. O cientista deve ser avaliado e prestigiado não apenas pela própria produção original mas, e sobretudo, pela capacidade de formar e estimular discípulos que lhe multiplicam a produção, acelerando o caminho da ciência.
11. O dirigente científico deve saber distinguir a meia ciência, mascarada de ciência, mais prejudicial que a ignorância e subrepticamente preocupada em combater a ciência verdadeira.
12. O dirigente científico deve lutar agressivamente contra a mediocridade, a rotina e a inveja. Elas constituem as três forças destrutivas,

invejavelmente solidárias, que se opõem tenazmente às forças construtivas do talento, da insatisfação frente ao conhecimento adquirido e do ideal, características dos verdadeiros cientistas e que os levam a remover os horizontes do conhecimento humano.

13. Não interessa ao dirigente científico o pensamento político-ideológico dos cientistas que dirige, contanto que não usem a sua superioridade hierárquica e cultural para doutrinação de seus jovens discípulos. A experiência demonstrou que quando ideologias políticas extremistas entram pela porta das instituições científicas a ciência sai pela janela

Vaz ainda transformou sua administração na Unicamp tornando-a algo próximo de uma empresa, tornando-se como o dono de uma empreitada que se tornou praticamente um projeto pessoal. Sempre muito envolvido nas atividades da Universidade era considerado por todos muito humano e compreensivo, auxiliando diversas vezes diretamente em algum problema de seus funcionários.

Vemos assim que Zeferino Vaz era um estrategista empreendedor, na questão publicitária da Universidade ele não ficava atrás, sempre a divulgando muito e fazendo propaganda de seus funcionários e docentes, ele conseguiu a ajuda e financiamento de vários órgãos públicos e instituições de fomento à pesquisa.

Muito preocupado com a imagem, ele conseguiu através de entrevistas e contatos certos que tinha construir uma imagem de excelência, primeiro da FMRP, depois da Unicamp. Com seu carisma pessoal conseguiu, diversas vezes, sem mais que um projeto em mãos, o que precisava para dar andamento às suas atividades.

O marketing desenvolvido por ele não se limitava a entrevistas e contatos, ele sempre cobrou de seus docentes publicações em revistas conceituadas, apresentações em eventos e congressos nos mais diversos lugares a fim de levar o nome da Universidade e a prova de que, de fato, era um modelo no Brasil.

Apesar de figurar um reitor modelo, havia alguns que discordavam dessa ideia e que acreditavam que já era hora de o Reitor deixar a frente da Universidade. Em maio de 1971, Vaz deu entrada no Hospital Irmãos Pentecostes em Campinas, com sintomas de febre e dor no peito e suspeita de infarto que logo foi descartada. O afastamento de cerca de uma semana foi o suficiente para começarem a borbulhar ideias de substituição (GOMES, 2007).

Há seis anos à frente da Unicamp, os contrários a sua permanência alegavam que ele se encontrava acima das leis que estimulavam um mandato de quatro anos

ao Reitor. Logo ele descobriu que um grupo de docentes estava se organizando contra sua permanência, grupo que contava com nomes como Fausto Castilho.

Zeferino Vaz ficou furioso quando soube e declarou guerra ao grupo e principalmente a Fausto Castilho, que já vinha se tornando um problema há algum tempo, pois também ia contra as alianças que a Universidade fazia com empresas locais e os investimentos em hospitais que prestassem serviços à população. Castilho acreditava que o hospital universitário tinha que ser apenas dedicado ao ensino (GOMES, 2007).

Aproveitando para lidar com vários problemas de uma vez só, Vaz começou a desmoralizar Castilho, que há quatro anos dizia ao reitor que entregaria sua tese de doutorado e até então o prazo havia se esgotado sem resultados. O ambiente ficou tenso. O Reitor anunciou a exoneração de Castilho e o conselho se dividiu; os jornais começaram uma briga publicitária com notícias contra e a favor de Vaz e a pressão aumentou pela criação de comissões e regimentos que permitissem uma eleição para reitor (GOMES, 2007).

Com o contrato de Castilho chegando ao fim, Zeferino Vaz estava decidido a não renova-lo. Na reunião que decidiria o fim de Castilho, Vaz estava obstinado e não iria ceder. Colocou as cartas na mesa e não aceitou as críticas do conselho. Após uma inflamada discussão e uma extensa fala de Vaz, a comissão finalmente votou pela não renovação de contrato (GOMES, 2007).

Uma vez resolvido o problema com Castilho, Zeferino Vaz ainda tinha o problema de sua permanência como reitor. Em fevereiro de 1972, o deputado Joaquim Carlos Del Bosco soube que em Campinas havia uma confusão interessante: um grupo de professores questionava a permanência de seu reitor no cargo. A situação de crise em uma instituição pública, que tinha à frente de si um homem de confiança do sistema, despertou o parlamentar de oposição (GOMES, 2007).

A partir daí, Del Bosco começou a investigar, conversar com pessoas, pedir informações em jornais e visitou a Unicamp. Para o deputado de 32 anos, que fora advogado de presos políticos em 1964-65, sendo ele mesmo preso por três vezes, aquela era uma oportunidade grandiosa de oposição. Devagar, os reacionários da

Unicamp se juntaram a ele no que se tornou quase que uma cruzada (GOMES, 2007).

Em agosto de 1972, Del Bosco decidiu atacar: fez uma indicação ao governador Laudo Natel sugerindo examinar a situação do reitor da Unicamp. Não houve resposta. Assim voltou a tentativa, dessa vez melhor armado e conseguiu aprovar na Assembleia uma moção ao presidente da República pedindo intervenção na Unicamp (GOMES, 2007).

Zeferino Vaz que estava a par da situação logo fez questão de rebater as críticas dizendo que Del Bosco estava acompanhado de informantes conhecidos na Universidade cujos interesses haviam sido contrariados pelo seu conselho. Ao mesmo tempo formou sua tropa de choque na Assembleia com a tarefa de rebater cada frase de Del Bosco referida contra ele ou sua administração (GOMES, 2007).

A Assembleia não foi insensível ao clima de progresso que dominava a Universidade e após diversas brigas publicitárias noticiadas pelos jornais locais o Palácio dos Bandeirantes se manifestou formalmente a respeito. Dizia que não havia mandato, apenas o exercício das funções do cargo de reitor, portanto o governo ainda considerava a Unicamp como em fase de implementação, sem necessidade legal de rotatividade de mandato (GOMES, 2007).

Desse modo a Assembleia rejeitou definitivamente a moção de Del Bosco que pedia a intervenção federal e colocou ponto final na situação. O deputado ainda fez algumas investidas que rapidamente foram aparadas ou simplesmente ignoradas. No almoço de encerramento daquele ano Zeferino Vaz fez um discurso para a imprensa que dizia: “Espero deixar a Universidade o mais breve possível e o farei imediatamente após perceber que ela atingiu sua maturidade. Afinal é preciso permitir que adquira sua própria identidade sem a influência de seu criador. No entanto, enquanto forças externas puderem destruir ou prejudicar a Unicamp, eu aqui estarei para defendê-la.” (Gomes, 2007, p.153).

Assim, no período de 12 anos que esteve à frente da Universidade, ele sempre trabalhou com a preocupação de ter ao ser redor um pessoal competente e concentrado, ao final de sua gestão, a Universidade contava com: sete institutos; seis faculdades; dois colégios técnicos; dez unidades de serviços; cursos de

graduação, de pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão (UNICAMP, 2012b).

4.5. A retirada

A chegada do septuagésimo aniversário de Zeferino Vaz era temida por muitos e aguardada por outros, quando finalmente chegaria a hora de sua aposentadoria compulsória e o início de uma nova era para a Universidade. Um novo reitor seria escolhido e Vaz seria substituído após doze anos de reinado absoluto. Ele desencorajou o quanto pôde as especulações sobre os nomes que formariam a lista tríplice de reitores (onde o governador escolheria o nome final), mas o assunto era discutido nas cantinas, corredores e entre os dirigentes com cada vez mais frequência (GOMES, 2007).

Em 1978, após doze anos à frente da Unicamp, aposentou-se compulsoriamente aos 70 anos, mas seus anos de prática administrativa e sua experiência haviam convencido Zeferino Vaz de que a existência de uma fundação era conveniente para mediar as relações com as agências de fomento à pesquisa e gerir convênios de prestação de serviços à sociedade, assim surgiu a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp) que o teve na presidência até 1981, quando faleceu, aos 72 anos, vítima de problemas coronarianos (UNICAMP, 2012b).

Após sua morte diversos discursos, matérias e homenagens foram publicadas. O editorial de autoria de Rogério César de Cerqueira Leite, físico e um dos mais fiéis escudeiros de Vaz e ainda membro do corpo editorial da *Folha*, usava um estilo sentimental para traçar o perfil do ex-reitor:

“Ninguém jamais esquecerá a força de seu olhar penetrante, a voz vibrante, o temperamento obstinado, a inquebrável convicção. (...) Sua frente magnânima dominava as feições delicadas revelando sua índole guerreira. Uma ideia promissora o fazia explodir no mais pueril e sadio entusiasmo. Uma injustiça o punha como um cavaleiro andante, imediatamente ao lado do mais fraco. Fazia inimigos com a mesma facilidade que conquistava admiradores. (...) Prezava, talvez sem perceber, a fidelidade acima de todas as virtudes. (...) Acreditava que educar era quase sinônimo de amar. (...) Não lhe faltava coragem. Nos tempos dos desmandos autoritários, foi dos poucos que ousou interpor-se entre a força bruta da repressão e

*fragilidade de intelectuais desafetos do regime. Valorizava acima de tudo o talento e a competência e abominava a mediocridade militante, pois sabia que somente essa perene inimiga poderia destruir a obra a que dedicar sua vida. E quantas vezes não fora ele derrotado pela mediocridade arregimentada? Para ressurgir após e tudo recomeçar. Desta vez, entretanto, Zeferino não voltará. E não há ninguém para ocupar seu lugar”.*³

Além de Cerqueira Leite, diversas outras personalidades do mundo científico e político concederam suas homenagens. O governador do estado na época, Paulo Salim Maluf, fez um discurso com a mão direita pousada no caixão, coberto por uma bandeira da Unicamp, dizendo que Zeferino Vaz “fazia planos para daqui a dez, vinte ou trinta anos, como se fosse eterno” (GOMES, p.22, 2007). Na mesma tarde do enterro, Maluf anunciou que assinaria um decreto dando o nome do falecido reitor ao campus da universidade criada por ele.

Os discursos feitos ao pé do túmulo, regados a elogios e memórias de seus feitos seguiram pelos jornais e revistas nos dias seguintes. Todos caracterizavam a personalidade multifacetada de Zeferino Vaz e seu perfil de homem pequeno na aparência, mas agigantado na essência (GOMES, 2007). Assim José Nêumanne Pinto o descreveu no Jornal do Brasil:

*“Miúdo, o cigarro eternamente na ponta da piteira encravada no canto esquerdo da boca, a voz mansa e pausada, Zeferino Vaz pouco tinha que fisicamente justificasse agressividade ou disposição para brigar. No entanto, de todos os traços de seu caráter, certamente a franqueza devastadora e a constante necessidade de comprar uma briga por algum de seus ideais era o que o que de melhor poderia definir sua trajetória de educador e homem público. (...) era certamente uma ave rara por jamais permitir um eufemismo quando podia dispor da palavra certa para definir uma situação ou sentimento seu. (...) usava sempre a arma demolidora de um discurso cortante e sem meios-termos, de uma dureza que alguns adversários poderiam confundir até com crueldade”.*⁴

Dessa forma os elogios públicos iam do chavão ao retrato quase fiel do falecido reitor. Gomes (2007, p. 23) em sua biografia da Unicamp e do Professor

³ Folha de São Paulo, 10 de janeiro de 1981, p. 3.

⁴ Jornal do Brasil, 15 de fevereiro de 1981.

enumera diversas manifestações de personalidades sobre a vida e a obra de Zeferino Vaz: “Poucos brasileiros terão dado contribuição tão importante ao desenvolvimento da pesquisa em nosso país”, disse o ministro Ludwig. Muniz Oliva deixou de lado a acirrada disputa entre USP e Unicamp e foi generoso: “A história da universidade brasileira divide-se em antes e depois de Zeferino Vaz”. Até mesmo Fernando Henrique Cardoso, na época estudante e representante dos marxistas dos anos 60 e 70, não deixou de registrar um comentário favorável: “Impossível negar que na época da repressão Zeferino garantiu na Unicamp a liberdade de pensamento acadêmico e defendeu os professores perseguidos”.

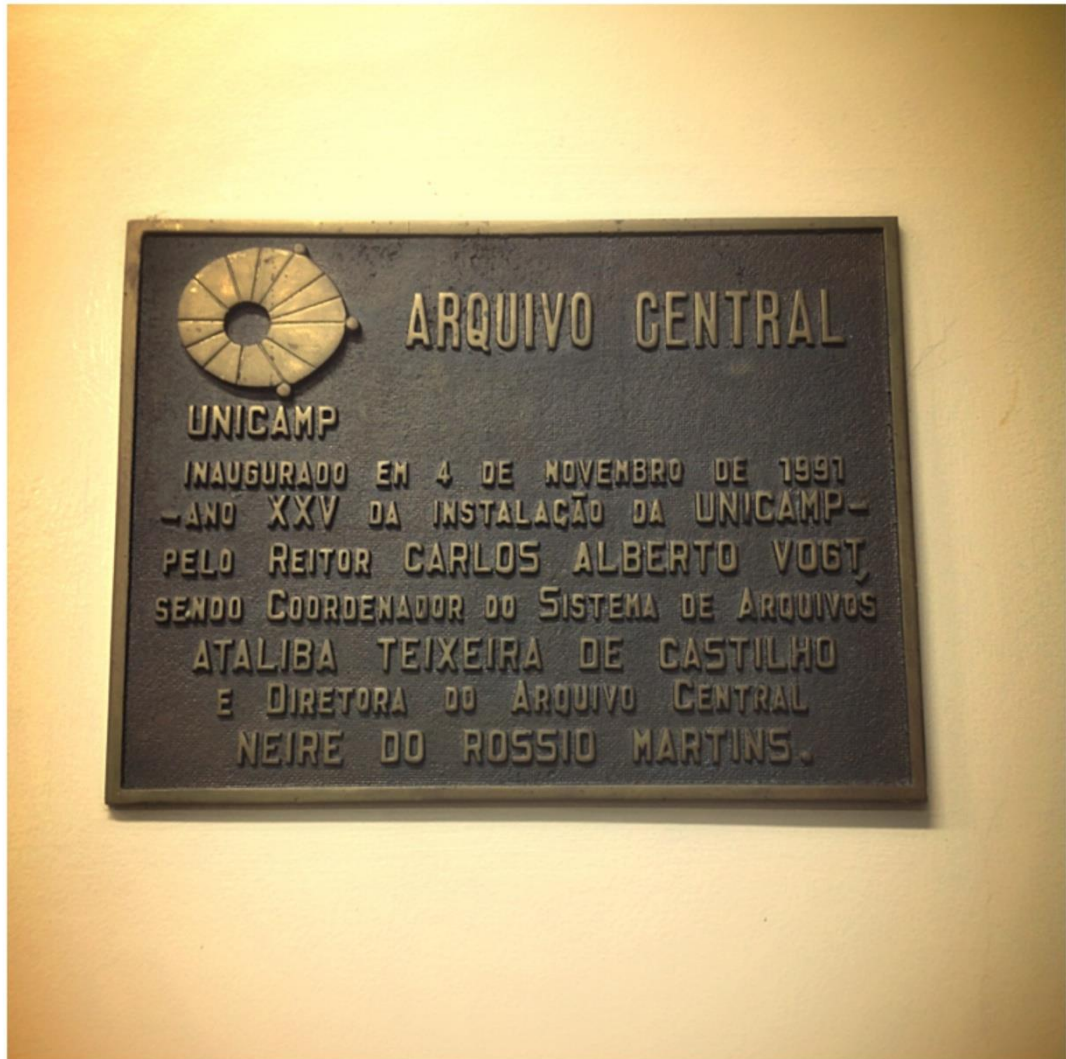
Atualmente a Unicamp concede anualmente o Prêmio Zeferino Vaz aos docentes ativos, que atuam em regime de dedicação exclusiva e que tenham se destacado em suas funções de docência e pesquisa, premiando os melhores desempenhos acadêmicos (UNICAMP, 2012b).

O nome do Reitor é ainda honrado como patrono da cadeira nº 84 da Academia de Medicina de São Paulo, em ruas, avenidas e rodovias na cidade de São Paulo, Ribeirão Preto e Campinas.

Em um pequeno artigo de 1997, o Professor Ruy Ferreira-Santos da FMRP diz que: “A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto deve muito, muitíssimo a Zeferino Vaz, sonhador, executivo, capaz de pairar junto a nuvens altas, mas sem perder o rumo nem as amarras ao solo firme. Grande Dívida, quase imensa!” (1997, p. 113).

5. O FUNDO ZEFERINO VAZ

Figura 3 – Placa Arquivo Central



Fonte: A Autora (2012)

Os arquivos de Zeferino Vaz remetem a parte de sua vida pessoal e profissional ao decorrer dos anos que passou pela FMRP e UnB, e todo seu arquivo correspondente à Unicamp estão hoje no Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ). A decisão sobre o local e a doação foi feita pela família. Antes de entrarmos nas especificações desse arquivo, falarei um pouco sobre a estrutura do próprio.

5.1 O SIARQ

O Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (SIARQ/UNICAMP), segundo informações que constam em sua própria página eletrônica (UNICAMP, 2011b), foi criado em 1989, através da Deliberação CONSU

A-39/89, para coordenar a política arquivística da Universidade. O órgão substituiu a Divisão de Documentação, que era subordinada ao Centro de Informação e Difusão Cultural. A Divisão foi instalada em 1985 para recolher, organizar e dispor à pesquisa os documentos que acompanhavam as bibliotecas particulares adquiridas pela Universidade, e a partir de 1987 também os documentos gerados pela própria.

O primeiro coordenador dos Arquivos foi o Professor Ataliba Teixeira de Castilho, que também foi responsável pela instalação do sistema de bibliotecas, na estrutura que se encontra atualmente. O SIARQ tem como finalidade principal garantir a preservação da memória da Universidade, proteger seu acervo arquivístico, servir de referência, informação, prova ou fonte de pesquisa. Como foco principal de atuação está a gestão arquivística integrada dos documentos, o controle da produção, tramitação, arquivamento, avaliação e preservação, tudo isso em uma linha contínua de gerenciamento (UNICAMP, 2011b).

A equipe técnica do SIARQ trabalha na identificação das atividades e documentos dos órgãos e unidades, e determina junto às comissões setoriais a sua temporalidade e a sua destinação, gerando assim instrumentos de gestão arquivística que garantem, desde a fonte, a preservação dos documentos mais significativos para uso da administração e da pesquisa. O Sistema passou a estruturar arquivos setoriais nas unidades e órgãos e atuar mais efetivamente na integração com o serviço de protocolo de documentos (UNICAMP, 2011b).

Esse formato de gestão arquivística foi inovador no Brasil e tem sido objeto de estudo por várias outras instituições de ensino (USP, UNESP, UEL, PUC), ganhando respeito da Agência de fomento à pesquisa – FAPESP, que tem contribuído com financiamentos a vários projetos de infraestrutura. Como resultado, o acervo produzido pela universidade é consultado a partir da sua criação, principalmente nos processos e documentos avulsos, que são organizados a partir de métodos ou orientações do SIARQ. Dessa forma, pode-se identificar e recolher ao Arquivo Central, de forma sistemática, documentos permanentes gerados pelas unidades e órgãos, formando o patrimônio arquivístico histórico da Unicamp, que tem permitido assessorar a administração e a pesquisa científica em questões já desenvolvidas no passado (UNICAMP, 2011b).

A disposição de informações e documentos informatizados aconteceu de forma paralela, e em 1990 o Arquivo já dispunha de microcomputadores (financiados pela FAPESP). Em 1993, delineou-se o projeto de desenvolvimento do primeiro sistema automatizado de gestão de documentos da Universidade. Ao ser instalado em 1994, permitiu: a formação e a integração de protocolos e arquivos nas unidades e órgãos; o desenvolvimento de atividades de registro; o controle de trâmite, arquivamento e acesso aos documentos gerados em forma de processos; a gerência de eliminações periódicas de documentos destituídos de valor; e o recolhimento de documentos informativos ao Arquivo Central (UNICAMP, 2011b).

Em 1994, assumiu o arquivamento e a disposição dos processos ativos e semi-ativos gerados pelos órgãos da Reitoria e a criação de arquivos setoriais nas unidades e órgãos. Em 1995 o SIARQ foi reformulado, a partir da Deliberação CONSU A-8/1995, criando um órgão consultivo formado por docentes, alunos e representantes da administração, para assessorar no estabelecimento de políticas de incorporação, acesso e preservação de documentos correntes, intermediários e permanentes produzidos e recebidos pelos órgãos da Unicamp (UNICAMP, 2011b).

Atualmente o Arquivo tem trabalhado no estabelecimento de normas para o arquivamento e a destinação de documentos (eliminação e/ou preservação) tendo aprovado alguns instrumentos de gestão como: Plano de Classificação de Atividades da Unicamp, Espécies e Tipos documentos gerados pela Unicamp e Tabelas de Temporalidade de Documentos. Nos últimos anos atuou estrategicamente na integração com usuários, por isso preparou um plano de capacitação dos funcionários, que atuam nos protocolos e arquivos com o oferecimento de cursos e oficinas. Atualmente o Arquivo, conta com 15 funcionários, sendo 10 de nível superior, 2 de nível médio e 3 de nível fundamental, além de 6 estagiários e a Rede de Protocolos e Arquivos conta com cerca 150 de funcionários (UNICAMP, 2011b).

O SIARQ tem como missão desenvolver e coordenar a política e a gestão arquivística na Universidade, visando agilidade da informação, eficiência administrativa e a preservação da memória institucional. Seu objetivo é consolidar-se como órgão estratégico de coordenação do Sistema de Arquivos, promovendo ações integradas de gestão documental, que assegure o acesso à informação

gerencial, acadêmica e de pesquisa, e a preservação da memória da Unicamp (UNICAMP, 2011b).

Seu Arquivo Central, conta com órgãos administrativos internos e com dois órgãos de desenvolvimento técnicos e também um Arquivo Intermediário e um Arquivo Permanente.

Ao primeiro compete orientar os Arquivos Setoriais e as Comissões mantendo a custódia de documentos semi-ativos gerados em grande escala por órgãos centrais da administração e órgãos prestadores de serviços. Atua junto aos órgãos no estabelecimento de critérios para a produção, organização e destinação de documentos ainda na fase corrente. Com essa finalidade, integra o Sistema Informatizado de Protocolo desenvolvido em conjunto com a Diretoria Geral da Administração e o Centro de Computação e já implantado na maioria dos órgãos da Universidade, onde o gerenciamento de processos e expedientes é efetuado através de sistema informatizado (UNICAMP, 2011b).

O Arquivo Permanente vem reunindo, desde 1983, documentos produzidos e/ou de interesse para a reconstrução e preservação da memória da Universidade e conta atualmente com um acervo sobre a história universitária e o ensino superior em São Paulo, relevante para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. São conjuntos documentais de órgãos que se extinguiram, de docentes e ou pessoas que atuaram na Universidade e documentos remanescentes das avaliações documentais (Tabelas de Temporalidade de Documentos da Unicamp) elaboradas pelas Comissões Setoriais e Arquivo Central, respaldados pela Comissão Central de Avaliação de Documentos. (UNICAMP, 2011b).

Segundo o site do SIARQ algumas das competências do Arquivo Central são:

- I. Coordenar o Sistema de Arquivos da Universidade;
- II. Integrar e harmonizar as atividades arquivísticas nas diferentes fases do ciclo vital do documento;
- III. Operacionalizar as recomendações do Conselho Consultivo;
- IV. Coordenar e operacionalizar as decisões da Comissão Central de Avaliação de Documentos, elaborando os manuais de normas de Sistema de Arquivos,

estabelecendo diretrizes para conservação, acesso, avaliação e transferência de documentos;

- V. Coordenar a transferência dos documentos produzidos pela Universidade aos Arquivos Setoriais, ao Arquivo Intermediário e ao Arquivo Permanente;
- VI. Planejar e coordenar a organização do acervo documental custodiado, visando a sua disposição aos usuários;
- VII. Propor condições de acesso público ao acervo custodiado pelo Arquivo Central;
- VIII. Elaborar programas de publicações e divulgação do SIARQ/UNICAMP e do patrimônio arquivístico público da Universidade Estadual de Campinas;
- IX. Elaborar projetos relativos a atividades arquivísticas de organização e recuperação de informações científicas relacionadas ao acervo custodiado pelo Sistema, para obtenção de recursos;
- X. Prestar assessoria técnico-arquivística a instituições internas e externas;
- XI. Gerir recursos humanos, financeiros e materiais;
- XII. Promover o aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar destinado ao SIARQ/UNICAMP;
- XIII. Integrar-se a sistemas de informação da Universidade, considerados de interesse para os usuários do SIARQ/UNICAMP;
- XIV. Integrar-se a sistemas nacionais e internacionais de informação, visando o acesso à produção científica de instituições congêneres e a divulgação da produção gerada pela Universidade (SIARQ.BR – ARQUIVO CENTRAL, 2012).

E ainda, alguns de seus serviços são:

- Atendimento a consultas ao acervo documental permanente;
- Empréstimo de documentos semi-ativos aos órgãos produtores;
- Reprodução eletrônica, micrográfica ou fotográfica de documentos originais;

- Manutenção e acesso à coleção de Diário Oficial do Estado de São Paulo referente ao período de 2006;
- Capacitação técnica e assessoria aos órgãos e Comissões Setoriais que compõem a Rede de Arquivos da Universidade para implantação e operação do sistema de gestão de documentos;
- Manutenção de informações institucionais para o site da Unicamp;
- Organização de eventos comemorativos institucionais;
- Assessoria à organização de eventos institucionais - exposições fotográficas, resgates de informações, respaldo a históricos;
- Participação ou condução de eventos no âmbito interno ou externo com o intuito de promover a integração da comunidade acadêmica e dos usuários de arquivo;
- Elaboração de levantamentos históricos das unidades universitárias ou pessoas da instituição a partir de informações do acervo custodiado;
- Assessoria à organização de eventos institucionais - exposições fotográficas, resgates de informações, respaldo a históricos;
- Participação ou condução de eventos no âmbito interno ou externo com o intuito de promover a integração da comunidade acadêmica e dos usuários de arquivo;
- Promoção de eventos e programas especiais objetivando coletar dados e documentos que permitem complementar o Acervo Histórico do AC/SIARQ e disseminar as informações sobre ele;
- Disponibilização de produtos via WEB:
- Tabelas de Temporalidade de Documentos da Unicamp;
- Instrumentos de pesquisa produzidos pelo Arquivo Central do SIARQ;
- Remessa de transcrição de entrevistas;
- Instruções Técnicas: Microfilmagem de Documentos na Unicamp e Recomendações para recebimento e movimentação dos arquivos de processos;
- Assessoria externa a instituições congêneres, mediante solicitação;
- Atendimento a visitas institucionais;
- Manutenção de intercâmbio com instituições congêneres externas recebendo e encaminhando publicações técnicas do sistema e materiais de interesse (UNICAMP, 2011b).

Vemos então que o SIARQ abrange uma diversificada série de competências e serviços, estruturada em arquivos intermediários e permanentes capazes de atender com propriedade, tanto de docentes quanto de discentes da Universidade no que diz respeito às mais diversas pesquisas e consultas ao seu acervo.

Segundo Neire do Rossio Martins (2012), atual diretora do Arquivo, que dedicou sua dissertação à construção do mesmo, todos os documentos envolvidos nas negociações da criação da Universidade se encontram preservados no Arquivo Central e integram grupos e coleções institucionais e privadas.

Ela ainda diz que:

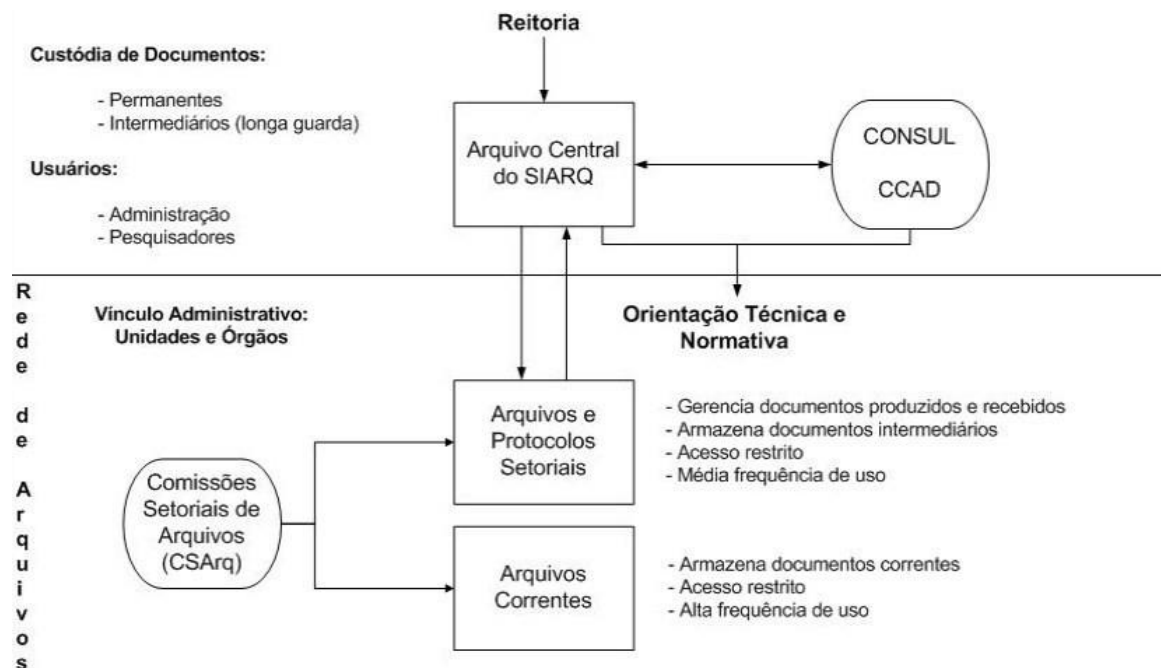
O acervo documental, portanto, revela as vozes dos sujeitos, seus sentimentos, conflitos, segmentos da sociedade e suas articulações, os modelos adotados, as argumentações e contra-argumentações, os acordos e desacordos, as marcas e contra-marcas desse projeto, bem como o contexto cultural e político-histórico da época. (MARTINS, 2012, p. 25).

Ela afirma que a instalação do Arquivo pode ser analisada a partir da trajetória da formação dos acervos documentais e bibliográficos da Universidade. Martins diz também que

À margem das bibliotecas, alguns acervos deram origem à constituição de centros de documentação. Unidades destinadas ao tratamento, preservação e disposição ao acesso de acervos especializados em temas específicos e constituídos por materiais de origens diversas. (MARTINS, 2013, p.30).

Por fim, para ilustrar, vemos abaixo um esquema gráfico do Arquivo, retirado de seu próprio site:

Figura 4 – Esquema gráfico SIARQ.



Fonte: UNICAMP (2011a)

5.2 O Fundo Zeferino Vaz

Os arquivos de Zeferino Vaz foram negociados em 1981 e representou um desafio para a equipe do Arquivo Central para identificar e formar o fundo, pois estava acumulado em mais de uma fonte, ou seja, do mesmo titular, mas de proveniência diversa. (MARTINS, 2012).

Martins (2012) ainda diz que as questões mais inquietantes do acervo eram ligadas às suas características, na identificação dos documentos públicos ou privados. Para ilustrar essa questão ela faz uso de Pollak que diz:

[...] se fizermos entrevistas com personagens públicas, a vida familiar, a vida privada, vai quase que desaparecer do relato. Iremos nos deparar com a reconstrução política da biografia, e as datas públicas quase que se tornam datas privadas. É claro que não podemos interpretar isso exclusivamente como uma espécie de sobre-construção política da personagem. Pode ocorrer de fato que as coações da vida pública, como por exemplo o tempo disponível, levem uma pessoa, a partir de um certo momento de sua vida, a reduzir-se praticamente à personagem pública, à representação dessa personagem. Não se deve, portanto considerar esses aspectos como indicadores de dissimulação ou falsificação do relato. O que importa é saber qual é a ligação real disso com a construção da personagem (POLLAK, 1992, p. 203).

Logo depois a autora afirma que o acervo do Professor Zeferino Vaz era um desses casos. Seus documentos refletiam muito a transferência da vida pública para a privada (MARTINS, 2012).

Tratando-se do recebimento desses arquivos pelo Arquivo Central, Martins (2012) narra que em um primeiro momento os arquivos foram recolhidos por uma equipe no Gabinete do Reitor, na reitoria do campus. Logo depois foram recolhidos também documentos da Secretaria Geral correspondentes ao período da gestão de Vaz. As últimas fontes foram sua própria família e seu último escritório na Unicamp, quando exerceu o cargo de presidente da FUNCAMP.

Figura 5 – Reconstrução do Gabinete do Reitor (Arquivo Central)



Martins (2012) relata que as dificuldades de organização giravam em torno do respeito ao princípio de proveniência e na identificação entre público e privado. A organização final baseou-se no respeito ao contexto de produção dos documentos. Iniciou-se por aspectos da vida pessoal, seguido de seus escritos que não estão vinculados a nenhum órgão ou função determinada e o resto foi mantido de acordo com os conjuntos ligados à proveniência.

Atualmente os arquivos do Professor Zeferino Vaz compõe um fundo e se encontram no prédio do SIARQ, localizado dentro da Unicamp. A primeira visita realizada ao Arquivo Central foi em 26 de março de 2012, a fim de vermos pessoalmente o conteúdo do Arquivo do professor. Os arquivos estão organizados em um fundo próprio, dentro desse fundo existem várias subdivisões que são chamadas de séries e dentro dessas séries há outras divisões chamadas subséries.

Foi permitido à pesquisa o acesso a todos os inventários do Fundo e, caso fosse necessário, os documentos. Os documentos estão tratados e classificados e foram separados de acordo com a temática documental. Dentro do Arquivo existe um projeto (em andamento) para que todos os inventários sejam reunidos e deem origem a um único, abrangendo toda a documentação do fundo.

O Fundo é de natureza privada, abrange as datas de 1925 a 1981 e é composto de vinte e sete caixas e três filmes. Seu escopo e conteúdo são compostos de, principalmente, documentos de cunho pessoal, produção científica e intelectual, documentos administrativos e especiais e uma coleção de aproximadamente sete mil imagens, a maioria da Unicamp. Essa documentação foi transferida ao Arquivo Central pelo Gabinete do Reitor, Secretaria Geral da Unicamp e pela família de Vaz, tudo em 1986. Alguns documentos que eram mantidos pelo Laboratório de Parasitologia da Faculdade de Medicina Veterinária da USP também foram doados ao Fundo Zeferino Vaz.

A organização do Fundo, como já foi dito, foi feita segundo o princípio de proveniência da documentação, que resultou dois grandes conjuntos documentais (inventários) e vários dossiês cuja organização é cronológica, alfabética ou mista. O uso e reprodução desses documentos são permitidos, desde que esteja de acordo com o regulamento do SIARQ. Parte dessa documentação contém anotações e

gravuras. Os instrumentos de pesquisa ao Fundo são um catálogo manuscrito e catálogos digitalizados.

O Fundo em si é composto por documentos de teor administrativo e pessoal. Começando a descrição pelo administrativo, pudemos encontrar uma documentação que foi organizada em 2008 e abrange papéis a partir de 1927. É composta por: documentos – ofícios; matérias de imprensa publicadas; dossiês; relatórios – notas de aquisições; notas e pontos de aula do professor; documentos de reuniões; separatas; participações em diversos eventos; estudos; entrevistas; homenagens; pareceres; documentação de organização; sessões da câmara.

Essa documentação abrange a vida profissional de Zeferino Vaz desde sua formação e os locais por onde passou em sua vida profissional. Vemos, portanto, documentações pertinentes à Escola Paulista de Medicina; Faculdade de Veterinária da USP; Conselho Universitário da USP; Fundo Universitário de Pesquisa da USP, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP; Comissão de Pesquisa Científica da USP; Reitoria da USP; Conselho Estadual de Ensino Superior de São Paulo; Secretaria de Saúde Pública do Estado de São Paulo; Universidade de Brasília; Conselho Estadual de Educação de São Paulo; Conselho Federal de Educação; Universidade Estadual de Campinas.

A documentação administrativa compõe um inventário pertinente a esse assunto apenas. As fotos, diplomas, certificados e realias compõe um catálogo separado, que é formado apenas de imagens e objetos. O outro inventário, composto de sua documentação de cunho de pessoal, foi organizado em 2008 e é composto de: documentos pessoais (RG, certidão de nascimento e título de eleitor); homenagens; medalhas e placas; ordens, títulos e jubileus; discursos; palestras, aulas, conferências, documentos oficiais e memoriais; documentos curriculares; produção científica e intelectual; produções de terceiros sobre Vaz; documentação sobre a criação e instalação das Universidades, Faculdades, cursos, cadeiras e laboratórios que participou; documentação dos cargos e funções exercidas; documentação de participações em sociedades científicas e culturais (tanto nacionais quanto internacionais); matérias impressas sobre sua vida e produção; dossiês de cientistas e professores elaborados por ele; dossiês administrativos elaborados por ele.

Essa documentação abrange parte da vida de Vaz e conta com uma grande diversidade de materiais, inclusive um currículo *vitae* oficial feito em 1978 e uma entrevista oficial que foi transcrita em 1996. Dentro dessa documentação constam também materiais que foram doados por seu filho, Fernando Vaz em 2006.

Tratando das documentações avulsas desses dois inventários, temos em primeiro lugar, as fotos, que foram organizadas em 2003 e que constituem passagens como: a formação acadêmica de Zeferino Vaz; fotos individuais; fotos de homenagens; fotos de eventos sociais e administrativos; do Instituto de Biologia de SP; da USP; da Faculdade de Medicina Veterinária; da FMRP; da Secretaria da Saúde; da UnB, da Unicamp durante toda sua instalação e depois; de Terceiros (amigos, principalmente). Há também um catálogo, elaborado em 2006, contendo diplomas e certificados e a coleção de realias, constituídas por homenagens e medalhas.

Por fim há o mobiliário, que está exposto em uma sala exclusiva para ele dentro do Arquivo, que fica próxima ao arquivo físico e com expositores de medalhas e realias do professor em sua entrada. É aberto para visitação e est a organizado da maneira mais pr oxima a que se encontrava em seu gabinete oficial. As peças que o constituem são do gabinete oficial de Vaz, e   composto pela mesa do gabinete feita em madeira nobre; a poltrona oficial do professor, também feita em madeira nobre; duas cadeiras auxiliares, localizadas a frente da mesa de gabinete; duas poltronas; dez cadeiras estilo Luís XVI com estofados bordados; duas poltronas estilo Luís XVI com estofados bordados; mesa de centro e de telefone em madeira; dois tocheiros; cinco armários em madeira (quatro com portas de vidro e objetos da cole o expostos); dois oratórios em madeira; dois gaveteiros em madeira; candelabros; castiçais; esculturas; incendiário.

Vemos então que   um arquivo muito rico e abrangente, que realmente d  conta de documentar com detalhes a vida e a carreira de Zeferino Vaz. E, mais importante, que   um arquivo importante no SIARQ, pois contribui de maneira direta com a história de forma o da Unicamp.

6. ANÁLISE

Le Goff (2003) diz que alguns cientistas foram levados a aproximar a memória de fenômenos ligados às ciências humanas e sociais. Ele justifica sua afirmação dizendo que a memória tem uma função social que trata de passar adiante uma informação na ausência do objeto ou acontecimento que constitui seu motivo.

De acordo com essa citação podemos dizer que os arquivos de que falamos até então, colocados como lugares de memória, são detentores dessa informação que Le Goff diz já não possuir mais o acontecimento. Essa informação possui apenas os objetos arquivísticos que fazem parte de um conjunto, e sem o tratamento adequado, até poderiam falar por si só, mas não contariam toda a história que representam.

Le Goff (2003) aponta para forma em que a memória coletiva foi usada nas lutas sociais pelo poder, ele diz que a apropriação da memória e do esquecimento é uma grande preocupação das classes, grupos e indivíduos que dominaram e dominam as sociedades. Ele afirma que os estudos da memória social são meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, "... relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento." (LE GOFF, 2003. P. 422).

Voltemos aos arquivos e seu papel de guarda que, com esse trabalho de preservação, possibilitam os estudos citados e a atividade de "retraimento e transbordamento" da memória. Os arquivos são, portanto, um local não apenas de documentos, mas de estudos da memória e seus desdobramentos, constituídos de vestígios, restos e lugares criados para tornar tangível o passado vivido. Podemos considerar o arquivo como um lugar onde a memória se refugia atualmente e que permite a evocação de lembranças, identidades e recordações, individuais ou coletivas.

Menezes (1998) em seu artigo sobre arquivos pessoais no espaço público diz que "Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social" (MENEZES, 1998 p. 92). Firmando os arquivos como lugar de memória, onde o cenário material não é o foco, mas sim a possibilidade do estudo e suas aplicações sociais.

Para completar esse trabalho foi realizada uma entrevista com a atual diretora do Arquivo da Unicamp, Neire do Rossio Martins. Esse momento do trabalho será reservado para discutirmos alguns trechos interessantes da entrevista e analisá-los, para que seja possível então uma articulação das ideias expostas até esse momento.

Em sua dissertação ela fala sobre o arquivo e afirma que:

O arquivo institucional, como é o caso do nosso objeto de pesquisa, é uma entidade social e é a memória em si da entidade que o produziu e acumulou, de modo que guarda registros e informações sobre ações, pessoas, fenômenos, fatos, em determinado espaço temporal. O arquivo, como entidade organizacional, apoia a construção de memórias, na medida em que trata e dispõe acervos documentais e também tem o poder de construir, enquadrar e modificar memórias, quando orienta a produção de documentos; orienta ou pratica a avaliação de documentos; elabora arranjos e descreve documentos; dá publicidade ao acervo; e organiza exposições e apoia festividades e comemorações. Memórias que fazem sentido quando representadas, confrontadas, apreendidas pelas pessoas ou grupos sociais (MARTINS, 2012, p. 165).

Vamos a partir de agora analisar a construção de memórias que esse fundo permite e os usos que são feitos dele como uma entidade que orienta pesquisas.

A entrevista (Anexo I) foi dividida em questões dedicadas a chegada dos arquivos à Unicamp, os interesses da Universidade nesse fundo documental, as transações da aquisição, o tratamento dado ao fundo, frequência de uso, divulgação e alguns aspectos sobre a mobília exposta dentro do Arquivo.

Nessa parte do trabalho dividiremos a entrevistas em algumas partes referentes às temáticas principais presentes nela para que possamos analisá-la mais detalhadamente e buscar as minúcias de cada tema presente.

Iniciaremos com a chegada do arquivo e seu tratamento, fatos que já foram discutidos anteriormente, mas que agora estudaremos sob a visão de Neire Martins.

6.1 A construção do Fundo e sua memória

Os arquivos de Zeferino Vaz eram, desde o início, valorizados e idealizados como forma de construção de uma memória. Antes da formação do Arquivo Central Martins nos disse que já existiam planos para esse arquivo ligados a preocupação da perda:

“Um fato bem interessante é que já existia um movimento para construir um memorial Zeferino Vaz que partiu de dentro da Unicamp e com apoio externo. Houve uma preocupação com a perda do acervo, assim aconteceu esse movimento, uma proposta para criação de um memorial.”

Encontramos nesse trecho a afirmação de Nora (1993), dizendo que não há outro meio de memória senão a preocupação com a perda e a construção de um lugar de abrigo para ela, preservando assim o que ele chama de restos. Podemos ver que essa preocupação era partilhada também fora da Unicamp, ou seja, o potencial dessa documentação já era conhecido e assim iniciou-se uma movimentação pela sua preservação.

A proposta do memorial não foi adiante e a Unicamp preferiu recolher o material e tratar os documentos que diziam respeito à sua própria história, começando o Arquivo Central. Sobre a constituição desse fundo Martins diz que parte já pertencia a Universidade e parte ficou com a família após seu falecimento e depois retornou à Unicamp:

“Quando recebemos esse material deu para perceber que ele se complementava com o outro acervo que tinha ficado na secretaria geral que era do gabinete. Então vimos que era uma sequência para ele se tornar íntegro, tanto que foi um pouco confuso quando recebemos a documentação. Parece que tinha algo também na USP, ele mantinha um escritório em que atuava e lá também tinha um arquivo. Após o falecimento foi tudo para a família e a família doou tudo para cá, aí chegando foi um trabalho extenso para identificar o que era o que e de onde pertencia.

Quando fomos organizar o arquivo foi possível ver a trajetória do Professor e montar os dossiês de todos os lugares onde ele passou, porque de alguma forma, ele levava o arquivo consigo. Então o arquivo é um espelho da vida dele e a vida dele está espelhada no arquivo.”

É importante ressaltarmos aqui a última fala de Martins. Esse é um ponto muito interessante sobre um arquivo pessoal. Observamos até onde esses documentos espelham e dizem sobre seu dono e até que ponto a vida dele está relatada ali, se é possível fazer uma reconstrução, uma linha do tempo com esses

documentos, e até onde eles nos levam sobre a determinada pessoa. É interessante vermos os desdobramentos desse arquivo, o que ele fala pelo seu personagem e que histórias diversas à dele podemos encontrar.

Cabe aqui retomarmos Pollack (1992) que diz que um ponto importante para o crescimento da memória coletiva são os personagens e os lugares da memória, que, ligados à simpatia ou antipatia por determinado personagem o torna sempre contemporâneo. Os lugares, que costumam ser exemplos de projeções e transferências, são importantes porque refletem os fatos ali ocorridos. O indivíduo pode nunca ter estado ali, mas conhece a história daquele local e porque ele é memorável. Podemos aplicar essa passagem ao nosso personagem e seus arquivos, pois Zeferino Vaz continua sendo lembrado como um homem de ideias modernas e sua criação, a Unicamp, um local construído a frente de seu tempo e que hoje ainda tem a sua história enraizada.

Observamos até agora a importância e a força de impacto que o fundo Zeferino Vaz tem na Unicamp, devido principalmente à sua diversidade que já citamos anteriormente e que Neire afirma dizendo que:

“O acervo de Zeferino se mistura entre o pessoal e o profissional. Então é possível ver na estrutura de poder como ele era um homem dividido entre o público e o privado. O arquivo se mescla tanto quanto ele.”

Aqui é interessante retomar Lovisolo (1989) e sua ideia da valorização da memória coletiva, que participa na construção de identidades – que é o caso dos documentos de Zeferino Vaz, um arquivo que tinha características pessoais e públicas e hoje está definitivamente no âmbito coletivo e constrói memórias e identidades a partir dele.

Um acervo multifacetado assim é um rico objeto de pesquisa, principalmente em uma universidade igualmente multifacetada como a Unicamp, onde ele pode ser objeto de estudo de todas as áreas do conhecimento: da saúde, área onde Zeferino Vaz era pesquisador, até as humanidades para estudar a historicidade e outras características presentes nesse conjunto documental.

Retomando a entrevista, quando perguntada, Martins nos contou um pouco sobre a criação do próprio Arquivo Central e nos explicou também como foi essa criação juntamente com a incorporação dos documentos de Vaz na Universidade:

“Foi um pouco junto, nós criamos o Arquivo e o acervo na verdade foi sendo a base para a criação do SIARQ. Começamos a trabalhar com arquivos que não eram da Unicamp, eram arquivos que tinham vindo com as bibliotecas. Como a Universidade era uma universidade nova e que foi construída pra ser fortemente uma instituição de pesquisa e que tinha o lema de Zeferino de antes cérebros e depois bibliotecas, as bibliotecas tinham uma proporção muito especial na construção da Unicamp. Então se compravam arquivos e bibliotecas prontas já, porque não havia tempo de constituir. Nessas coleções juntos vinham alguns documentos, dossiês, e aí a ideia de construir uma divisão de documentação inicialmente era para tratar dessa documentação.”

Os arquivos de Zeferino Vaz foram, portanto, a base para a construção do Arquivo Central da Unicamp. Em um processo conjunto a aquisição de um ajudou na criação do outro e dessa forma é possível notar que não se trata de um fundo qualquer, é um conjunto documental que necessitou da atenção dos profissionais e, segundo Martins, continua necessitando:

“Aberto ao público ele foi desde o começo, nós tínhamos como objetivo já abrir o arquivo mesmo antes de ter inventários, catálogos, etc. Logo que o arquivo chegou, quando ainda estava nas caixas, chegou uma pesquisadora da faculdade de educação justamente pesquisando a fundação da Unicamp e Zeferino e ela já estava lá no meio iniciando seus trabalhos. Agora eu acho que nós trabalhamos nesse arquivo, não sei dizer quanto tempo, eu acho que a vida inteira. Porque a gente queria ter ainda alguns catálogos que nós não temos, estamos tentando colocar tudo em um inventário único, que ele até tem, mas queríamos fazer alguns catálogos mais específicos, então ainda há trabalho. Ele é um arquivo que desde que chegou, trabalhamos com ele.”

Dessa forma vemos que o Fundo é alvo de constantes modificações e trabalho, e que foi procurado a partir do momento em que chegou na Universidade. Vemos aí a construção conjunta da memória: de um lado pelos profissionais do Arquivo Central, organizando e tratando de toda essa documentação, de outro pelos

pesquisadores que desde o primeiro momento já começaram suas construções paralelas sob os mais diversos pontos de vista. É um mosaico que, quando olhado sob uma perspectiva geral, retrata a história da Unicamp e toda sua construção. É um processo onde uma atividade está enraizada com a outra. O ato de construir o Arquivo está ligado ao ato de trazer e organizar o Fundo, que está ligado diretamente às pesquisas que existiram ao mesmo tempo desses processos, relatando não apenas as histórias presentes nos documentos, mas também a história vivida por esse conjunto de profissionais e pesquisadores.

Vemos que esse conjunto todo não pode ser observado sob apenas um ponto, senão corremos o risco de perder parte de sua riqueza e significado. É um entrelaçado que deve sempre ser lembrado dessa forma, como um conjunto de construções que atingem um só objetivo: a construção e a permanência da memória da Unicamp. Ainda nessa fase de construção, observemos um último trecho de Martins no que se diz respeito ao interesse visto nesse Fundo:

“Mas internamente houve disputa, sim. Ele foi um objeto de disputa entre o centro de memória que estava sendo criado, que seria um centro de memória regional, do oeste paulista, feito por um grupo de docentes e que um dos fundadores tinha participado do projeto do memorial. Então era importante que ele trouxesse o arquivo, porque ele tinha um peso. Por outro lado nós estávamos cuidando do acervo do próprio centro que não existia e já definindo que a temática seria Unicamp, então o acervo do Zeferino era fundamental, como um marco.”

Mesmo com disputas o acervo documental ficou instalado no Arquivo Central. É importante observamos nesse ponto que nesse momento de organização da Universidade, de criação e delegação de funções, o local que abrigaria esse Fundo seria muito importante e teria parte no reflexo dos documentos na Unicamp. Vemos que a escolha foi certa pelos diversos trabalhos que foram possíveis graças ao trabalho do Arquivo e pelos desdobramentos que esse fundo tem hoje.

6.2 A influência e a importância do Fundo na Unicamp.

Vimos até agora como foi o processo de construção do arquivo e junto com ele da memória da Unicamp. Podemos dizer que, devido a grande diversidade desse

conjunto informacional, o Fundo vai muito além do que imaginamos no que se diz respeito aos seus usos e pesquisas e não se limita a história de Zeferino Vaz. Martins nos diz que o fundo é amplamente utilizado e que:

“Todos os trabalhos que se referenciam à Unicamp nós sempre levamos ao arquivo do Zeferino, porque ele não é só um arquivo pessoal, tem uma característica ali que era o seguinte: a secretaria geral sabia que eles estavam construindo uma universidade e que tinha que preservar essa memória, então ela guardava os dossiês e documentos das unidades que estavam sendo criadas, já formando um início de arquivo. No arquivo do Zeferino você encontra toda essa dinâmica da criação. Então todas as pesquisas que são realizadas sobre a Universidade nós sempre remetemos ao arquivo de Vaz. E o arquivo é usado também pelo próprio Arquivo da Unicamp para fazer levantamentos, quando é requisitado, ou às vezes faz isso de forma pró-ativa e para pesquisas da trajetória da Unicamp, qualquer que seja ela”.

Dessa forma fica visível que as possibilidades de utilização não ficam apenas em torno do personagem Zeferino Vaz e dos detalhes de sua vida. Esse fundo envolve muito mais, possui uma riqueza histórica de grande importância e gera atividades de pesquisa dentro da Unicamp. Podemos dizer que o arquivo é um fomentador científico e referência no que se diz respeito ao início da Unicamp.

Pollak (1989) diz que a memória não é puramente lidar com fatos como coisas, mas analisar esses fatos e como eles se tornam coisas, como são solidificados e dotados de estabilidade. E é isso que acontece com esse fundo, solidificado e dotado de ambas as coisas. Ele abre espaço para estudos dos fatos acerca da Unicamp e do Reitor e quais caminhos esses fatos percorreram para também se solidificarem e se tornarem “coisas”.

Quando questionada sobre a importância desse fundo em sua opinião, Martins foi enfática e direta, traduzindo de uma maneira simples o significado dele dentro da instituição:

“Sabe âncora? Eu acho que assim, nós temos diversos fundos, esse é o âncora. Igual nos shoppings que tem as lojas âncora, esse é nosso âncora

porque como o Zeferino foi o fundador e durante o período em que ele atuou a Universidade ainda não tinha construído sua história. Hoje tudo que nós vamos fazer, comemorações, eventos, pesquisas temos que remeter à esse arquivo. Tem muitas coisas em torno dele, ele foi até 82, de lá pra cá nós temos outra gama de fundos que contam essa história mais recente, mas o período da fundação que é muito importante está principalmente nele, então eu o considero o fundo âncora do arquivo.”

Lovisolo (1989) também fez uso desse exemplo de memória como âncora. Ele diz que a memória é essa âncora que segura nossas raízes e refresca o passado, ao passo que ela também serve como plataforma para o futuro, como disse Martins ao afirmar que a maioria das pesquisas remete a esse fundo. São pesquisas atuais utilizando as raízes da Universidade.

Essas pesquisas são muito importantes porque delas resultam a identidade e a construção da memória da Unicamp. Um arquivo por si só é capaz de construir apenas um lado. Uma parte da memória do local onde ele faz parte, as interpretações várias, a montagem do mosaico que falamos anteriormente está nas mãos dos pesquisadores. É com a pesquisa e o estudo que a memória cria raízes e é enriquecida; com a pesquisa e a interpretação as peças se juntam dando origem a novos caminhos e resultados sobre a instituição da qual ela faz parte, nesse caso a Unicamp.

6.3 Os usos atuais e os planos futuros

O fundo agrega, portanto, diversos significados dentro da Universidade e, mais importante, contribui para o futuro da instituição. Martins nos disse que existem planos futuros para que outros arquivos sejam incorporados ao Arquivo Central e que através a memória da Unicamp seja preservada, como o Fundo de Zeferino Vaz faz com êxito atualmente.

O projeto tem como objetivo que todos os docentes da Universidade deixem suas produções arquivadas antes se aposentarem e se retirarem da Universidade. Dessa forma é possível um acompanhamento tanto de quem passou pela Universidade quanto do que foi pesquisado.

“Fizemos agora um site sobre o Zeferino Vaz que já está no ar. Colocamos esse site específico, onde tem sua trajetória, a participação dele na Unicamp, a vida dele, é bem bacana. Porque como ele foi muito homenageado, com nomes de escolas nome de avenidas, não é apenas a Unicamp, é Ribeirão Preto que também pesquisa Zeferino, que quer saber se a gente tem algum material dele, biografia... Então achamos interessante ter uma página com links e coisas assim que as pessoas pudessem pesquisar. A Unicamp vai fazer 50 anos em 2016, então estamos nos aperfeiçoamos e a nossa ideia é trabalhar com o catálogo e algumas séries que consideramos fundamentais e que vamos precisar para 2016, que vai suscitar muita pesquisa. Assim a gente já sabe o que vai mais ou menos ser mais buscado. Em um primeiro momento a melhora será voltada para parte que diz respeito a Unicamp do acervo do Zeferino, que é o mais procurado, mas a ideia é fazer do arquivo todo e ter um catálogo na internet e o arquivo digitalizado. Nós estamos trabalhando, montamos um laboratório, tem até um projeto aqui da Unicamp que se chama “Memória dos cientistas”. Nós estamos trabalhando com cientistas pioneiros, porque acabamos perdendo muitos documentos, os professores estão indo embora... Então nesse trabalho começamos fazendo um catálogo, quase como um catálogo seletivo, onde a levantamos os pioneiros, suas biografias e tudo que temos no arquivo sobre eles, isso também na biblioteca e está sendo digitalizado.”

Com o aniversário de 50 anos da universidade chegando diversos projetos entram em cena a fim de melhorar a busca pela memória da Universidade, entre eles o site de Zeferino Vaz, que visa facilitar a busca de dados e fatos mais simples sobre sua vida e possibilitar ao pesquisador conhecer um pouco do que há dentro do fundo físico.

Nora (1993) diz que a memória se firma em lugares da mesma forma que a história em fatos. Dessa maneira é importante tal preocupação com a preservação de diversos arquivos no Arquivo Central. Nora (1993) completa dizendo que mesmo um lugar de aparência material como um depósito de arquivos, por exemplo, só se torna um lugar de memória se é investido nele uma aura simbólica. Podemos dizer que os projetos do Arquivo têm essa preocupação. É importante Investir em todos os

docentes da Universidade para que haja um retorno documental e a memória da Unicamp seja sempre preservada.

Como vimos, há uma preocupação constante com a preservação da memória da Universidade, principalmente no que se diz respeito à produção de seus docentes. É possível que com a preservação correta de fundos como o de Zeferino Vaz e a busca constante para pesquisa o Arquivo agora tenha essa preocupação com a memória e coloque em prática esses projetos de preservação:

“Nós temos um projeto agora que é: quando os docentes se aposentam, coletamos uma entrevista. Nós vamos programar, já fizemos algumas. Dessa forma já identificamos se o docente tem documentos que quer manter no acervo e já tomamos o cuidado prévio de acertar o que vem, porque a gente não quer trazer mobília, etc., mas a parte da documentação. Nós não queremos aqui um acervo só administrativo, o acervo administrativo está garantido. O que a gente não tem é o arquivo da ‘atividade fim’.”

Ainda sobre esse projeto ela diz que:

“Então isso de trazer o arquivo de outros docentes para nós, seria na verdade trazer o arquivo de produção dos próprios docentes da Unicamp é o arquivo da própria Universidade voltando para nós. A proposta é fazer um trabalho com os docentes que no futuro essa atividade seja automática. Assim eu não preciso trazer aquele que é mais importante, porque o material que é produzido na Unicamp fica. Os cadernos de campo que são deles, que podem ser deixados juntos, coisas que ajudam para a história da ciência e para quem vai querer saber futuramente sobre essas pesquisas.”

Ela afirma que esses documentos sempre estiveram acessíveis. Desde que a Universidade os adquiriu eles já estavam disponíveis para uso e desde aquela época era muito procurados. A mobília que encontramos dentro do prédio do Arquivo está exposta de maneira provisória, pois segundo Martins o próprio prédio é provisório e o definitivo está em fase de finalização.

6.4 A mobília

Figura 6 – Cadeiras estilo Luiz XVI pertencentes ao Gabinete do Reitor (Arquivo Central)



Fonte: A Autora (2012).

Mesmo com o caráter provisório do prédio do Arquivo Central, a mobília sempre é alvo de admiração pelos que passam pelo local e é também utilizada em atividades de divulgação do Arquivo:

“Na verdade nós estamos em um prédio provisório, então nem posso dizer que isso tudo está para visitação. Nós vamos ter uma área no prédio novo, que vai ter a biblioteca dele, algo mais comemorativo, mais representativo. Mas   interessante que todas as pessoas que vem até o arquivo se interessam, perguntam o que  , os mais velhos se emocionam, os alunos acham interessante. Quando fazemos o Universidade Aberta ao Público, que tiramos as coisas de l , tiramos os sofás e deixamos mais como vitrine, que

acaba sendo o cenário da representação de um período, aí há bastante interesse.”

Podemos dizer que esse é o enquadramento que Pollack (1989) fala. Uma operação conjunta que integra os conhecimentos e interpreta o passado, que serve para a coesão de grupos e instituições que integram nossa sociedade, mas que para ser mantida é necessário o fornecimento de um quadro de referência, de pontos de apoio. É nesse ponto que entra o Arquivo e seus trabalhos.

No futuro essa mobília terá um lugar definitivo e de destaque no prédio do Arquivo, e junto dela estará também a biblioteca do Professor:

“No prédio novo está previsto que tenha na recepção alguma coisa do gabinete junto com a biblioteca. (Sobre a biblioteca) Está aqui, não é um acervo grande, era o que estava naquela sala que ficou fechada. Nós acabamos trazendo as coisas que estavam na sala e tem tudo catalogado. Não tínhamos como dispensar isso, era quase interferir em uma representação de memória construída e representada, era quase um ‘sacrilégio’, então o Arquivo trouxe o acervo e o que tinha junto dele na sala. Não são muitos volumes, mas era o que estava lá. A ideia é colocar tudo lá e que seja consultado, naturalmente, que seja um espaço de pesquisa. O que nós percebemos é que os professores e as pessoas que se atribuem importância gostam desse tratamento de vulto, de algo importante da história, de homenagem.”

O arquivo deixa de ser apenas um acervo informativo e passa a ser um fundo digno de homenagens e de grande importância. É possível notar que ele tem um grande valor sentimental para os que fazem parte da vida da Universidade e está sempre em movimentação.

Jardim (1995) diz que a memória arquivística nada mais é que a construção do estoque material do que é possível lembrar. Ele ainda diz que é uma coletividade que visa harmonizar o funcionamento da sociedade e gerar o futuro: os arquivos são um lugar de elaboração e conservação da memória coletiva. É isso que o Arquivo Central faz com o Fundo Zeferino Vaz e sua mobília. Martins expressa essa preocupação com a sociedade e fala sobre a aproximação do público com os

arquivos e as atividades que são feitas, principalmente com a mobília, para que sempre haja contato:

“Nós sempre entramos em contato com os alunos pra mostrar que a universidade é assim hoje porque ela já teve alunos como eles que construíram algo, e é uma forma de mostrar a trajetória da Universidade. Nós montamos exposições mais lúdicas, voltadas especialmente para eles, tem até um painel para tirar fotos da Unicamp, com cientistas estilizados. Ocupamos esse espaço aqui na frente, que é a passagem de alunos, e deixamos a recepção aberta, tiramos tudo e montamos vitrines e então é assim que a mobília é visitada.”

Retomamos Pollack (1989), que confirma essa ideia dizendo que o trabalho de enquadramento se alimenta do material fornecido pela história e precisa ser bem construído para fazer sentido. Ele ainda diz que o que está em jogo nessa memória construída é também o sentido da identidade individual e do grupo e que os traços do enquadramento também podem ser monumentos e museus, por exemplo. Assim, a memória não é apenas discurso, e através dos lugares ela é solidificada. É o caso dessa mobília, utilizada principalmente para representar uma época da Universidade e enquadrá-la na história com seus objetos fortificadores.

Sobre a memória individual, Pollack (1992) diz que ela também é coletiva e que ela serve como um marco de referência, um fenômeno construído em conjunto e submetido a diversas transformações. Aplicando essa ideia ao arquivo, vemos nele esse marco de referência construído em conjunto pela família, pela Unicamp e pelo Arquivo Central e que hoje é submetido a diversas transformações de acordo com seus usos. Cada pesquisador, cada trabalho, cada indivíduo utiliza e constrói a partir daquela memória uma criação diferente, adaptada aos seus propósitos. Esse acervo trabalha com os mais diversos sentimentos e impressões, variando de acordo com quem entra em contato com ele, em um agrupamento de memórias individuais e coletivas que formarão a memória individual.

Sua diversidade material é outro ponto interessante. Estão ali reunidos diferentes tipos de objetos e documentos que vão de uma certidão de nascimento até uma mesa de gabinete. São representações que traduzem muito de uma época: organização documental, a forma de emissão de documentos pessoais, o que era

importante ser guardado, como eram feitos os dossiês, como era organizado um acervo administrativo; pensando na mobília, como eram os móveis que eram usados em reitoria, qual era a sua qualidade, fabricação, como eram escolhidos, etc.

Tudo isso pode ser usado em um diálogo com as atividades que fazemos hoje, buscando saber o que mudou o que está melhor e o que se manteve, para dessa forma criarmos uma reflexão sobre como estamos caminhando e se estamos guardando nossas memórias da forma correta. Olhar para as memórias deixadas é a melhor forma de pensarmos sobre como desejamos ser lembrados.

É notável que esse arquivo engloba muito mais do que imaginamos. São incontáveis as possibilidades de uso e apropriação da memória hospedada ali. Muito mais do que a simples trajetória de Zeferino Vaz, esse acervo documental está carregando também os primeiros passos da Unicamp, as tentativas, erros e acertos que fizeram parte do processo de instalação da Universidade.

Não podemos deixar de lado também a historicidade que ele representa e o diálogo com fatos marcantes da história do país, vistos sob uma perspectiva diferente. O enquadramento, do qual já falamos, é diferenciado, nos levando a reviver períodos como a Ditadura Militar sob a perspectiva de uma universidade em construção, possibilitando um pensamento de como esse período, por exemplo, poderia ter influenciado a Universidade.

Podemos concluir que esse é um espaço que vai além da memória de um personagem e que, devido sua riqueza de materiais e seus mais diversos usos, é um acervo que se mantém sempre atual e significativo para a Universidade. É um espaço construtor de uma memória local e que a partir dele surgem novas e diferenciadas visões dessas construções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As noções de memória estão mais presentes em nossas vidas do que podemos imaginar. Nosso cotidiano de hoje reflete costumes que são passados através dos tempos e se fixaram em nossa rotina. As comemorações que fazemos são reflexos da necessidade da preservação de datas, fatos e situações que, sem essas ações, ficariam apagados pelo tempo.

Presente nas mais diversas discussões teóricas, a memória é um elemento importante para a construção da consciência coletiva e individual acerca do que já foi vivido. Com ela é possível encontrar significados e identidades nas interpretações do passado. Dessa forma é importante destacar o papel que os lugares da memória desempenham. Constituídos, como já afirmamos anteriormente, de restos e vestígios, esses lugares têm o intuito de apoiar a memória na criação de referências tangíveis ao passado. Para isso lugares como os arquivos, museus, centros de documentação, etc. adquirem relevância na medida em que contribuem para a construção e identificação dos indivíduos com esses espaços.

Nesse trabalho revivemos um pouco da trajetória de uma personalidade importante no cenário universitário brasileiro: Zeferino Vaz, que não deixou como legado apenas trabalhos científicos, mas também instituições, que criou e ajudou de alguma forma no processo de evolução. Vemos em sua caminhada a criação da FMRP e da Unicamp, instituição foco dessa pesquisa. Dessa forma foi possível refletirmos um pouco sobre a importância de se preservar seus arquivos.

Os arquivos de Zeferino Vaz contam sua trajetória. São espelhos de uma época conturbada na história de nosso país e através dele podemos ver os reflexos das decisões tomadas por Vaz durante seu percurso, principalmente na Unicamp. Vaz foi um homem a frente do seu tempo. Projetou e instalou uma universidade fora dos padrões conhecidos no Brasil, modernizou o ensino superior e direcionou a formação acadêmica de seus alunos. Sua gestão ainda hoje é objeto de estudo e consegue se manter atual.

Nesse momento é interessante retomarmos também a importância de Vaz como uma figura representativa da área da saúde na Unicamp. Médico por formação e acadêmico da área no início de sua vida profissional, Zeferino Vaz representa,

como já dissemos no início desse trabalho, a área da saúde dentro da Unicamp. Sua figura forma uma tríade junto de César Lattes (que tem a representação de seu escritório pessoal na Biblioteca Central da Unicamp), representando as exatas, e Sérgio Buarque de Holanda com sua biblioteca pessoal exposta na Biblioteca Central, representando as ciências humanas. Esse é um conjunto de figuras importantes que remetem às três grandes áreas do conhecimento e que servem como pontos de referência dentro da Universidade. É a representação da memória de uma época e do conhecimento através de figuras amplamente conhecidas e que trazem uma importante bagagem intelectual consigo.

Zeferino Vaz era como já observamos, preocupado com a memória. Ele preservou grande parte de seus arquivos e documentou pessoalmente grande parte de sua gestão na Unicamp, principalmente no seu período de instalação, feitos que fizeram a diferença e atualmente podem ser encontrados no fundo que leva seu nome no Arquivo Central.

O Fundo Zeferino Vaz é tão abrangente que, com sua chegada à Unicamp, a Universidade percebeu que era o momento de começar seu próprio órgão de organização referente à sua história. Assim, junto com o fundo, surgiu o Arquivo Central, o lugar de memória da Unicamp. Vimos que essa coleção documental vai muito além da história do Reitor e Fundador da Universidade. Ela carrega consigo a história do início da Unicamp. Esse arquivo é a prova legítima dos feitos de Vaz, dos processos de instalação, fundação e início da Universidade.

Um pouco além, esse fundo é a construção da identidade da Unicamp. É nele que moram os primeiros objetivos da Universidade e as primeiras impressões que hoje constituem a identidade e a estrutura que a Universidade possui. Esse Fundo é preservado com o objetivo de guardar as primeiras memórias da Unicamp, para que dessa forma a Universidade tenha sempre em mente para qual objetivo foi construída e tenha também seu lugar de memória preservado.

Como já foi dito, é uma preservação mútua, a Universidade guarda o Fundo para sempre se recordar de seu início, suas motivações, o porquê de sua instalação e o Fundo anda junto da Universidade como um espelho direto ao passado para que a história seja lembrada nos momentos de necessidade para uma reflexão para o futuro.

Assim, feitas essas considerações, concluímos que esse Fundo além de ser um laboratório do conhecimento, está diretamente ligado à memória e pode ser considerado um lugar que a abriga e a refugia nos tempos modernos. Particularmente nesse caso encontramos uma evidência quando observamos que, além de ser um instrumento de pesquisa indispensável na Unicamp, ele ultrapassa essa concepção e vai além: é uma construção que carrega consigo símbolos, identidades e, mais importante, celebra a memória de uma época, de um fato e de uma pessoa.

REFERÊNCIAS

- ABELLÁS, José Benito Yárritu. Arquivos pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas – o caso Hussak. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 75-88.
- ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- BARROS, Dirlene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de Barros. Memória e família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-208, 1998.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 43-58, 1998.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.
- CASTILHO, Fausto. **O conceito de universidade no projeto da Unicamp**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.
- COSTA, Célia Leite. Intimidade *versus* interesse público: a problemática dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 189-200, 1998.
- FERREIRA-SANTOS, Ruy. Zeferino Vaz. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 30, p. 113-114, jan./mar. 1997.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-88, 1998.
- GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado. Os documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 175-188, 1998.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, 1998.

GOMES, Eustáquio. **O mandarim: história da infância da Unicamp**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2012.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

KLEINMAN, Kent. Archiving/Architecture. In: BLOUIN, Francis X., Jr.; ROSENBERG, William G. (Eds.). **Archives, documentation and institutions of social memory: essays from the Sawyer Seminar**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2010. p. 54-60.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LISBOA, Araci Gomes. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 11-19.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.

MARTINS, Neire do Rossio. **Memória universitária: o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (1980-1995)**. 2012. 246 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2012.

MENEGHEL, Stela Maria. **Zeferino Vaz e a UNICAMP: uma trajetória e um modelo de universidade**. 1994. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Metodologia de Ensino) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1994.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Archivo, memoria e historia: cruzamentos y abordajes. **Íconos**, Quito, n. 41, p. 17-37, set. 2011.

MURGUIA, Eduardo Ismael. A memória e sua relação com arquivos, bibliotecas e museus. In: MURGUIA, Eduardo Ismael; MARINO, José Donizetti. **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010. p. 11-32.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!" Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-120, 1998.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. In: MURGUIA, Eduardo Ismael; MARINO, José Donizetti. **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010. p. 33-44.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablumes, 2003.

SANTOS, Paulo Elian dos. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 21-50.

SILVA, Patrícia Helena Gomes da. **A teatralização da memória: a cenificação da biblioteca Sérgio Buarque de Holanda na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**. 2008. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). Sistema de Arquivos (SIARQ). **Esquema gráfico**. Campinas, 2011a. Disponível em: <http://www.siarq.unicamp.br/siarq/index.php?option=com_content&view=article&id=308&Itemid=65>. Acesso em: 20 mar. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). Sistema de Arquivos (SIARQ). **Planejamento estratégico**: arquivo central. Campinas, 2011b. Disponível em:

<http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/arquivo_central/relplanescompleto_siarq.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **A UNICAMP**. Campinas, 2012a. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Zeferino Vaz**: gestão 21-12-1966/15-4-1978. Campinas, 2012b. Disponível em:

<<http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/historia/ex-reitores/zeferino-vaz>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

VAN ALBADA, Joan. Archives: particles of memory or more? In: BLOUIN, Francis X., Jr.; ROSENBERG, William G. (Eds.). **Archives, documentation and institutions of social memory**: essays from the Sawyer Seminar. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2010. p. 215-218.

❖ **LEITURAS COMPLEMENTARES:**

COIMBRA, Carlos Alberto. A arte da memória e o método científico: da memória artificial à inteligência artificial. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 146-152, 1989.

COSTA, Célia Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 65-76, 1989.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.

BIRMAN, Joel. Tradição, memória e arquivo da brasilidade: sobre o inconsciente em Mário de Andrade. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.195-216, jan./mar. 2009.

FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila; EVANGELISTA, Danielle Ferreira. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: uma fonte com muita história. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 527-535, dez. 2010. Suplemento 2.

GREENBLATT, Stephen. Maravilhosas possessões. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 43-62, 1989.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda; PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. Museus e seus arquivos: em busca de fontes para estudar os públicos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 809-828, jul./set. 2010.

LACERDA, Aline Lopes de. Retratos do Brasil: uma coleção do Rockefeller Archive Center. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 625-45, set./dez. 2002.

LACERDA, Aline Lopes de. Fotografia e valor documentário: o arquivo de Carlos Chagas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 115-138, jul. 2009. Suplemento 1.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de; MESQUITA, Cecília Chagas de; LOURENÇO, Francisco dos Santos; GONÇALVES, Leonardo Arruda; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Ciência, política e paixão: o arquivo de Carlos Chagas Filho. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 185-198, jan.-abr. 2005.

MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jaqueline Torres. Por trás das coleções: uma experiência com acervos da história da saúde. **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, p. 49-54. jan./jun. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006.

POMIAN, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 71-95. (Coleção Nova História, v. 34).

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. (Memória – História, v. 1).

SANTOS, Paulo Elian dos. **A arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Uma abordagem arquivística: os documentos de um laboratório das ciências biomédicas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 303-323, jan.-mar. 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura; COELHO, Mônica Costa S.; HANNESCH, Ozana; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 763-777, jul.-set. 2009.

VELHO, Otávio. O espelho de Morse e outros espelhos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 94-101, 1989.

APÊNDICE

ENTREVISTA COM NEIRE DO ROSSIO MARTINS (DIRETORA DO SIARQ/UNICAMP)

DATA: 25/06/13

LOCAL: ARQUIVO CENTRAL DA UNICAMP.

REALIZAÇÃO E TRANSCRIÇÃO: GABRIELA BAZAN PEDRÃO

1. O movimento inicial da transferência dos fundos de ZV partiu da família ou houve algum interesse institucional em ir atrás dele? Se assim for de quem partiu a ideia?

R: Eu escrevi minha dissertação sobre a construção do Arquivo da Unicamp e conseqüentemente sobre diversos fundos, entre ele o de Zeferino Vaz. Acho que minha dissertação fala bem sobre isso, se você tiver a oportunidade de ler depois, sobre tudo isso, a parte de estruturação e constituição dos fundos, como o arquivo se estruturou, etc. Tem um item dedicado exclusivamente ao Fundo Zeferino Vaz.

Um fato bem interessante é que já existia um movimento para construir um memorial Zeferino Vaz que partiu de dentro da Unicamp e com apoio externo. Houve uma preocupação com a perda do acervo, assim aconteceu esse movimento, uma proposta para criação de um memorial.

Na época que foi proposto não 'deslanchou' muito, então na entrada de certo período o reitor achou que era conveniente receber o acervo e tratar o material já existente dentro na Universidade do Zeferino.

O acervo de Zeferino se mistura entre o pessoal e o profissional. Então é possível ver na estrutura de poder como ele era um homem dividido entre o público e o privado. O arquivo se mescla tanto quanto ele.

Ele tinha arquivos em vários lugares, o arquivo na Unicamp, porque ele atuou doze anos na Universidade, no seu Gabinete do Reitor e uma parte que a família doou.

É interessante contar que o Zeferino morreu na Unicamp, sofreu um ataque cardíaco e morreu. Ele já não era mais reitor, mas tinha uma sala, onde exercia a função de reitor honorário, emérito, e era presidente da FUNCAMP.

Essa sala ficou mantida após sua morte. Ninguém a abria, só a secretária geral, que convivia com ele. Essa sala permaneceu quase como um museu no gabinete. Logo que após sua morte a família veio até aqui, eu preciso até confirmar essa informação, mas a impressão que nós tivemos foi que a família veio, pegou as pastas e levou embora. Especialmente as que estavam escrito 'confidencial' ou com aspecto que de assuntos pessoais, e passado um tempo doou de volta ao o acervo da Unicamp.

Quando recebemos esse material deu para perceber que ele se complementava com o outro acervo que tinha ficado na secretaria geral que era do gabinete. Então vimos que era uma sequência para ele se tornar íntegro, tanto que foi um pouco confuso quando recebemos a documentação. Parece que tinha algo também na USP, ele mantinha um escritório em que atuava e lá também tinha um arquivo. Após o falecimento foi tudo para a família e a família doou tudo para cá, aí chegando foi um trabalho extenso para identificar o que era o que e de onde pertencia.

Quando fomos organizar o arquivo foi possível ver a trajetória do Professor e montar os dossiês de todos os lugares onde ele passou, porque de alguma forma, ele levava o arquivo consigo. Então o arquivo é um espelho da vida dele e a vida dele está espelhada no arquivo.

Ele era ligado à memória. Podemos ver a influencia de Zeferino na formação do arquivo Edgard Leuenroth, que é o arquivo do movimento operário. Foi ele que acabou em plena ditadura, trazendo e guardando o arquivo aqui, na verdade um pouco escondido porque o Edgard era um revolucionário. O pessoal das ciências sociais queriam trazer o arquivo e Zeferino apoiou. Hoje é um centro de pesquisa importante na Unicamp.

Você já vê aqui que na constituição da própria Unicamp, no instituto de filosofia, já tinha essa ideia de constituir um arquivo. Inclusive com arquivos de fora, de presidentes da república, etc. Em meu trabalho eu levantei esses aspectos para dizer como que a Unicamp acabou criando esses espaços de memória.

- 2. O fundo deu lugar à criação do SIARQ, ou o SIARQ já existia e se ofereceu para sua custódia?**

R: Foi um pouco junto, nós criamos o Arquivo e o acervo na verdade foi sendo a base para a criação do SIARQ. Começamos a trabalhar com arquivos que não eram da Unicamp, eram arquivos que tinham vindo com as bibliotecas. Como a Universidade era uma universidade nova e que foi construída pra ser fortemente uma instituição de pesquisa e que tinha o lema de Zeferino de antes cérebros e depois bibliotecas, as bibliotecas tinham uma proporção muito especial na construção da Unicamp. Então se compravam arquivos e bibliotecas prontas já, porque não havia tempo de constituir. Nessas coleções juntos vinham alguns documentos, dossiês, e aí a ideia de construir uma divisão de documentação inicialmente era para tratar dessa documentação.

Aí veio a dúvida: nós tratávamos do material de fora, mas e o da própria Unicamp? Como andaria a documentação da Unicamp? Nós começamos a fazer um diagnóstico da situação, isso no auge da criação de sistemas, e o Arquivo se formou e integrando os Sistemas da Universidade.

3. Houve interesse de algum outro instituto ou faculdade em abrigar o fundo?

R: De fora daqui apenas aquele para construir um memorial Zeferino Vaz que falamos, e que no meu entendimento, era um memorial que seria na Unicamp mesmo, mas com apoio externo.

Mas internamente houve disputa, sim. Ele foi um objeto de disputa entre o centro de memória que estava sendo criado, que seria um centro de memória regional, do oeste paulista, feito por um grupo de docentes e que um dos fundadores tinha participado do projeto do memorial. Então era importante que ele trouxesse o arquivo, porque ele tinha um peso. Por outro lado nós estávamos cuidando do acervo do próprio centro que não existia e já definindo que a temática seria Unicamp, então o acervo do Zeferino era fundamental, como um marco.

(Sobre o descaso da USP com esse arquivo) Se você estudar os dossiês da época da USP, você vai ver que ele encarou e construiu aquela faculdade que, na década de 50, trouxe o primeiro Nobel para visitar Ribeirão Preto que era 'um nada'. Se você entrevistar a filha dele, ela vai dizer que 'ia comendo poeira na estrada', que ele ia toda semana para Ribeirão, voltava pra São

Paulo e depois pra Ribeirão de novo, levando os filhos. As pessoas diziam como ele conseguiria fazer uma faculdade de medicina em um lugar como esse. Ele lutou contra tudo e contra todos por uma universidade diferenciada, ele era contra o regime de cátedras, queria uma faculdade moderna, com uma visão moderna.

4. Narre as negociações para tal aquisição.

R: (Já comentado e com especificações no trabalho de mestrado)

5. Como e quanto tempo durou o tratamento documental? Quanto tempo ele demorou em ser aberto ao público?

R: Aberto ao público ele foi desde o começo, nós tínhamos como objetivo já abrir o arquivo mesmo antes de ter inventários, catálogos, etc. Logo que o arquivo chegou, quando ainda estava nas caixas, chegou uma pesquisadora da faculdade de educação justamente pesquisando a fundação da Unicamp e Zeferino e ela já estava lá no meio iniciando seus trabalhos.

Agora eu acho que nós trabalhamos nesse arquivo, não sei dizer quanto tempo, eu acho que a vida inteira. Porque a gente queria ter ainda alguns catálogos que nós não temos, estamos tentando colocar tudo em um inventário único, que ele até tem, mas queríamos fazer alguns catálogos mais específicos, então ainda há trabalho.

Ele é um arquivo que desde que chegou, trabalhamos com ele. Volta e meia nós retornamos ao Zeferino, até porque ele é um arquivo grande também.

E depois começamos a entender a criação da Unicamp através desse arquivo. E através dele começamos a trazer outros arquivos porque estavam sem depósitos e aí fomos vendo que antes de Zeferino teve outro reitor, etc. Então acabamos compreendendo a Unicamp através desses acervos e de sua construção conjunta.

6. Com qual frequência ele é pesquisado pelo público? Vocês sabem dizer quais são as finalidades das pesquisas?

R: Todos os trabalhos que se referenciam à Unicamp nós sempre levamos ao arquivo do Zeferino, porque ele não é só um arquivo pessoal, tem uma característica ali que era o seguinte: a secretaria geral sabia que eles

estavam construindo uma universidade e que tinha que preservar essa memória, então ela guardava os dossiês e documentos das unidades que estavam sendo criadas, já formando um início de arquivo.

No arquivo do Zeferino você encontra toda essa dinâmica da criação. Então todas as pesquisas que são realizadas sobre a Universidade nós sempre remetemos ao arquivo de Vaz.

E o arquivo é usado também pelo próprio Arquivo da Unicamp para fazer levantamentos, quando é requisitado, ou às vezes faz isso de forma pró-ativa e para pesquisas da trajetória da Unicamp, qualquer que seja ela.

7. Existe interesse do público pelos móveis, etc.?

R: Na verdade nós estamos em um prédio provisório, então nem posso dizer que isso tudo está para visitação. Nós vamos ter uma área no prédio novo, que vai ter a biblioteca dele, algo mais comemorativo, mais representativo.

Mas   interessante que todas as pessoas que vem até o arquivo se interessam, perguntam o que  , os mais velhos se emocionam, os alunos acham interessante.

Quando fazemos o Universidade Aberta ao Público, que tiramos as coisas de l , tiramos os sofás e deixamos mais como vitrine, que acaba sendo o cenário da representa o de um período, aí há bastante interesse.

Agora nós vamos fazer a UAP novamente, e o arquivo participa com o papel de interagir com os alunos de segundo grau que vêm aqui. Nós sempre entramos em contato com os alunos pra mostrar que a universidade   assim hoje porque ela já teve alunos como eles que constr iram algo, e   uma forma de mostrar a trajetória da Universidade. Nós montamos exposi oes mais lúdicas, voltadas especialmente para eles, tem até um painel para tirar fotos da Unicamp, com cientistas estilizados.

Ocupamos esse espaço aqui na frente, que   a passagem de alunos, e deixamos a recep o aberta, tiramos tudo e montamos vitrines e então   assim que a mobília   visitada.

8. Sobre a reprodu o do gabinete de Zeferino Vaz, há algum plano para dar mais visibilidade a ele? Algum projeto para uma nova loca o ou arruma o?

R: No prédio novo está previsto que tenha na recepção alguma coisa do gabinete junto com a biblioteca.

(Sobre a biblioteca) Está aqui, não é um acervo grande, era o que estava naquela sala que ficou fechada. Nós acabamos trazendo as coisas que estavam na sala e tem tudo catalogado. Não tínhamos como dispensar isso, era quase interferir em uma representação de memória construída e representada, era quase um 'sacrilégio', então o Arquivo trouxe o acervo e o que tinha junto dele na sala. Não são muitos volumes, mas era o que estava lá.

A ideia é colocar tudo lá e que seja consultado, naturalmente, que seja um espaço de pesquisa. O que nós percebemos é que os professores e as pessoas que se atribuem importância gostam desse tratamento de vulto, de algo importante da história, de homenagem.

Nós corremos em certo risco aqui no Arquivo, porque tem muito "eu quero que meu arquivo seja montado assim, com as coisas..." aí passamos por situações complicadas. Na Biblioteca montamos o Sérgio Buarque de Holanda e o César Lattes, vamos montar o do Zeferino Vaz, aí se todos acharem que são importantes e quiserem reproduzir o seu arquivo, onde ficará tudo isso?

(Sobre o material que está na Biblioteca) O material que está lá é do Arquivo, aqui nós trabalhamos de forma integrada, fazemos parte da mesma coordenação, integrada à Universidade, são os Sistemas de Bibliotecas e os Sistemas de Arquivo. A Biblioteca lida com os livros e nós somos as força tarefa dos documentos, integramos em catálogos e etc. pertence à Universidade, o acervo pode estar lá e aqui.

Aquele material, como a Biblioteca recebeu o nome de César Lattes em homenagem a ele, a família doou o arquivo, doou também o escritório. É como o Museu Casa de Rui Barbosa, você está entrando no museu e lá tem a casa, a biblioteca, o arquivo... Misturam-se essas três coisas.

Agora o Sérgio Buarque de Holanda houve uma intenção de fazer aquele espaço.

9. Qual é sua opinião sobre esse fundo e a importância dele na Universidade?

R: Sabe âncora? Eu acho que assim, nós temos diversos fundos, esse é o âncora. Igual nos shoppings que tem as lojas âncora, esse é nosso âncora porque como o Zeferino foi o fundador e durante o período em que ele atuou a Universidade ainda não tinha construído sua história. Hoje tudo que nós vamos fazer, comemorações, eventos, pesquisas temos que remeter à esse arquivo. Tem muitas coisas em torno dele, ele foi até 82, de lá pra cá nós temos outra gama de fundos que contam essa história mais recente, mas o período da fundação que é muito importante está principalmente nele, então eu o considero o fundo âncora do arquivo.

10. Existem planos para esse fundo no futuro? Quais?

R: (Já respondido)

11. Existe algum tipo de projeto de divulgação desse material?

R: Temos sim. Fizemos agora um site sobre o Zeferino Vaz que já está no ar. Colocamos esse site específico, onde tem sua trajetória, a participação dele na Unicamp, a vida dele, é bem bacana. Porque como ele foi muito homenageado, com nomes de escolas nome de avenidas, não é apenas a Unicamp, é Ribeirão Preto que também pesquisa Zeferino, que quer saber se a gente tem algum material dele, biografia... Então achamos interessante ter uma página com links e coisas assim que as pessoas pudessem pesquisar. Unicamp vai fazer 50 anos em 2016, então estamos nos aperfeiçoamos e a nossa ideia é trabalhar com o catálogo e algumas séries que consideramos fundamentais e que vamos precisar para 2016, que vai suscitar muita pesquisa. Assim a gente já sabe o que vai mais ou menos ser mais buscado. Em um primeiro momento a melhora será voltada para parte que diz respeito a Unicamp do acervo do Zeferino, que é o mais procurado, mas a ideia é fazer do arquivo todo e ter um catálogo na internet e o arquivo digitalizado. Nós estamos trabalhando, montamos um laboratório, tem até um projeto aqui da Unicamp que se chama “Memória dos cientistas”. Nós estamos trabalhando com cientistas pioneiros, porque acabamos perdendo muitos documentos, os professores estão indo embora... Então nesse trabalho começamos fazendo um catálogo, quase como um catálogo seletivo, onde a

levantamos os pioneiros, suas biografias e tudo que temos no arquivo sobre eles, isso também na biblioteca e está sendo digitalizado.

Em um primeiro momento vai ficar em um banco, porque temos que ver as questões de publicações de cada um. Mas o objetivo é já dispor desse elenco de documentos porque a Universidade começa a refletir sobre si, não só como ela se desenvolveu a estrutura de ensino, mas também como produção científica. O que se produziu dentro da Universidade? E como isso aconteceu?

Tudo isso seria atrelado a um projeto de entrevistas e depoimentos.

12.O SIARQ tem projetos e/ou interesse em adquirir novos arquivos pessoais de outros professores importantes da Universidade?

R: Nós temos sim, nesse projeto que eu mencionei. A questão do importante é o que pesa, porque isso é bem complicado, nós tivemos uma reunião com a Heloísa Belotto aqui para decidirmos sobre isso e para ela nos ajudar. A questão era: como fazer isso com todos os docentes? É complicado esse 'todos os docentes'. Então qual seriam os critérios para a gente definir se o docente é importante ou não e o que é importante para pesquisa e para a memória.

Então iríamos dizer que para a memória é importante quem é divulgou mais, quem apareceu mais, etc., mas aí você vai vendo as linhas todas, nos pares, então é muito difícil isso, selecionar quem é e quem não é.

Para fugir disso nesse primeiro momento nós estamos fazendo os pioneiros todos que entraram no início da Unicamp. E aí com esse grupo de memória definimos uma trajetória. Tem até um artigo desse projeto que colocamos isso, o porquê de fazer o projeto e o porquê de reunir os documentos dos docentes. Não é simplesmente para 'glamourizar', ou por perpetuar a memória, ou porque ele foi importante. É porque eles levam tudo embora, eles trabalham muito nas suas salas pessoais e aí eles juntam tudo na hora de aposentar e levam embora.

Esse trabalho de trazer de volta é um trabalho que faz parte da constituição natural do acervo, até nós convencemos os docentes ou montar uma estrutura de uma maneira que eles automaticamente vejam e mandem tudo para o Arquivo. É aquela velha questão entre ser privado e ser da instituição,

então enquanto isso não estiver muito claro e definido na conduta do trabalho e na definição de documentos da instituição, essa dúvida surge, então nós temos que ir atrás dos docentes para trazer os documentos para cá.

Nós temos um projeto agora que é: quando os docentes se aposentam, coletamos uma entrevista. Nós vamos programar, já fizemos algumas. Dessa forma já identificamos se o docente tem documentos que quer manter no acervo e já tomamos o cuidado prévio de acertar o que vem, porque a gente não quer trazer mobília, etc., mas a parte da documentação.

Nós não queremos aqui um acervo só administrativo, o acervo administrativo está garantido. O que a gente não tem é o arquivo da 'atividade fim', inclusive de alunos. Nós fizemos todo um trabalho de considerar tese como um documento arquivístico, que merece inclusive ser contextualizado. O aluno entrou na Unicamp, fez as matérias, apresentou esse trabalho como trabalho final para a obtenção de diploma. Então se ele é uma prova documental antes de tudo, ele tem que estar dentro de um contexto documental não só biblioteconômico.

Se em um futuro ele voltar para a Unicamp como um profissional que venha a se destacar você tem a trajetória dele, tem a contribuição dessas pessoas que passaram por aqui, porque não pensamos só em docentes, mas em alunos também.

Então isso de trazer o arquivo de outros docentes para nós, seria na verdade trazer o arquivo de produção dos próprios docentes da Unicamp é o arquivo da própria Universidade voltando para nós. A proposta é fazer um trabalho com os docentes que no futuro essa atividade seja automática.

Assim eu não preciso trazer aquele que é mais importante, porque o material que é produzido na Unicamp fica. Os cadernos de campo que são deles, que podem ser deixados juntos, coisas que ajudam para a história da ciência e para quem vai querer saber futuramente sobre essas pesquisas.

13. Há algum em vista? Qual?

R: (Já respondido)

14. A senhora gostaria de acrescentar algo mais?

R: Eu acho que no meu trabalho se você ler, você vai entender melhor e encontrar qual foi o contexto. Uma coisa foi trazer como isso tudo se tornou um órgão, como ele surgiu, quais suas políticas e que contexto. Depois eu queria contar a própria construção do arquivo suas técnicas, etc., e pensei: ‘Bom, por onde eu vou começar?’.

Então eu comecei com a constituição dos acervos e à medida que eu vou contando como esses acervos eles nasceram e como foram distribuídos no decorrer, porque à medida que nós fomos assumindo uma temática eles foram para seus centros de documentação correspondentes. Tanto que houve uma troca entre o Centro de Memória Regional que enviou algumas coisas do Zeferino para nós. Nós ficamos com o que havia sobre o Zeferino lá e eles com o acervo do Tribunal de Justiça de Campinas de 1800 que havia aqui.

No fim eu acabei contando a história do arquivo através da construção do acervo.